

TRILHANDO SOBRE  
OS PERCURSOS HISTÓRICOS  
DA “FLORESCENTE”  
BARRA DE SANTA ROSA

Marcos Antonio Barros





MARCOS ANTONIO BARROS

**TRILHANDO SOBRE OS  
PERCURSOS HISTÓRICOS  
DA “FLORESCENTE” BARRA  
DE SANTA ROSA**

Campina Grande - PB  
2021

**B277t**

Barros, Marcos Antonio.

Trilhando sobre os percursos históricos da “florescente” Barra de Santa Rosa./ Marcos Antonio Barros. Campina Grande/PB: nome da editora, 2020. 164p.; il.

**ISBN** 978-65-00-08338-5

1. Historiografia. 2. História regional. 3. Nordeste. 4. Curimataú. 5. Sertão Nordestino. 6. Barra de Santa Rosa.

**CDD** 981

**CDU** 303.446.4

# SUMÁRIO

DEDICATÓRIA,	7
AGRADECIMENTOS,	9
PREFÁCIO,	11
CONVERSA INICIAL,	17
CAPÍTULO 01 - ANTIGO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS,	29
CAPÍTULO 02 - AS PRIMEIRAS SESMARIAS,	39
CAPÍTULO 03 - A FLORESCENTE BARRA DE SANTA ROSA,	47
CAPÍTULO 04 - ESPAÇOS PÚBLICOS DE BARRA DE SANTA ROSA,	59
CAPÍTULO 05 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO POVOADO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS,	99
CAPÍTULO 06 - O SURGIMENTO DE UM LÍDER POLÍTICO,	105
CAPÍTULO 07 - DÉCADA DE 40,	129
CAPÍTULO 08 - A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BARRA DE SANTA ROSA,	143
REFERÊNCIAS,	159
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA,	163



## DEDICATÓRIA

DEDICO ESTE LIVRO AOS MEUS PAIS (TEREZINHA E ANTÔNIO FLORIANO – in memoriam), que souberam me proporcionar a educação necessária para que pudesse trilhar o caminho da retidão e do saber científico, buscando colher os melhores frutos.

A todos aqueles que já não estão mais entre nós (Pe. Luiz Santiago, Zé Lula, Benedito Barreto, João e Francisquinha Casado, Antônio Floriano, Francisquinha de Juvenal, Jovino Nepomuceno, Tuta Lins, Tita Barros, Chiquinha Correia, seu Basto e dona Noca, entre outros(as)), que com suas conversas informais, frutos de suas memórias, foram capazes de resgatar parte da nossa história, sendo aqui adicionadas a outras pesquisas documentais, com as quais pontifico este esboço histórico.

**O autor.**



## AGRADECIMENTOS

MUITAS PESSOAS CONTRIBUÍRAM PARA A REALIZAÇÃO DESSE ESBOÇO histórico e, certamente, seria impossível mencionar todas. No entanto, quero deixar registrada a minha gratidão, inicialmente, a Deus por todas as bênçãos que tenho recebido durante a minha vida pessoal e acadêmica. Agradeço a minha esposa Ana Paula e aos meus filhos (Rayssa e Matheus), pelo incentivo, nos meses de pandemia, ao término desse livro. Agradecimentos a Diana Guimarães, pela correção gramatical deste pequeno livro, a Damião de Lima pelo prefácio realizado, às diversas conversas com meu irmão Padre Edson Barros, tentando entender determinadas situações vivenciais de Barra de Santa Rosa em décadas passadas. Enfim, a todos (as) que enviaram fotos, fizeram comentários sobre determinadas situações, a exemplo de Raú Ferreira, Cida Barreto, Naldo Vaqueiro, Solange e Zito Casado, Evaneide Inácio, Leônia Barros, Eva Nepomuceno, Pe. Edson Barros, Iremar Inácio, Iris Potiguara, Nova Correia, Evaneide Confessor, Maricélia Diniz, Valdo Luna, Eunice Gomes, Miro Pro-cópio, Jane Freitas, Lia de Conda, Marcelo Braga, Gilberto Martins, Socorro Silveira, entre outros.

A todos(as), muito obrigado!



## PREFÁCIO

AO RECEBER O CONVITE PARA LER E PREFACIAR ESTE LIVRO, FIQUEI apreensivo por duas razões: a primeira é que Marcos Barros é meu amigo e não é fácil analisar o trabalho de alguém próximo, a quem temos estima e admiração; a segunda é que não conhecia o lado pesquisador do autor, no campo das Humanidades, em especial da História - sempre acompanhei a sua trajetória acadêmica de sucesso, mas no campo das Ciências Exatas, na Física, para ser mais preciso.

Entretanto, já nas primeiras páginas do que ele denomina como *Conversa Inicial* está posta uma descrição que uniu aspectos metodológicos e o trato das fontes, por meio da qual reconheci mais uma faceta do autor. Passada a boa surpresa inicial, com o trato cuidadoso das fontes históricas, dando-as voz e as questionando precisamente, é notável, também, a sua capacidade de escrita. Trata-se de um estilo objetivo e envolvente, sem deixar de ser acadêmico. Fechando essa introdução, o autor nos brinda com um exercício de memória afetiva, ao descrever alguns personagens da cidade, convidando o leitor para o passeio pelo próximo capítulo.

Em *Antigo Território dos Índios*, o passeio constitui-se em agradável viagem pelas origens indígenas, com os relatos de ocupação ganhando destaque, tendo como elemento de explicação e fator agregador o rio Curimataú e seus afluentes. Assim como ocorreu em várias civilizações da antiguidade, o uso racional dos cursos de água é responsável pela sedentarização das populações e, no caso do ambiente pesquisado, o autor destaca essa semelhança sem, necessariamente, ter que conduzir o leitor para tão longínqua temporalidade

histórica.

Pautado nos estudos do Padre Luiz Santiago, o texto chama a atenção para a necessidade não apenas da pesquisa, mas também da exploração racional e turística de uma riqueza ainda inexplorada no município de Barra de Santa Rosa: os sítios arqueológicos. O leitor irá encontrar, nesse capítulo, grande riqueza de detalhes na descrição das populações indígenas nativas. Utilizando-se de fontes iconográficas, o autor faz um convite à nova ocupação da região, desta feita levada a cabo pelos colonizadores e pautada na legislação metropolitana.

*As Primeiras Sesmarias* abrem o terceiro capítulo e a descrição detalhada dessa forma de ocupação, do requerimento e da posse de terras, dando a entender como se efetivaram as primeiras ocupações ocorridas no espaço geográfico estudado. Nesse capítulo, está exposta a argumentação apresentada pelos colonizadores para requerer a posse das terras. Vale ressaltar a completa ausência, na documentação apresentada pelos requerentes, da população indígena. Não fosse a descrição do capítulo anterior, o leitor poderia imaginar que essas terras eram desabitadas e que, de fato, foram descobertas por esses requisitantes. Merece realce, ainda nesse capítulo, a rica documentação oficial apresentada pelo autor e um mapa das comunidades que se formaram ao longo dos anos, algumas ainda existentes e pertencentes, na atualidade, ao município de Barra de Santa Rosa.

Ao adentrar na *Florescente Barra de Santa Rosa*, título que nomeia o quarto capítulo, o leitor terá o prazer de acompanhar o desenvolvimento econômico e social do município. É interessante e envolvente a opção por um relato formal, histórico, mas em diálogo com a atualidade no trato e na descrição tanto da infraestrutura do povoado em formação, quanto dos personagens do passado e do presente da cidade.

Ao expor as fontes históricas, fica explícita a alusão ao termo que nomeia o capítulo e o livro, já que, na virada do século XIX para o século XX, a localidade é descrita, nos documentos oficiais, como “muito nova e florescente”. Embora não seja objeto de pesquisa do autor, o leitor pode encontrar, nesse capítulo, questões de interesse histórico, como a separação entre estado e igreja, ocorrida no início

da República Velha, bem como a reconciliação entre os dois entes, durante o governo Vargas.

O quinto capítulo, intitulado *Espaços Públicos de Barra de Santa Rosa*, é destinado ao patrimônio histórico que vai sendo edificado no distrito e que será herdado pelo futuro município. Também tomam espaço o cemitério e a razão para a sua estranha localização; os Correios e a hereditariedade na sua administração inicial e o Grupo Escolar Professor José Coelho, onde, assim como o autor, tive o prazer de ser discente. Na descrição de tal grupo escolar, o autor acrescenta importantes informações acerca das articulações políticas da época e da formação técnica e profissional dos moradores. Merece destaque a exposição acerca das professoras que deram vida àquela instituição de ensino.

Consta ainda, no capítulo, o registro acerca da contribuição oficial do Governo Federal, através do exército, na criação da infraestrutura do local. Segundo a documentação apresentada, o mesmo batalhão do exército que construíra o Grupo Escolar Professor José Coelho, ao término do edifício educacional, iniciou a construção dos reservatórios de água que, durante muito tempo, abasteceram o distrito e, posteriormente, a cidade: os açudes Curimataú e Tribofe.

Apresentados esses empreendimentos de super e infraestrutura, o escrito passa a abordar outras obras que, em virtude da religiosidade à época, foram tão agregadoras quanto todos os outros elementos abordados até o momento. A história da Capelinha de Nossa Senhora da Conceição é interessante porque, nela, além da função religiosa, nos primeiros anos, exerceu-se também a função educacional. Lá foram dados, a uma parcela da população, os aprendizados dos primeiros números e das primeiras letras. Dando seguimento às obras vinculadas à religião, o registro traz a história da capela de Santa Rosa de Lima e culmina na construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, esta última iniciada por um padre alemão que, posteriormente, deu nome à praça da cidade: Frei Martinho. Além de uma boa descrição da construção da matriz e de sua trajetória para tornar-se paróquia, o capítulo apresenta uma sintética biografia dos religiosos ligados a ela e termina com a entrevista do primeiro padre da paróquia de nossa senhora da Conceição, Padre

Dommenico Ciavarella, conhecido como Padre Domingos.

Em *Desenvolvimento Econômico do Povoado nas Primeiras Décadas*, o escrito destaca a feira como elemento agregador e seu efeito multiplicador no campo da economia, mas chama a atenção também para os produtos ali comercializados. Afinal, é importante entender de que se constitui uma feira. Ganha destaque, nos primeiros anos, o comércio do algodão. A atividade comercial, aliada à atividade agropecuária, foi moldando o distrito, com as atividades, tornando robusta a economia; no mesmo diapasão, a importância política do distrito e de seus habitantes aumenta, a ponto de influenciar diretamente as eleições no município sede, no caso, Picuhy. Seguindo esse desdobramento, o registro se encaminha para discutir essa nova configuração política.

*O Surgimento de um Líder Político* nomeia o sétimo capítulo e apresenta ao leitor as tramas da política, dando destaque à trajetória de um morador do distrito de Barra de Santa Rosa, o senhor Manoel de Souza Lima, conhecido como major Sousa Lima que, em virtude de sua liderança política no distrito, elegeu-se e administrou a sede do município de Picuhy. Estão evidenciadas, no texto, as disputas políticas entre os moradores da cidade e o chefe político vinculado ao distrito, que culminaram com a renúncia da liderança distrital.

A descrição do cenário político do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, bem como suas repercussões na política local continua centrada na maior liderança política do distrito à época, o major Sousa Lima. O capítulo descreve sua participação e sua vitória no pleito eleitoral que elegeu Júlio Prestes à presidência do país, além das perseguições que o vitimaram, após o movimento de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, encerrando com o retorno do major à política ainda no governo de tal presidente. Outro elemento descrito e também vinculado ao universo político é a criação da comarca de Cuité. Nesse novo cenário, por interferência de Manoel de Sousa Lima, no final dos anos 1930, o distrito de Barra de Santa Rosa, agora denominado de Santa Rosa, sai da jurisdição de Picuhy e passa a pertencer ao município de Cuité.

Dessa forma, o distrito e o texto adentram na *Década de 40*, que nomeia o oitavo capítulo do texto. As luzes do progresso iluminam,

literalmente, o distrito. Nessa década, a iluminação elétrica a motor substituiu a anterior, a gás. Esse modelo de iluminação elétrica perdurou até o ano de 1968, quando, já emancipada, a cidade recebe iluminação elétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Outro marco importante na história do distrito, já no campo econômico, é a expansão da cultura sisaleira. Essa cultura, a partir da segunda metade dos anos 1940, causou profundas modificações na economia do distrito, tornando-se, em pouco tempo, a principal atividade agrícola de pequenos e, especialmente, de grandes proprietários de terras.

Outras novidades da modernidade e os acontecimentos históricos que marcaram os anos 1940 são abordados no capítulo. A chegada do rádio e sua importância como portador da modernidade e promotor de *status* social, assim como a visão da guerra e sua singularidade em um distante distrito do interior do Brasil ganham descrições que, sem dúvida, merecem ser lidas e transportam o leitor para outra temporalidade histórica.

*A Emancipação Política de Barra de Santa Rosa* é o desfecho dessa primeira parte da história. Nesse último capítulo, o leitor será levado a entender as disputas políticas nacionais e estaduais e suas repercussões no distrito. A redemocratização do pós-guerra e o surgimento dos novos partidos, em especial dos três de maior repercussão (UDN, PSD e PTB), forjarão novas lideranças em todos os cenários, com o apelo à participação política soprando seus ares também no distrito em análise. Novas articulações e arranjos políticos acabam por fortalecer o tão acalentado desejo de independência e ascensão do município, que remontava aos anos 1920. Favorecido por essa nova configuração social e política e pela ação geográfica “fragmentária” do governador Pedro Moreno Gondim, o sonho da população barrense está cada vez mais próximo de sua realização. O texto apresenta detalhes desse cenário e conduz o leitor pelos entrelaces que culminaram, no dia 8 de maio de 1959, com a emancipação política e o surgimento do município de Barra de Santa Rosa.

Este livro é um deleite para o leitor, seja ele um apaixonado morador do município ou um simples curioso da história regional e local.

Por sua vasta documentação, constitui-se, também, uma importante fonte histórica para futuros pesquisadores. Considero que a pesquisa cumpre sua função e tenho plena convicção que o objetivo do autor foi alcançado. A tarefa de ambos, autor e obra, está coroada de êxito. O escrito faz um competente resgate das idas e vindas do distrito e seus personagens na direção do sonho de tornar-se cidade e preenche uma lacuna no campo da historiografia, ao descrever, com maestria, a trajetória histórica das origens à emancipação política da florescente Barra de Santa Rosa.

Damião de Lima<sup>1</sup>

João Pessoa, julho de 2020.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Departamento de História – CCHLA – UFPB – João Pessoa.

## CONVERSA INICIAL

FOI NO DESEJO DE REGISTRAR A HISTÓRIA DA MINHA CIDADE, APE-SAR de ter nascido em Picuí, que escrevi este livro.

Este trabalho de pesquisa começou ainda na minha juventude, por volta de 1979, aos 17 anos, quando em uma conversa informal entre meu pai (Antônio Floriano) e o Padre Luiz Santiago, durante uma quinta feira, nasceu a curiosidade sobre os primeiros habitantes do Curimataú, seus índios e donatários, suas tradições, costumes e lutas na ocupação da nossa região. Paralelamente a essa primeira conversa informal, somam-se várias outras escutadas, durante quase todas as noites, na calçada da farmácia de seu Zé Lula, em que os palestrantes, ao nível de seu João Casado, Pedro Nunes, seu Evaristo, seu Zênor, Benedito Barreto, Chico Melo, seu Vicente Martins, entre outros, discorriam, com lucidez sobre diversos temas do passado, aguçando as memórias dos jovens que, ali, escutavam em silêncio, levando-os a imaginar, naquele interim, vozes e fatos de um passado longínquo, que não deveria ser esquecido no vazio do tempo.

Por outro lado, em casa ou na casa de nossa Tia Severina Tita Barros, entre doces e cafés, as conversas, puros relatos históricos, eram mais aprofundadas, englobando outros fatos de cunhos sociais, políticos e religiosos, ora clarificando ou discordando do que ouvira em outros relatos. Essas concordâncias ou discordâncias relativas aos fatos históricos, em função de conversas informais que são repassadas através de gerações, o famoso “disse me disse”, podem ser permeadas de descertos ou distonias literárias, que terminam se perpetuando, sem que se percebam as suas inadequações ou falácias.

De fato, nenhuma construção histórica é isenta da influência cultural, social, política e ideológica de uma sociedade, onde a pesquisa deve ser conduzida.

Durante essa fase, eu não entendia o *fazer pesquisa* e nem como se dava a construção de um estudo histórico, com seus métodos e técnicas, quais documentos a serem utilizados, etc. Assim, no afã de saber e construir a verdadeira história do nosso município, surge novamente Padre Luiz Santiago, falando de pesquisas bibliográficas, oferecendo livros, geografando e esmiuçando o município, com seus índios, seus donatários e suas gentes, apontando caminhos a um jovem sem nenhuma formação para produzir uma narrativa historiográfica.

Durante as idas e vindas à fazenda Ubaia, permeado com diversas informações, consegui escrever um pequeno esboço histórico, à época, partindo, muito mais, de informações orais do que bibliográficas. Mostrei e li para o Padre Luiz, que, por sua vez, disse-me para começar tudo de novo, pois eu não havia entendido nada do que ele dissera. Por diversas vezes, fiz as alterações, acrescentando algumas sesmarias, mas ele continuava dizendo que eu tinha preguiça de ler. Na última vez que o procurei na Ubaia, em 1981, após o acréscimo de outros aspectos históricos e da correção gramatical realizada por Carlos Leal, li novamente o livro, mas ele parecia não entender o que estávamos conversando, o que eu estava fazendo ali, quem eu era, ou seja, infelizmente a sua memória começava a dar os primeiros sinais de esquecimento, falhando de forma progressiva, deixando-me apático e triste. A partir daquele instante, guardei os escritos, entendendo que o livro estava quase concluído, permitindo-me vislumbrar outros urgentes horizontes, entre os quais o vestibular.

Apesar de não ter concretizado o nosso desejo na época, hoje, homenagem, de forma póstuma, o Padre Luiz, oferecendo-lhe este esboço histórico que constitui o presente livro, fruto da persistência de um jovem que soube entender, muito tempo depois, o significado das suas premissas historiográficas, absorvendo um pouco da argúcia de um historiador que estudou o Curimataú através dos seus índios, seus costumes e suas tradições. Creio que ficaram, em mim, registros de um exímio pesquisador, conforme característica relatada

pela historiadora Ruth Almeida, em sua obra, falando de um homem à frente do seu tempo, de um espírito vanguardista, que soube reparar um pouco dos seus conhecimentos a quem dele se aproximava.

Entre atividades acadêmicas e familiares, resgates de jornais, arquivos de paróquias, idas ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e ao museu Nacional no Rio de Janeiro, leitura aguçada do livro de doações de terras de João Lyra Tavares, ao longo desses anos, muitas foram as tentativas de terminar este esboço histórico, alterando-se, de forma significativa, quase tudo que havia escrito na sua fase inicial, atribuindo-se mais atenção às referências bibliográficas aqui utilizadas, mas sem deixar de comparar com a oralidade histórica dos relatos de fatos descritos por aqueles que viveram ou “ouviram falar” sobre tais aspectos. Notadamente, isso nos remete ao fato de que construir e escrever a história de um povo, de uma sociedade, deve ser uma prática social, que se modifica com o tempo.

As dificuldades iniciais, para entender o povoamento da nossa região, foram clarificadas nas conversas com Padre Luiz Santiago e em alguns de seus escritos ou rabiscos inconclusos, os quais possibilitaram um norte para um caminho a seguir, pontificando que os primeiros habitantes que dominaram essas terras, descendentes das diversas denominações dos Cariris, a exemplo dos Inhaís, Paiaçús, Tapuais, estendiam-se desde Campos Novos à Serra do Damião, com uma concentração maior na serra do Bombocadinho e no Cuiuiú, também chamado de Cayú ou Cunhao pelos Tapuais. Esse fato foi evidenciado mais fortemente com outras referências bibliográficas, a exemplo dos livros de Ruth Almeida, Lyra Tavares e Horácio de Almeida, que me permitiram entender as diversas batalhas travadas entre índios e colonizadores que, aqui, se estabeleceram, situando suas fazendas, contribuindo para um processo de habitação vagaroso, desde as primeiras Sesmarias, em 1706, até os primeiros habitantes que, aqui, construíram suas casas, na barra do riacho Santa Rosa.

Outras dificuldades apareceram, quando tentamos descrever os primeiros moradores que se fixaram na barra dos riachos Santa Rosa e Poleiros, já conhecido, na época, como rio Curimataú. Delimitar alguém como primeiro habitante não seria justo com outros que, também, tiveram igual importância para o início do povoamento de

Barra de Santa Rosa. Portanto, o que fizemos foi margear os dois riachos, procurando identificar a quem pertenciam aquelas terras e, a partir daí, entender o porquê de, sempre às quintas feiras, em um local próximo a uma das fazendas existentes, formar-se um aglomerado de pessoas vindas de diversas propriedades e localidades, a comercializarem os seus produtos, numa verdadeira feira de trocas e vendas. Para tal, as primeiras constatações foram evidenciadas, em documentos antigos, mais especificamente, a partir das leituras das notas fiscais usadas para cobranças de impostos em 1889, descritas pelas “Mesas de Rendas” da vila de Cuité e posteriormente da vila de Picuhy.

Apesar da existência desses documentos, são raros os que nos contemplam, individualmente. Na sua maioria, estão sempre associados ou somados aos valores das respectivas vilas às quais pertencíamos ao longo desses anos. Portanto, além de não termos noção do que era aqui recolhido em termos de impostos, nem da quantidade de produtos comercializados, todos os outros aspectos sociais, geográficos e políticos eram também sucumbidos, aparecendo sempre em alguns censos realizados, em nível de Brasil, com denominações de povoado, distrito de paz e vila, durante setenta anos de subserviência administrativa.

Quando afinamos a pesquisa no número de propriedades ou “datas de terras por sesmarias”, ao longo dos anos (1706 a 1816), é que paramos para pensar no quão era forte, economicamente, essa região, justificando o fato de que um ponto, geograficamente estratégico, dentro desse conjunto de propriedades rurais, servisse de concentração a essas e outras pessoas, em um dia da semana, para, ali, realizar suas trocas e vendas de produtos, permitindo um fluxo econômico que chamava a atenção pelos elevados valores de impostos cobrados, capitalizados por essas vilas.

Terminada essa primeira fase da pesquisa, puramente documental, prosseguimos para outra fase, em que precisávamos entender o desenvolvimento social, político, econômico e religioso da “muito nova e florescente” Barra de Santa Rosa. Para tal, os relatos orais e documentais se cruzaram, sinalizando para um desenvolvimento acentuado entre 1904, durante o período em que fora distrito de paz

e povoado de Picuhy, até 1936, quando se desligou de cidade de Picuí, tornando-se vila da cidade de Cuité.

Não obstante, essa afirmativa é reforçada com a publicação de dados estatísticos providenciados pela prefeitura de Picuhy, em 1920, em que o censo por ela realizado mostrava a relação dos “proprietários ruraes recenseados no distrito de Barra de Santa Rosa”, evidenciando a força da nossa produção rural com os seus mais de 200 proprietários, que, de certa forma, procuravam o distrito para vender seus produtos agrícolas e animais, bem como comprar outros produtos básicos à necessidade humana, o que termina por justificar o que já dissemos anteriormente. Nessa fase, o livro da Jornalista Fabiana Agra nos possibilitou uma visão mais densa da evolução econômica, social e política de Picuhy e seus municípios, nas décadas iniciais do século XX.

Particularmente, acredito que, neste período em que Barra foi incorporada ao município de Picuhy, após a separação geográfica e judicial de Cuité em 1904, por força da lei, houve uma maior projeção do distrito, com uma arrecadação de impostos que às vezes superava Cuité, favorecendo o desenvolvimento econômico e urbano do distrito, além de gerar novas lideranças políticas, a exemplo do capitão Vicente Martins Casado, Salviano Martins Casado, Cel. José Antônio da Malhada da Cruz e o major Sousa Lima, que se tornou prefeito da cidade de Picuhy, em 1925.

Evidentemente, quando Barra se separou de Picuí, em 1936, passando a ser vila de Cuité até 1959, a sua economia já era forte, pois foi nesta fase que tivemos as maiores produções de algodão e, posteriormente, de agave, tornando o nosso município um dos maiores produtores dessas fibras, além de termos um dos maiores comércio da região, abastecendo todas as propriedades do seu entorno, além dos pequenos povoados que começavam a surgir, como Sossego, Damião, Jacú, Algodão, etc. Dessa forma, a vila de Barra de Santa Rosa passa a ter voz e vez na região, sempre elegendo vereadores na cidade de Cuité, chegando a eleger, ali, um vice-prefeito, e gerando novas lideranças, a exemplo de João Casado de Almeida, até que, de fato, ocorresse a separação geográfica e política, tornando-se cidade, em 1959.

A busca documental, para entendermos o desenvolvimento econômico de Barra, não foi fácil, devido aos motivos que já citamos em parágrafos anteriores. No entanto, há de se acrescentar que a oralidade proveniente de pessoas que “ouviram falar” ou que se fizeram presentes na maioria dos aspectos sociais, religiosos e políticos, aqui relatados, não presentes em documentos, mas que contribuem para este esboço histórico, deixando-o mais ameno, nos permite pontificar que a nossa cidade foi construída por homens e mulheres que, de uma forma ou de outra, deixaram os seus legados para a construção desta sociedade.

Assim, termino essa conversa inicial, convidando-o a retornar ao passado e, de forma retalhada, reviver antigas memórias e desejar:

- Ouvir os discursos empolgantes do major Sousa Lima com Tita Barros segurando o guarda sol;
- Participar das missas dos padres Boneslaw ou Barros, durante as quintas feiras;
- Assistir e torcer pelo Santa Rosa Futebol Clube, jogando no mais natural e empolgante campo de “Zefa Viado” e vê Ida, Giovanni, Pelado, Passarada, Zé Preto, Massangana, Airton, Nêgo da sinuca, Zé Abdias, Antônio da Penha, Zé Balbino, Alcemir, entre outros, jogando contra o time dos Estudantes Esporte Clube de Evaldo, Dinarte, Val, Ércio Nunes, Cícero Casado, Naldo Vaqueiro, Pedro Bobina, Basto de Jorge, Zé Dias, Zé Roberto, Zélio Nepomuceno, entre outros;
- Dançar no Santa Rosa Clube ao som da orquestra de Miguel Lopes e sua gente;
- Assistir à copa de setenta na primeira televisão da cidade, na casa de seu Vicente Martins;
- Vê o tradicional jogo de Argolinhas, ao lado da praça ou, em tempo mais remotos, na frente da casa de seu Luiz Inácio, organizado por seu Moreira e seu Pedro Ferreira, torcendo pelas cores Azul ou Encarnado;
- Assistir ou participar da festa folclórica “Boi de Rei” organizado por seu Josias, que trazia os participantes de Solânea, Cuité, numa disputa regional;
- Vê o “João Redondo”, “festa dos Marujos”, os “Mamulengos”, as

- “Cirandas”, os “Papangús” e os “Pastoris”, organizados por Maria de Binaca ou dona Terezinha do hotel ou por Humberlinda, no clube do quartel (Vilagran Cabrita) ou no pátio da igreja;
- Vê ou participar do São João na roça, organizado por João Correia, Pedro Ferreira, Tito de Sousa, Fileto Potiguara;
  - Ouvir as trovas e repentes de Geraldo Diniz ou de Vicente Braga (apaixonado pelo poeta Augusto dos Anjos), embalados pelo som do violão de alguns seresteiros esquecidos como João Maria, Severino Correia, Zé Casado, Breguesso, Biu da praça, Alcemir, entre outros;
  - Participar dos blocos de carnavais organizados por Antônio Bezerra, Raimundo Inácio, Zé Luiz do posto, dona Maria de seu Miguel Sousa, seu Homero do Hotel Paraense e, depois, saborear o prato do dia no hotel de dona Carmina;
  - Participar das festas de padroeira com animadores famosos como Tito Sousa, Tino Correia, Davino Barros, Fileto Potiguara, arrematando galinhas a preço de ouro, para comprar o sino da igreja;
  - Tomar banho no barreiro “tribofé” ou no poço de “Pachola” ou no rio de seu Vicente Martins;
  - Levar os sapatos para seu Elísio Correia de Sousa consertar ou, talvez, para seu Zé Sapateiro e, depois, deixá-lo brilhante com a graxa especial dada pelo famoso Biró;
  - Arrodear cem vezes a praça, se preciso for, para paquerar as meninas e depois oferecer músicas na difusora, que dizia “essa música vai de fulano para sicrana com as iniciais MAB”;
  - Sair correndo atrás do carro do Cel. José Antônio (Ford 29), guiado por seu Capuxú, achando bonita a fumaça que ele soltava, parecendo a “besta fera”, desfilando na rua grande ou na rua do comércio durante as quintas feiras;
  - Sentar na calçada de seu Manuel Correia e ouvir o programa de rádio “Peba no Buraco”, observando-o rindo e se balançando naquela cadeira de madeira;
  - Observar Totô que só andava no meio da rua e ao ser reclamada, respondia: “é da sua conta? Comprou a rua?”.
  - Observar Zé Batata subir num poste e telefonar para Cuité

- providenciando policiais;
- Correr atrás de algumas pessoas amáveis do tipo Chico Boa, Zé Mocho, Maria Preta, Nina, Mosquito, Guarabira, Chico Macaco e tantos outros que nos deram tantas lições de vida;
  - Sentar no bar de dona Nininha, na barraca de Rosa e Nina, na barraca de seu Badalo, no bar do peixe, no bar de Cobal, no bar de Deca, nas palhoças de Benedito Barreto, no bar de Arthur, no picado de Pretinha, tomar uma “meiota de cana” com coca cola e ouvir cantores do tipo Nemba, Biu da praça, Miguel Lopes, Alcemir, Piaba, Pissirica, Naval, Raimundo, Cícero Passarada, entre outros;
  - Comprar remédios nas farmácias de seu Juvino Nepomuceno, seu Zé Lula ou, em tempos mais remotos, se consultar com seu Zé Lins ou dona Anadita ou valer-se dos remédios caseiros de Sousa Lima e Tita Barros;
  - Acompanhar a caminhada das senhoras Tita Barros e Bina, pela calçada da prefeitura e, do outro lado, dona Chiquinha Correia, Clotilde e Culó, vendo quem chegava primeiro à igreja;
  - Ouvir dona Chiquinha Correia falando de Tita e Bina: “Lá vão as francesas...”;
  - Sentir o cheiro de pão vindo da padaria de seu Artur ou comer um pão doce com manteiga na padaria de seu Vicente Martins;
  - Tomar um refresco de maracujá com pão doce na barraca dos galegos, vizinho ao bar de Deca, saborear o caldo de cana de seu Elísio, comer doce quebra queixo de seu Epitácio ou doce de leite em dona Luiza Barreto;
  - Observar, de longe, as famosas parteiras, como dona Chiquinha (mãe de Adelaide Badú) ou dona Beatriz Freitas, em ação;
  - Ficar olhando as enchentes do rio Curimataú de cima da ponte, vendo Edilson, Euzébio, Inácio e Danda, Lula de Jorge, Djalma de Mané Padeiro, Pedrinho de Pedro Justino, pularem da varanda da ponte, com acrobacias;
  - Participar das conversas ou palestras todas as noites na mercearia de Antônio Floriano, com ele e Juvenal contando piadas, ficar atento às perguntas de João de Ana sobre se “Cafifi tem coração?” ou “o nome da cidade Passa e Fica está errado, pois

- Quem passa não fica e quem fica não passa;
- Pedir a seu Mané Trajano para “contar as novas” e ouvi-lo dizer: “posso agora não, estou procurando meu canário que voou com gaiola e tudo”;
  - Conversar com Anchieta Araújo e não entender nada do que ele sinalizava;
  - Perguntar a seu Artur da padaria quem era a padroeira da Barra e ouvi-lo dizer “É dona Tita”;
  - Brincar nos parques de diversões dos Nunes, durante as festas da padroeira ou observar a inteligência de seu Manuel Nunes com os eletrônicos;
  - Ouvir, de perto, a competição entre difusoras das casas de tecidos “Ganha Pouco” de seu Antônio Confessor e a “Casa Florinha” dos irmãos Antônio e Chico Melo;
  - Visitar a barraca de seu Zé Bezerra e escolher um perfume e uma brilhantina para a festa da padroeira;
  - Frequentar os bailes nos clubes Roseo Clube, Vilagran Cabrita, Santa Rosa Clube e ver dançarinos famosos como seu Fileto, Antônio Floriano, Zé Casado, João Inácio, entre outros, dançando suingue, samba-canção, etc;
  - Frequentar e dançar no cabaré “o percevejo”, ao som de violões e concertinas tocadas por Quincas Casado e o cego Pissirica, animado por suas “donas da noite” como Maria Borges, Ana Padre, Maria Camelo, Rita Dondon, Conceição, Belmira, entre outras, que eram responsáveis por aliviar as tensões noturnas;
  - Assistir filme no cinema do quartel, posteriormente no cinema de Zé Luiz e Fagundes, onde hoje é o Colégio Barra ou, quem sabe, assistir “Tarzan” no cinema de seu Manuel Nunes e ficar ansioso quando escutava aquela música do Ray Conniff, sem que meu pai me desse o dinheiro da entrada;
  - Trocar dinheiro com “duas cabeças” na mercearia de dona Rosa de seu João Procópio;
  - Cortar o cabelo com seu Alcides, com Zé Guida, com Silvinha Procópio ou com seu Antônio Ambrósio;
  - Passar um tempo na sinuca de seu Pedro Henrique, sendo, a todo o momento, importunado por Nêgo, dizendo “menino,

- pode ficar aqui não”;
- Ver o time do Independência completo (Val, Beбето, Dinar-te, Pitié, Pedro, Evaldo, Valdinho) jogar, com Poroca gritando como técnico: “toca, toca, toca”;
  - Ouvir os discursos empolgantes de seu Olavo Martins com Nilo do seu lado, com uma pistola na mão, ameaçando quem não gostava do discurso e dizendo “É pra votar em Zé Diniz e Olavo na cabeça”;
  - Observar, de longe, a discussão de seu Luiz Inácio com dona Zefa de Pedro Justino, que quase resultou numa tragédia;
  - Participar de uma conversa com seu Fileto Potiguara e ouvir dele “desculpe incomodá-lo”;
  - Passar, novamente, no “muro das lamentações” construído por seu Nilo Martins, que seu Granjeiro mandou derrubar, às escondidas, pois atrapalhava o seu comércio;
  - Participar das missas na capelinha e depois sair em romaria até Santa Rosa;
  - Voltar a assistir aulas com dona Joana Alves Bezerra, Severina Adélia de Barros, Beatriz dos Santos, Anália Archanjo Mororó, dona Palmira Xavier, dona Antônia, dona Nevinha, dona Crisalda, Eurídice Barros, Leônia Barros, dona Terezinha Barros, dona Otacília Martins, dona Luzinete, dona Hilda, dona Otti, dona Rosane, dona Dôra Barreto, dona Maria Amélia, Maria de Carmelita, dona Zena, dona Avani, Neide de Mira, Marly Gomes, dentre outras, sentindo o cheiro de morcego nas classes, comer uma soda na barraca de seu Severino, jogar bola durante o recreio e pular o muro do grupo para ir jogar bola no rio (escondido de seu Feliciano Freitas);
  - Assistir aulas no Colégio Barra com Carlos Leal, seu Tuta, Jota, Rosedy, Evaldo, seu Joaquim, Basto de Jorge, Zé Dias, Geraldo Inácio, Evaneide Confessor, Lico Pascal, dona Crizelides Henriques, Nova de Zé Luiz, Dr. Zezinho, dentre outros;
  - Desfile no sete de setembro, sendo visto por muitas pessoas e, em frente à prefeitura, escutar atentamente quando um dos prefeitos disse “hoje é o dia em que Dom João VI proclamou a república”.

Enfim, caro leitor(a), esses são alguns retalhos extraídos da minha memória e da memória dos meus pais (Antônio e Terezinha), que, de forma resumida, transcrevi nesta “conversa inicial”, no sentido de matar a saudade ou lembrar fatos e pessoas. Além disso, procurei mostrar as minhas dificuldades e os porquês de publicar esta obra 40 anos depois dos primeiros rascunhos. Para as próximas páginas, procure sintonizar-se nos detalhes da construção da nossa cidade, trilhando por seu rico percurso histórico e evidenciando todos aqueles que contribuíram para o seu surgimento e progresso.

Bom proveito!



## **CAPÍTULO 01 - ANTIGO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS**

### **AS RIQUEZAS EM TORNO DO RIO CURIMATAÚ E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O PROCESSO DE OCUPAÇÃO POPULACIONAL**

Cinco grandes regiões primitivas despontavam sob um véu azul de nuvens e apareciam no sopé do Chapadão de Campos Novos e nos Cariris Velhos, onde hoje se encontram as cidades de Cubati, Poci-nhos, Areal e Montadas, que integram o platô da Borborema, de onde se originam as nascentes de cinco grandes rios - Seridó no po-ente, Paraíba ao sul, Mamanguape na lagoa Salgada, Araçagi em Gra-vatazinho e o Curimataú, com seus pequenos riachos, a exemplo de Santa Rosa, Guandú, Poleiros, Caraibeiras, Salgado, dentre outros, que nascem a partir do serrote da “Sirieina” (assim chamado pelos gentios Tapuias), originando o Curimataú<sup>2</sup>. Tal nomeação explica-se, topograficamente, devido ao encontro de dois dos seus afluentes, o riacho Poleiros e o riacho Santa Rosa, na cidade de Barra de Santa Rosa.

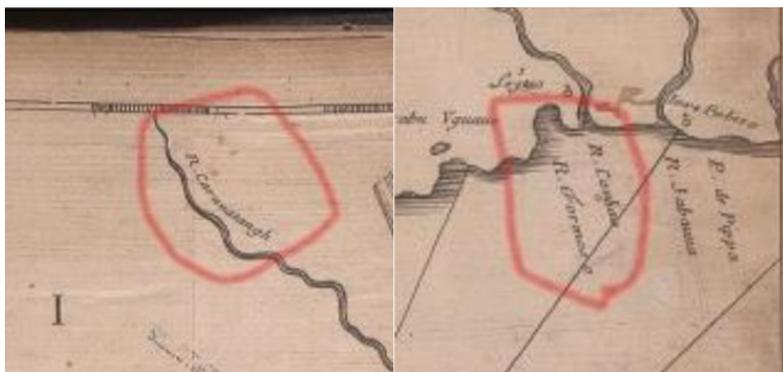
No mapa geográfico mais antigo da Paraíba, o rio Curimataú apa-rece no primeiro círculo, na parte superior do mapa, com o nome de Carumatanyh, cortando toda a “Província di Paraíba”, desaguan-do no mar, por meio do rio Cunhao<sup>3</sup>, no círculo inferior do mapa, representado a seguir, na “província di Rio Grande”. Esse mapa foi

2 Historicamente chamado de rio Curimatay, cuja denominação vem da língua Tupi-Guarani (curimatã-u ou quiri-mbatã) que significa rio dos Curimatãs.

3 Corruptela de Cunhaú ou Curimataú.

desenhado pelo cartógrafo italiano Andreas Antonius Horatius em 1698, com representações de todas as capitanias hereditárias existentes à época<sup>4</sup>.

**Figura 01** - Mapa “Provincia di Paraíba”<sup>5</sup> de 1698



Fonte: Museu Nacional e Público do Rio de Janeiro

- 4 Em destaque a do Padre João de Barros, que caracteriza a família (Barros) do autor do livro, entre as regiões de Pedra Lavrada e Picuí, na Paraíba.
- 5 Província da Paraíba

Recorrendo ao livro de João Lyra Tavares (1909), que descreve doações de terras por uso do sistema de Sesmarias desde 1586, encontramos, inicialmente, três afluentes do Curimataú, citados na primeira sesmaria em 1706 (Nº 56): o riacho Tatu-bola, o riacho dos Porcos e o Caraçá. Em seguida, observamos outros afluentes, a exemplo dos riachos Ipueiras, Penha, Salgado, Quandú, Poleiros, riacho da Cruz, Santa Rosa, entre outros.

Atualmente, a bacia hidrográfica do rio Curimataú drena trechos urbanos e rurais, abrangendo os municípios de Barra de Santa Rosa, Damião, Casserengue, Cacimba de Dentro, Solânea, Bananeiras, Dona Inês (alto curso), Tacima, Belém, Caiçara e Logradouro (médio curso). Todos esses municípios estão inseridos no polígono da seca, ocupando uma área de 3.346 km<sup>2</sup>, que ultrapassa o limite interestadual e, no Rio Grande do Norte, ele deságua na divisa dos municípios de Canguaretama com Baía Formosa, na praia de Barra do Cunhaú. Assim sendo, a trajetória do rio Curimataú e seus afluentes, desde as suas nascentes, guarda em sua forma, função e estrutura, as marcas históricas deixadas por seus primeiros habitantes.

Para Ruth Almeida (1979)<sup>6</sup>, todos os rios, em especial o Curimataú ou os caririzeiros, mesmo que temporários, foram essenciais para que grupos humanos se estabelecessem próximo as suas margens, fazendo, ali, as suas lavouras, suas moradas, cemitérios, também de forma passageira, uma vez que a escassez de água fazia com que esses povos se deslocassem, continuamente, em busca de sobrevivência, sempre acompanhando o leito do rio. Daí, resulta a maioria das artes rupestres, com seus petróglifos, em cavernas ou pedras nas proximidades de rios.

A maioria desses sítios arqueológicos dos mais variados vestígios (lítico, ósseo, artes rupestres, gravuras) localizados entre nós, sobretudo, ao longo da foz do Curimataú, nunca receberam a atenção necessária por parte das autoridades, talvez por falta de financiamento ou de profissionais especializados, deixando esses sítios à mercê da degradação, sem uma devida preservação, a exemplo da serra da Caxexa, que pertence ao nosso município, mas que termina

---

6 Almeida, R. T. A arte rupestre nos Cariris velhos. Ed. Universitária/UFPB, João Pessoa, 1979.

por ser beneficiada e visitada por turistas a convite do município de Casserengue.

A importância do rio Curimataú, desde a sua hidrografia para nossa região, como um “caminho natural” de ocupação populacional e formação do emaranhado território que se forjou ao longo da foz, até a sua deságua em Barra de Cunhaú<sup>7</sup> no município de Canguaretama e Baía Formosa, no Rio Grande do Norte (RGN), nos permite compreender sua evolução socioeconômica e socioambiental. Assim, entendemos que a busca de registros de ocupação dos seus primeiros habitantes, índios da nação Cariri<sup>8</sup>, com suas diversas nomeações e ocupações na região do entorno do rio Curimataú ou nas proximidades dos seus afluentes, a exemplo do Inhaim ou Inhais na parte leste, Paiacus e Tapuias, pela parte norte-oeste e sul, respectivamente, a partir de achados arqueológicos, permite-nos compreender essas evoluções.

Entre nós, a Sesmaria N° 160, em 21 de março de 1719, página 109 do livro de João Lyra Tavares, informa sobre os índios Sucurus, localizados entre os riachos Araçagi Grande e seus tributários, a exemplo do riacho Canafístula e o Curimataú. Por outro lado, a presença mais forte da tribo indígena Cariri, na sua denominação Inhais, segundo registros pessoais do Padre Luiz Santiago, realizadas em 1934, ocorreu na região do Cuiuiú, serra do Damião, serra da Fortuna, serra da Caxexa e na serra do Paredão, sobre as quais ele encontrou alguns objetos com traços remanescente indígenas.

Na Serra da Fortuna, em terras pertencentes a Francisco Salles Corrêa Lima, por exemplo, situada a 9 km da cidade de Barra de Santa Rosa, encontramos algumas inscrições rupestres citadas pelo Padre Luiz Santiago em seus escritos, que se tratam de petróglifos pintados, nos quais predomina o vermelho, em vários tons, como se vê na figura a seguir. Segundo Ruth Almeida (1979), referem-se a

7 Corruptela de Curimataú.

8 Todas essas tribos foram aldeadas pelo Padzu João de Barros, cuja capitania hereditária foi conseguida na sua vinda ao Brasil, em 1696, próxima à região de Pedra Lavrada e Picuí, segundo Clerot (1965). Essa palavra Padzu significa pai na língua Tupi-Guarani, que era assim como os Tapuias chamavam os padres que os catequizaram. Os cariris eram agricultores.

figuras de animais que, ainda, compõem a fauna atual e não a fauna extinta, a exemplo dos principais répteis da região, como os Teiús, Preás, cobras, etc, podendo, também, ser representações de figuras humanas.

**Figura 2** - Petróglifos pintados na Serra da Fortuna



Fonte: Aatoria própria.

Todos os achados indígenas, bem como seus escritos e desenhos feitos pelo Padre Luiz Santiago, a partir do que houvera visto e descoberto, foram doados ao museu paroquial de Areia, sob os cuidados do Padre Ruy Vieira. Ruth de Almeida revela que teve contato com os achados arqueológicos e escritos inéditos do Padre Luiz Santiago, a partir de suas visitas a vários sítios rupestres, ao longo do rio Curimataú e seus afluentes, além dos municípios de Cuité, Picuí e Barra de Santa Rosa. Segundo a autora, os originais manuscritos pelo Padre são inéditos e frutos de uma audaciosa e cansativa pesquisa de campo, tendo em vista que ele visitava a cavalo todos os locais, permanecendo acampado por vários dias, a fim de realizar o trabalho a que se propôs.

Nesses escritos, inicialmente, ele descreve ter descoberto um

cemitério dos indígenas, nos limites dos municípios de Solânea e Cacimba de Dentro, na localidade de Pitombeira e outro a quase duas léguas do boqueirão do Jaguaré, pelo lado oriental da serra da Caxexa, no nosso município, numa concha granítica com inscrições rupestres.

**Figura 3** - Cemitério indígena - Serra da Caxexa.



Fonte: Autoria própria.

Para o Padre, este sítio rupestre é uma pedra mergulhada em densa vegetação, muito bonita e lendária. Conforme a foto anterior, a pedra tem a forma de um mostrengo dólmen, sobre três outras pedras, admiravelmente pequenas, quando considerado o peso que suportam. A sua sombra, poderão abrigar-se trinta homens mais ou menos. Nesta Serra, segundo o Padre Luiz, todos os índios da cercania se juntavam para promover suas festas: Buçaças, Jitós, Banabués, Inhais, ao pé da grande concha, no cimo da Caxexa, denominada Pedra do Oratório. Lá, ainda hoje, na grande pedra, encontram-se inscrições rupestres à tinta vermelha e preta e, ao sul, em outra pedra, inscrições em tinta vermelha e amarela. Ao pé da Pedra do Oratório,

há vestígios de fogueiras festivas (Turiaçu em Tupi-Guarani).

Padre Luiz localizou, ainda, 18 sítios cerâmicos, dos quais 14 aldeias e 4 cemitérios. As aldeias eram sempre situadas próximas ao rio Curimataú e seus afluentes, apresentando terrenos favoráveis ao cultivo.

Todos esses achados foram na região dos índios Inhais, donde podemos crer que foram objetos de uso, a exemplo das diversas cerâmicas colhidas, como: pedras, apitos, bacias, jarros esféricos e quadrados, todos pintados de vermelho e preto, obedecendo a certa geometria, o que termina por remeter a traços Tupi-Guarani (SANTIAGO, L. 1934)<sup>9</sup>

Em visita ao museu paroquial de Areia, fizemos algumas fotografias relativas aos achados do Padre Luiz Santiago (Fig. 4), cedidas ao Padre Ruy Vieira, em 1973. O texto seguinte que acompanha os objetos encontrados é original, foi datilografado pelo Padre Luiz Santiago, porém não foi publicado. Procuramos preservar as suas pontuações, bem como sua ortografia:

1. **Pedra do Maracá Indígena:** as três pedras de seixo rolado, com cores branca, amarelada e roxo terra, na forma de esfera, encontradas na serra da Pitombeira, um prolongamento da serra do Damião<sup>10</sup>, próximo ao olho d'água doce, onde se acha uma olaria indígena, cuja louça descoberta está fragmentada. Entre os pedaços, estavam as referidas pedras. Suponho que eram partes componentes do maracá indígena.
2. **Apito Indígena:** O exemplar, às vistas, foi

---

9 O texto original foi datilografado pelo padre e não publicado.

10 No "Anuario Estadístico" de 1920, a serra do Damião pertencia a Salustiano Ferreira Pontes.

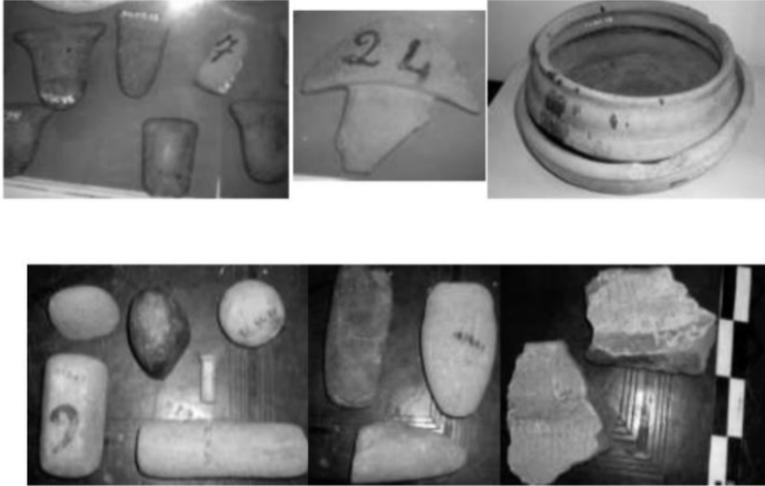
encontrado na Serra do Paredão<sup>11</sup> – município de Barra de Santa Rosa – ao pé da Pedra, onde, também, fora encontrado um prato de barro, em forma de tigela, e um cachimbo, tudo na propriedade do Padre e Dr. Francisco Gomes Maia, em 1940, zona dos índios chamados Inhais, tribo dos Cariris. O instrumento, que julgo ser chamariz indígena daquela gente, está mutilado. Era bem maior, medindo 7,0 cm, com a parte terminal em forma de trombeta. No atrito do ferro da escavação, fragmentou-se, sem poder ser restaurado.

3. **Tembetá:** exemplares encontrados ao pé ocidental da Serra da Caxexa, município de Barra de Santa Rosa, região dos Inhais. Temberá: pedra de beijo - *Tembé* (beijo); *ita* (pedra). Trata-se de uma nefrita – variedade de jade. É um silicato de alumínio e calcário, gênero do anfíbolito ou que seja um feldspato verde, espalhado por todo o território nacional. Acha-se em profusão na zona do Curimataú, sobretudo. É dura, mas isenta do sol, ao fundo das águas, é capaz de se moldar, tornando-se dura se exposta ao ar ou sol. Os índios tinham-na por ornamento e, quiçá, por talismã. Seu uso remonta à época mui recuada e é de caráter quase universal, com poucas exceções, na América do Sul. Tida, ainda, como pedra da felicidade.

---

11 No “Anuario Estadístico” de 1920, a serra do Damião pertencia a Salustiano Ferreira Pontes.

**Figura 4** – Objetos achados pelo Padre Luiz Santiago



Fonte: Museu Paroquial de Areia.

Como podemos perceber, além da riqueza cultural, a importância do rio Curimataú e de seus afluentes e subafluentes para a formação geográfica do nosso município, junto à forte presença dos índios Cariris, nas suas várias denominações, ao longo da sua foz, foi predominante no processo de ocupação humana, abrindo caminhos para novos colonizadores.

A região do Cuiuíú, também chamada de Cuijújú pelos Tapuias, no início do século XX, pertencia a vários proprietários, tais como: João Freires D'Almeida, Cosme Freire Junior, José Antonio da Silva, Francisco Duarte Casado, Antonio João da Silva, Francisco Freire da Silva, Sebastião da Silva e Azevedo, Januario Freire de Oliveira e Cosme Freire D'Almeida, que além de situarem suas fazendas para a criação de gado, aproveitando a foz do riacho Cunhaú, também, tinham grandes extensões de terras com plantações de Caroá e, posteriormente, agave. Essas culturas perduraram por muitos anos, sendo os principais produtos daquela região.

A partir desse contexto, entendemos que a maior riqueza deixada pelos índios Tapuias, ainda hoje muito utilizada, sem sombra de dúvida, refere-se à arte da fabricação de cordas. Sabemos que, antes

do Sisal, os índios usavam duas plantas chamadas de Tucum e Caroá, em especial a fibra de Caroá, por ser a mais abundante na época. Com elas, os índios Tapuias faziam suas amarrações e redes. Apesar do largo uso dessas cordas, elas apresentavam-se ásperas, incomodando as mãos de quem as utilizavam. Segundo o padre Luiz Santiago, para minimizar tal situação, eles imunizavam as cordas com cera de abelha e terebintina extraídas das flores, tornando-as macias e evitando, dessa maneira, cortar as mãos durante a tecelagem.

Com a derrocada do agave e a diminuição de sua importação, como gerador de rendas em nosso município, em especial na região do Cuiuiú, a corda passou a ser uma fonte de rendas para aquela comunidade<sup>12</sup>. Notadamente, essa arte os acompanha, até hoje, sendo muito comum o seu fabrico entre eles. Paralelamente a essa premissa, outro fato histórico que chama a atenção de quem visita aquela comunidade, refere-se ao som de suas falas. Durante a fase do ensino fundamental, em 1976, o professor de Gramática do Colégio Barra de Santa Rosa, Carlos Leal, solicitou dos seus alunos que realizassem uma entrevista com o Padre Luiz Santiago cujo tema principal era a origem do sotaque ou “o falar arrastado” dos cuiuiuzeiros. Indagado sobre essa diferença, Padre Luiz Santiago deu a seguinte resposta: “Durante o fabrico da corda, na moagem, eles dialogam entre si, aproveitando o ruído e o ritmo das máquinas que se associam aos sons de vossas falas, tornando os seus sotaques diferentes dos nossos”.

---

12 Centro Artesanal de Cuiuiú. No ano de 1999, foi elaborado o Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave Sisalana, Perr.) para confecção de artesanato na comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa, através da parceria entre o Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc PB, a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, o PEASA, o SEBRAE/PB, o Governo do Estado da Paraíba, o CNPq e a Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa (Dissertação de Emmanuela de Almeida Lins. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/267/1/EMMANUELA%20DE%20ALMEIDA%20LINS%20%E2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%20PPGCS%202009.pdf>, acessada em 12 de março de 2018.

## CAPÍTULO 02 - AS PRIMEIRAS SESMARIAS

A PARTIR DO MAPA QUE MELHOR IDENTIFICA A DIVISÃO DE TERRAS na “Provincia di Paraiba”, com suas Capitánias Hereditárias, já mostradas anteriormente, e seus respectivos donatários, nos é revelado como se deu a divisão territorial entre 1534 a 1536 pelo rei Dom João III. Esses donatários recebiam uma carta de doação e uma carta foral, que lhes garantia, judicialmente, o direito de explorar suas terras, colonizar e implantar a infraestrutura de vilas. Essa distribuição de terras ocorria em forma de sesmarias a homens cristãos que soubessem e quisessem cultivá-las, mas não podiam ser vendidas, pois tudo pertencia à Coroa Real.

A ocupação do nosso município, bem como de todo a região do Curimataú, não foi fácil. As seguidas batalhas com os índios Cariris foram dizimando-os, tomando suas terras, ocupando seus espaços e, desse modo, aumentando, significativamente, a população de colonizadores que por aqui se estabeleceram e situaram suas fazendas.

Os primeiros registros de terras da nossa região, chamados de Sesmarias, revelam informações sobre o local, onde essas pessoas pediam posse de terra, denotando-se fatores importantes, como o rio próximo do qual se requeria as três léguas por um de terra. Além disso, informações pessoais e familiares - se a terra fora ocupada, herdada ou doada, se havia trabalhadores, se era para cultivar, criar gados, como era constituída a mão de obra e, em especial, os seus limites geográficos ou localização da propriedade.

Essas sesmarias, com suas respectivas “datas de posse”, foram legitimadas em registros públicos, realizados junto às paróquias mais

próximas do local, em que o vigário da igreja realizava o registro, se encarregando de enviar *a posteriori* ao presidente da província. Segundo Lyra Tavares (1909), em 1824, suspendeu-se a concessão de sesmarias, beneficiando os posseiros que já cultivavam suas terras, garantindo-lhes o direito à propriedade. Esses registros foram coletados junto ao arquivo público do Estado e catalogados em um livro por ele publicado em 1909<sup>13</sup>, abrangendo todas as posses por sesmarias da “Capitania da Parahyba”, desde 1586 a 1824.

Portanto, com o objetivo de delinear o mapa geográfico do nosso município em torno do rio Curimataú e seus afluentes, a partir das datas de terras requeridas, citaremos, a seguir, os principais colonizadores que, às duras penas, conseguiram iniciar os rumos que evidenciaram uma possível estrutura econômica, tornando-se os primeiros habitantes a fixarem-se em nossa região, uma vez que os índios que a ocuparam, inicialmente, eram nômades, não fixando moradas por onde passavam. Assim, o primeiro requerimento de terras por sesmarias do nosso município, de número 56, se deu em 17 de abril de 1706 pelos senhores Thomé Pereira Dutra e Domingos F. Dias. Essas terras são hoje conhecidas pelo nome de Tatú-Bola e Riacho dos Porcos. Na íntegra, o requerimento:

Thomé P. Dutra e Domingos F. Dias, dizem que estavam criando gados haviam seis anos em terras devolutas no sertão do *Curimataú*, as quaes terras estavam nas ilhargas dos providos de Amaro Carneiro e o capitão Antonio de Mendonça e mais heréos na parte sul no riacho Caraçá e da parte norte Tatú-bola e riacho dos Porcos e para estarem socegados e livres de duvidas lhes eram necessarias as ditas terras por data por estarem devolutas; a saber o dito Thomé Correia Dutra começará no riacho Caraçá cortando para as vargens, que se estende do poente parao nascente: Domingos Francisco Dias começará no riacho Tatú-bola, cortando para o riacho dos

---

13 TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Parahyba do Norte: tipographia Colombo, 1909.

Porcos, indo do nascente para o poente; e por isto pediam a concessão de tres léguas de terras de comprimento e uma de largo á cada um na parte que pediam não prejudicando aos providos no riacho dos Porcos. Foi feira a concessão de tres legoas a cada um, isto é, á Thomé Pereira Dutra, que começará no riacho Caraçá<sup>14</sup> pra as vargens que se estendem do poente para o nascente e a Domingos Francisco Dias, começando do riacho Tatú-bola cortando para o riacho dos Porcos, do nascente para o poente, no governo de Fernando de Barros e Vasconcellos (REQUERIMENTO No 56, 17/04/1706).

A partir deste primeiro requerimento, percebe-se um nome familiar à época, em pedidos de concessão de terras: o capitão Antonio de Mendonça Machado é o mesmo que requereu posse de terra em Picuí e Cuité (requerimento N° 46, 47 e 48, 1704). O segundo requerimento é o de N° 79 de 10 de novembro de 1708, feito por Antonio de Sousa Ferreira nas ilhargas do riacho Caraçá que deságua no rio Curimataú. Foi feita a concessão no governo de João Maia da Gama.

O terceiro requerimento de terras do município (No 90 em 1710) foi realizado pelo Padre Francisco Ferreira da Silva, Vasco Ferreira da Silva e o capitão João Baptista de Freitas, “...dizem que tinham os seos gados no sertão do Curimataú, e perque nas ditas paragens não podiam plantar lavouras para sustento dos homens e escravos, que assistem nas ditas fazendas e perto delas estava um riacho, chamado Ipueiras...”

O quarto e quinto requerimento, respectivamente de N° 216 de 17 de junho de 1731, refere-se às terras do Algodão de Jandáira e Paredão e o de N° 220 de 22 de setembro de 1731 refere-se à serra do Damião e Bombocadinho. Nesses requerimentos, percebe-se a forte herança do “gentio Tapuya” nas denominações desses lugares.

No sexto requerimento de N° 239, em 12 de junho de 1734, aparece, pela primeira vez, o nome do riacho Santa Rosa, no qual “Felippe Ferreira Vilar, homem casado e morador nesta capitania, tendo

14 Trata-se do riacho Carcará, próximo à localidade do sítio Telha.

descoberto uma terras de crear gados com um olho d'agua chamado Penha no sertão do Curimataú que desagoa no riacho Santa Rosa, pede concessão...”. A partir deste requerimento, outros foram expedidos, pontificando o entorno do que vem a ser, hoje, a cidade de Barra de Santa Rosa, a exemplo dos requerimentos (293, 294 e 295) com datas entre março e junho de 1742. Aqui, notamos a presença de Manoel de Sousa Santiago, como um dos primeiros a ocupar o Cuiuiu (chamado pelos Tapuyas de Cayú), Poleiro dos patos, Santa Rosa, Ubaia, Cupira, Jacú. Nessa “datas de terras”, temos, ainda, Gonçallo Carneiro de Barros e Francisco Arruda Camara que se dizem moradores e proprietários das “Antas, Uriã, Algodão, Santa Rosa, Curimataú e Curnichavã, pedindo por sesmaria, posse de terra próxima a uma Ipoeira, com dois olhos d'agua...”.

Outros importantes requerimentos foram expedidos, cujas posições geográficas norteiam o atual município de Barra de Santa Rosa, a saber: N° 360, em 1746 (riacho dos Porcos); N° 406, em 1752 (Mallhada da Cruz); N° 503, em 1759 (Algodão); N° 527, em 1760 (Salgado); N° 558, em 1761 (Canoas); N° 583, em 1762 (Caibeiras); N° 691, em 1774 (Santa Rosa e Poço Doce); N° 731, em 1777 (refere-se ao Quandú, requerimento pedido por Antonio de Oliveira Casado, filho do Capitão Bento de Oliveira Casado, um dos primeiro moradores do Poço Doce); N° 736, em 1777 (Jacú); N° 880 em 1787 (São José e Amparo); N° 883, em 1787 (por Antonio Casado de Oliveira, referente ao riacho da Cruz); N° 947, em 1790 (Cupira); N° 951, em 1790 (riacho do Sangue); N° 956, em 1791(Serrote da Onça ou Olho d'água); N° 971, em 1791 (refere-se à Carahibeira, Bola e rancho dos Negros) e N° 1104 em 1816 (Riacho da Cruz).

O requerimento que norteia o sítio Santa Rosa e o Poço Doce é o de N° 691 em 10 de dezembro de 1774:

José Bizerra da Costa, morador no Seridó, diz que descobriu um sitio de terras no riacho Santa Rosa em terras da ribeira do Curimataú correndo o dito riacho do sul ao norte, cujo sitio se acha devoluto, e por isso pretende tres leguas de comprido e uma de largo, fazendo peão no poço Caraibeira com legua e



Requerimento 56 – Tatú-Bola e riacho dos Porcos;  
Requerimento 79 – Riacho Caraçá;<sup>17</sup>  
Requerimento 90 – Ipueiras;  
Requerimento 216 – paredão e Algodão;  
Requerimento 220 – Damião e Bombocadinho;  
Requerimento 239 – Riacho da Penha<sup>18</sup>;  
Requerimento 293 – Poleiro dos Patos e Ubaia;  
Requerimento 294 – Ipueiras e Antas;  
Requerimento 295 – Santa Rosa e Cupira;  
Requerimento 360 – Riacho dos Porcos;  
Requerimento 406 – Malhada da Cruz;  
Requerimento 503 – Algodão (dos Inácios);  
Requerimento 527 – Salgado;  
Requerimento 558 – Canoas;  
Requerimento 583 – Caibeiras;  
Requerimento 691 – Santa Rosa e Poço Doce;  
Requerimento 731 – Quandú;  
Requerimento 736 – Jacú;  
Requerimento 880 – Amparo, Campos Novos e São José;  
Requerimento 883 – Riacho da Cruz;  
Requerimento 947 – Cupira;  
Requerimento 951 – Riacho do Sangue;  
Requerimento 956 – Serrote da Onça e Olho d’água;  
Requerimento 971 – Rancho dos Negros;  
Requerimento 1104 – Riacho da Cruz.

Ao observarmos o mapa de “posses de terras” no período especificado, percebemos que o rio Curimataú com seus afluentes contribuíram para o processo de ocupação e construção de passagens e/ou caminhos, de moradias e de trabalho, com suas respectivas marcas territoriais, sinalizando para a sobrevivência humana, criação de rebanhos e produção agrícola. Notadamente, o caminho para o surgimento de Barra de Santa Rosa, que nem existia nesse período, se

17 Deve ser atualmente o riacho Carcará, próximo ao sítio Telha.

18 Não conseguimos identificar a sua localização no atual município de Barra de Santa Rosa.

consolida por fazer parte desse percurso, já que, também, nasceu na barra de dois afluentes do rio Curimataú.

Há de se esclarecer que, a partir de 1826, não foi mais permitida a obtenção de terras pelo antigo sistema de doação Sesmaria, passando a ser, então, por meio de compra e venda. Isso denota que outras glebas de terra, consideradas importantes na formação do que é hoje o nosso município, tenham surgido a partir daí, não aparecendo no livro de João Lyra Tavares. Dentre essas propriedades que surgiram depois desta data, estão as que deram origem a nossa cidade, discutidas no tópico seguinte.



## CAPÍTULO 03 - A FLORESCENTE BARRA DE SANTA ROSA

FAVORIZAR UM LOCAL OU UMA PESSOA ESPECÍFICA RESPONSÁVEL pelo surgimento da “Florescente Barra de Santa Rosa” é desprezar muitos homens e mulheres que, por aqui, passaram, trabalharam e, de uma forma ou de outra, contribuíram para o seu progresso e desenvolvimento. No entanto, tomando por base as propriedades existentes à época, podemos sinalizar para um possível local do seu “nascimento”, pontificando a existência de um pouso para boiadeiros que faziam seus currais na ribanceira do riacho Santa Rosa, em Barra,<sup>19</sup> com o riacho Poleiros (riacho das Almas), num vai e vem de vendas e compras de animais, por ocasião de uma expansão pastoril e pecuária crescente, ao longo da foz do rio Curimataú, desde os séculos XVII e XVIII, tornando-se mais forte, entre nós, no final do século XIX.

Por volta de 1880, temos os primeiros registros de notícias sobre o surgimento de uma pequena aglomeração de pessoas, no entorno de algumas propriedades dedicadas exclusivamente à criação de gado, a exemplo do Poço Doce, pertencente aos herdeiros do Capitão Bento Casado de Oliveira, primeiro sesmeiro daquela terra, conforme encontramos no livro de João Lyra Tavares (1910), como citamos no capítulo anterior. Ao lado dela, temos uma continuidade de terra pertencente ao Filho do Capitão Bento Casado, Antônio Casado de Oliveira<sup>20</sup> e seus herdeiros, além das terras de José dos Santos

19 Barra significa geograficamente, encontro de dois rios.

20 A Sesmaria que melhor identifica essa propriedade é a de Nº 731 de 1777, no

Oliveira Casado<sup>21</sup> e dona Maria Felismina, que, na época, sinalizavam para esse ponto de encontro citado. Eram fazendas mistas, que se dedicavam, também, à agricultura, como atividade complementar. As duas últimas propriedades citadas deram origem a esse pequeno núcleo de povoamento e “ponto de vendas e trocas”.

Para este “pouso”, também, iam pequenos vendedores ou mascates, comerciantes de rapaduras, aguardente, fumo, cordas de caroá<sup>22</sup>, farinha, carne do sertão (carne de sol, vinda de Picuí), sementes de algodão, feijão e açúcar, que vinham do Brejo para Picuí, Pedra Lavrada, Cuité, Pocinhos e Soledade ou vice versa, tornando este local um ponto de encontro, constituindo-se numa rota comercial<sup>23</sup>, como posição estratégica e geográfica, começando no brejo de Areia e cortando todo o Curimataú, Cariri e Sertão, sendo que um dos pontos de parada ocorria na ribanceira do riacho Santa Rosa ou na **barra do riacho Santa Rosa**, constituindo-se num referencial de um modesto progresso de povoamento, posteriormente cunhado por todos como **Barra de Santa Rosa**.

Apesar da divergência de datas, observando a foto a seguir, podemos nos remeter ao passado e ter uma noção desse ponto de encontro, atrás do antigo prédio do quartel do exército, no qual era

---

livro de João Lyra Tavares. Outra propriedade adquirida por ele, refere-se a de Nº 883 de 1787, riacho da Cruz, posteriormente vendida ao usineiro de Vaca Brava, José Rufino de Almeida.

- 21 Era avô paterno de José Duarte Lima (Zé Casado).
- 22 A fibra ou a corda feita do caroá era utilizada para amarrar os garajaus de rapaduras, antes do agave. Eram cordas muito utilizadas pelos índios Inhaís, na região do Cuiuiú, segundo Padre Luiz Santiago escreveu em seus “achados sobre índios cariris”.
- 23 Segundo Almeida (1980, p.5), (...) quando se deu a ligação do Sertão com a Capital, o Brejo já estava mais ou menos povoado, servido de uma estrada vicinal que atravessava o Sertão de Bruxaxá, na direção do interior. Essa nova via de comunicação, ao atingir o Agreste, bifurcava em dois ramos, um para Cuité, outro para Campina Grande, via Pocinhos, adotando, possivelmente, os rumos dos antigos caminhos dos índios. (ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: memórias de um município. 2 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1980**).

costume se deixar os animais em repouso, às quintas feiras, enquanto os vendedores e compradores permutavam seus produtos ao longo da rua do Comércio (atual Manuel de Souza Lima), ou seja, desde a beira do rio até à capelinha. Essa foto foi tirada em 1950, por Antônio Floriano dos Santos (meu pai), com uma câmara fotográfica Yashica A:

**Figura 6** - Feira de Jumentos em Riacho Santa Rosa



Fonte: Fotografia registrada por Antônio Floriano dos Santos (1950).

Evidentemente, devemos levar em consideração que, no entorno desse ponto de encontro, além das propriedades já citadas, tínhamos dois pequenos povoamentos com suas respectivas capelas, Santa Rosa (no sítio<sup>24</sup> do mesmo nome) e São Severino (no sítio Telha), cujos núcleos populacionais já existiam, em função de duas grandes propriedades, Cap. Bento Casado de Oliveira e seus herdeiros no Poço Doce e Cap. Vicente Martins Casado, na Telha. Essa última, menos antiga, se constituía no maior núcleo populacional da época, com a forte presença da família “Martins Casado”, distribuindo-se em várias propriedades, no entorno desse sítio, a exemplo de:

24 O sítio Santa Rosa, próximo às terras do capitão Bento Casado de Oliveira, é uma data de terra pertencente a José Bizerra da Costa, No 691 de 1774, do livro de João Lyra Tavares.

Saturnino Martins Casado; Antônio Nunes de Moraes; Manoel Joaquim Casado; Antônio Ezequiel Casado; Galdino Martins Casado; José da Silva Casado e Luiz Martins Casado.

Os mais antigos relatam que o ponto de encontro desses comerciantes ocorria durante as quintas feiras, debaixo de duas frondosas árvores, um Jucá e uma Quixabeira, em frente à propriedade de José dos Santos Oliveira Casado, que ficava do outro lado do rio, no sentido de quem vai para Cuité, à esquerda da atual ponte. Próximo a essas árvores, havia uma hospedaria ou “rancho” para descanso dos feirantes que, ali, se encontravam e realizavam suas vendas, compras e trocas. Essa casa era a mesma, onde morou, por muitos anos, o Sr. Júlio de Sousa Lima (avô de Evaneide Confessor), que era um exímio e conhecido “cubador de terras”.

De fato, o local ficou tão procurado por comerciantes ambulantes, que, em 1889, o chefe da “Estação de Arrecadação” em Cuité, Vicente Ferreira da Fonseca, designou Antônio Duarte Lima<sup>25</sup> como chefe da “Estação Fiscal”, para “arrecadar as rendas estaduais” (impostos) e João E. Soares de Carvalho como Escrivão. Posteriormente, em 16 de março de 1895, o jornal “A União” publica que “o governo do Estado recomenda que se providencie uma praça (policial), para assegurar os trabalhos de fiscalização do agente Belmiro Biu Pereira de Andrade”, no povoado de Barra de Santa Rosa, durante as quintas feiras. Nas mensagens apresentadas à “Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, em 15 de Fevereiro de 1896, por ocasião da instalação da 2ª legislatura pelo Presidente do Estado o Dr. Alvaro Lopes Machado”, percebe-se uma fraca arrecadação de impostos em Barra de Santa rosa, de acordo com o infográfico mostrado a seguir:

---

25 Avô materno de José Duarte Lima (Zé Casado).



riores, o Sr. Antônio Duarte Lima, terminou por ser um dos primeiros moradores do novo povoamento, juntamente com sua esposa, a Sra. Josefa Maria da Conceição, onde construíram sua casa, que também funcionava como “Estação Fiscal”, um pouco acima do rio, ou seja, no começo da atual Rua Manoel de Sousa Lima, próximo de onde morou o ex-prefeito “seu Chico Nunes” e família.

No final de 1889, Pedra Lavrada e Picuhy (antiga Triumpho) se separaram de Cuité. Picuí passa a ser vila, tendo Pedra Lavrada e Soledade como povoados. Barra continuou como povoado de Cuité e assistida pela paróquia Nossa Senhora das Mercês, como encontramos relatos nos livros de tombo dessa Igreja, afirmando que, uma vez por mês, as capelas de Santa Rosa de Lima e São Severino, recebiam aulas de catecismo e orações.

Entre 1888 a 1889, segundo Padre Luiz Santiago<sup>27</sup>, tivemos o registro de uma grande seca em toda a região do Curimataú e Cariri. O Dr. Ivo Borges da Fonseca, então Juiz de direito da comarca de Cuité, levou ao conhecimento do então vice-presidente da província, o Dr. Manoel de Góes, a terrível seca que castigava toda a região pertencente à freguesia de Nossa Senhora das Mercês. Seu pedido foi prontamente aceito, recebendo cem sacos de farinha e seis contos de reis, distribuídos entre Cuité, Picuí e Barra, aplicados em obras de caráter emergenciais, a exemplo de estradas e açudes. Barra recebeu hum conto de reis, com o qual se iniciou a construção de um açude (açude velho) próximo ao povoado.

As poucas informações citadas aqui foram transcritas do “Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil”, o famoso “Almanak Laemmert” (1900), pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nas pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico

---

por um motivo histórico. O argumento do Prefeito conduzia a seguinte interpretação: se mudarmos o dia da feira e incentivarmos os barrenses a venderem produtos hortigranjeiros, teremos a mesma arrecadação municipal, porém o dinheiro fica na cidade. Esta iniciativa não vingou e a feira voltou a ser na quinta feira.

27 SANTIAGO, PADRE LUIZ. **Serra do Coité: sua história, seus progressos, suas possibilidades. João Pessoa: A Imprensa, 1936.**

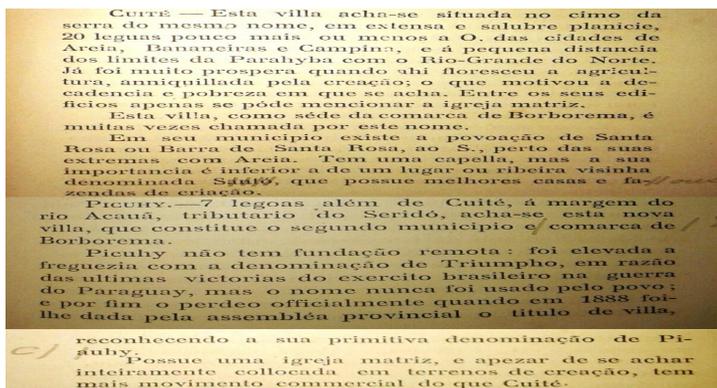
da Paraíba (IHGPb), no Almanak Administrativo do Estado da Parayba e no jornal “A União”, encontramos pequenas informações a respeito dos aspectos econômico e geográfico de Barra, indicando-nos a sua existência como um pequeno povoado pertencente ora à “villa do Coité” ou ora à “villa de Picuhy”.

A descrição que esses livros fazem dessas vilas e seus povoados, nos idos de 1900, são as seguintes:

- Villa do Cuité – “decadente, com tres ruas, dois sobrados, em um dos quaes funciona o conselho municipal e o tribunal do jury, casa da cadeia publica e a casa do commercio”.
- Villa de Picuhy – “a mais populosa, florescente, com tres ruas, bons estabelecimentos commerciaes, quatro sobrados e outros predios de apparencia”.
- Povoado de Barra de Santa Rosa –  **muito nova e florescente**<sup>28</sup>.

A palavra decadente, usada nas descrições anteriores, deve-se ao fato de que, sendo Cuité mais antiga do que Picuí, não apresentava um desenvolvimento econômico, social e político compatível com a maioria das vilas existentes à época, em especial Picuí, conforme a descrição relatada por I. Joffily, no livro “Notas sobre a Parahyba” em 1892<sup>29</sup>:

**Figura 8** - Descrição de Cuité e Picuí relatada por Joffily



Fonte: (Notas sobre a Parahyba, 1892, p. 45).

28 Grifo nosso.

29 I. Joffily. Notas sobre a Parahyba. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1892.

Verdadeiramente, essa decadência comercial somada a uma briga política interna (família Pereira versus família Venâncio) foram os principais motivos, para que houvesse a mudança da comarca, acentuando uma disputa entre as vilas. Segundo os autores Abílio César de Oliveira (1963) e Padre Luiz Santiago (1936), o pedido dos deputados Graciliano Fontino Lordão (por Picuhy/Pedra Lavrada) e Ascendino Neves (Deputado por Bananeiras) feito à Assembleia Legislativa do estado para a transferência da comarca de Cuité para Picuí foi atendido em outubro de 1904, pela lei Estadual No 212, gerando uma tremenda desavença entre as vilas e passando a pertencer ao município de Picuí, judicial e geograficamente, com o nome de Serra do Cuité.

Esse fato também nos afetou, pois como pertencíamos à comarca de Cuité, fomos transferidos para a nova comarca, sendo oficialmente protocolado em 20 de dezembro de 1905, pelo decreto lei estadual No 242. Além disso, em 14 de outubro de 1906, pela lei municipal No 06, foi criado o distrito de paz de Barra de Santa Rosa, anexado ao município de Picuhy.

Ainda sobre o relato de I. Joffily (1892), percebe-se uma confusão literária entre a Santa Rosa, Barra de Santa Rosa e “Santó”, possivelmente, devido ao Souto, pois, à essa época, já possuía quatro grandes propriedades, pertencentes a Claudino Costa Ramos, Amaro da Costa Lima, Emiliano Soares Gondim e Bellarmino Ferreira de Melo, conforme o “Anuario Estatistico da Parahyba”.

O desenvolvimento de Picuí, descrito pelo “Almanak Laemmert” (1900), transcendeu à Barra, ou seja, a “**muito nova e florescente**”, que termina por dar título ao presente livro, apresentava uma boa situação financeira, com um bom recolhimento de impostos e crescia em número de casas e pessoas, já que, em seu entorno, muitas propriedades rurais bem-sucedidas dominavam, economicamente, a região. Além disso, muitos filhos de Picuhy migraram e vieram morar no povoado, alguns como funcionários estadual ou municipal e outros que vieram montar seus negócios por aqui, a exemplo de Antônio Soares de Sousa Lima e esposa (pais de Manoel de Sousa Lima), Manoel Adelino de Barros, esposa e filhos(as) (Severino Davino Barros, Severina Tita Barros e Severina Adélia de Barros), João

dos Santos Coelho Lisboa, entre outros.

Em 1904, tínhamos os seguintes negociantes registrados na “Collegatoria Estadual de Picuhy”, residentes no povoado:

- João dos Santos Gonçalves Lisboa;
- Leonidas Dias Mello;
- Manoel Coellho da Silva;
- Antonio Soares de Sousa Lima;
- Antônio Duarte Lima.
- Antonio Joaquim Casado.

As funções orçamentárias, na “Villa Picuhy”, eram exercidas por um conselho municipal, composto por sete membros, eleitos por três anos, assim como os juízes de paz. As funções executivas municipais eram exercidas por um prefeito e um subprefeito, nomeados pelo presidente do estado. As eleições realizadas em 31 de dezembro de 1904, por voto distrital, indicaram o Coronel (Cel.) Manoel Lucas de Macêdo como prefeito de Picuhy e sete conselheiros.

Para o distrito de Barra de Santa Rosa, o conselheiro eleito foi o Sr. Antônio Joaquim Casado, que aqui se estabeleceu, indicando dois professores públicos ou de “Instrução Publica” para o povoado, Sebastião Mendes, nomeado para alfabetização de homens, enquanto Dona Benedicta Alves da Silva dava aulas para as mulheres. Além disso, para registrar todas as ocorrências relativas ao desenvolvimento urbano e rural do distrito, foi improvisada uma extensão do cartório de Picuí, em uma pequena residência, ficando os serviços notariais sob a responsabilidade do agente cartorial o Sr. Antônio Ezequiel Martins Casado, que era um dos “Martins Casado” que povoaram o sítio Telha.

A partir de 1909, Barra passou a ter o seu próprio cartório. Para tal, o presidente do conselho municipal de Picuí, o Major José Modesto Alves da Silva, indicou as seguintes pessoas para a condução dos trabalhos que envolvia registros diversos:

- Juízes de paz:
- Francisco José dos Santos;
- Joaquim Pedro Ferreira de Azevedo;
- João Soares da Costa Lima;
- Mathias Soares de Oliveira.

- Manoel Adelino de Barros
- Escrivão de paz:  
Alvaro Bibiano de Sousa.

Na primeira página do livro de registros do cartório<sup>30</sup>, encontramos as seguintes informações:

*“Há de servir este livro para nelle serem escriptos quaes quer instrumentos públicos, inclusive procuração e lançamento dos particulares, constando do termo de encerramento, numero de folhas, indo por mim numeradas e rubricadas com a rubrica – Santos, de que uso e para constar, faço este termo, e assigno”:*

*Barra de Santa Rosa, 9 de janeiro de 1909  
Francisco José dos Santos (Juiz de Paz)  
Alvaro Bibiano de Sousa (Escrivão de Paz)*

Também, nesse mesmo ano, foram empossados outros serviços necessários ao desenvolvimento do distrito:

- Administração Policial:  
Vicente Martins Casado (Capitão).
- Instrução Publica:  
Dona Benedicta Alves da Silva (professora municipal);
- Correios:  
Alexandre de Sousa Lima;  
Manoel de Sousa Lima (agente).

Ao longo dos anos, o cartório teve os seguintes tabeliões:

1. Alvaro Bibiano de Sousa (1909 – 1925);
2. Antonio Xavier da Costa Lima (1925 – 1929);
3. Manoel Ezequiel de Medeiros (1929 – 1936);
4. Antonio Grigorio de Medeiros (1936 – 1937);
5. Adolfo Carneiro (1937 – 1938);
6. Josefa Luna e Silva (1938 – 1950);
7. Ana Braga Henriques (1950 - atual).

---

30 Cartório de Ana Braga Henriques.

As pesquisas que conduzimos nos livros do cartório, sob os cuidados da nossa querida Cícera Cizinha dos Santos<sup>31</sup>, a partir da qual agradecemos à família de Ana Braga Henriques, foram importantes, para termos uma ideia do desenvolvimento da nossa cidade, permitindo-nos vislumbrar a evolução histórica dos acontecimentos sociais, econômicos, políticos e religiosos, desde o distrito de paz, passando pela condição de vila até a sua emancipação em 1959, tornando-se cidade. Muitas outras informações, antes de 1904, tiveram que ser pesquisadas no cartório de Picuí, pois, como dissemos, alguns registros, a exemplo da doação do terreno para a construção da Capelinha, em 1903, encontram-se no cartório de Picuí.

Referente a esse processo evolutivo, separamos, aqui, algumas curiosidades que terminam por dar significado ao que descrevemos no parágrafo anterior. Vejamos:

- A primeira escritura passada foi em 17 de março de 1909, vendida por Sebastião Guedes A. Neto e sua mulher, a Joviano Gonçalves de Lima e sua mulher.
- O primeiro registro de nascimento foi passado em 25 de fevereiro de 1909 em nome de Maria Otilina dos Santos;
- O primeiro casamento lavrado no cartório ocorreu no dia 24 de janeiro de 1909, realizado por Alvaro Bibiano de Sousa e pelo Juiz de Paz Francisco José dos Santos e o último casamento lavrado ocorreu no dia 12 de abril de 1932, pelo escrivão Manoel Ezequiel de Medeiros. A partir desta data, todos os casamentos foram realizados na matriz de Nossa Senhora da Conceição.
- A primeira procuração ocorreu em 01 de junho de 1911 por Salustiano de Souza Lima e sua mulher Ana Benvinda Maria da Conceição, para seu filho Tito de Souza Lima.

---

31 Trabalhava no cartório e foi também nossa professora de datilografia.



## **CAPÍTULO 04 - ESPAÇOS PÚBLICOS DE BARRA DE SANTA ROSA**

### **CEMITÉRIOS**

A falta de um cemitério no povoado fazia com que as pessoas enterrassem suas crianças em um terreno nos fundos da capelinha ou no sítio Santa Rosa (com dois Cemitérios) ou, ainda, nos cemitérios dos sítios Jardim (o mais antigo) e Telha, construído pelo proprietário João Carlos de Mello e Cap. Vicente Martins Casado, respectivamente.

Essa preocupação da população, à época, era relacionada a um cemitério coletivo mais próximo do distrito, uma vez que os dois cemitérios existentes na Santa Rosa eram particulares e, já, não se permitiam mais o sepultamento de pessoas em capelas ou igrejas, a exemplo da capela de Santa Rosa de Lima, na Telha e no sítio Jardim, onde ainda se encontram as lápides de algumas sepulturas, com os nomes das pessoas abastadas que podiam pagar a igreja por essas indulgências. Na época inicial das nossas pesquisas, por volta de 1979, tirei uma foto de um dos cemitérios, em ruínas, que pertenceu à Família Baptista (Luiz Baptista de Souza, João Baptista, José Baptista, Luiz Baptista, Alexandrino Baptista de Sousa), construído por volta de 1894. Além desses, a Santa Rosa ainda tinha um outro cemitério, mais antigo, construído pelos proprietários Manuel Joaquim de Oliveira e Joaquim Gomes Pedroza.

**Figura 9** - Cemitério construído pela Família Baptista



Fonte: Autoria própria

A escolha do local do atual cemitério de Barra de Santa Rosa foi uma decisão do Padre Ibiapina (Ignácio Ibiapina da Silva Sobral), que, na época, era pároco em Picuí (1904 a 1907), juntamente com alguns proprietários, em especial Fortunato Rufino de Maria, que havia comprado o Poço Doce. Ioiô Rufino, como era conhecido, doou o terreno, exigindo que esse pudesse atender ao distrito e à Santa Rosa. Por esse motivo e por uma questão higiênica, o nosso cemitério ficou no meio do caminho entre a Santa Rosa (Poço Doce) e o distrito de Barra. Portanto, em 01 de janeiro de 1911, foi concluída a construção do cemitério e, em 13 de fevereiro do mesmo ano, ocorreu o primeiro sepultamento (Severino Avelino dos Santos), sendo assistido pelo coveiro municipal o Sr. Luis Rodrigues dos Santos (Luis Coxo). Houve duas restaurações, uma pequena em 1928, quando foi novamente abençoado pelo Monsenhor José Tibúrcio, e outra, em 1965, durante a administração de José Ribeiro Diniz, promovendo sua ampliação,

conforme ilustrado na figura seguinte:

**Figura 10** - Cemitério Municipal de Barra de Santa Rosa



Fonte: Autoria própria

## **CORREIOS E TELÉGRAFOS**

Segundo o “Almanak Laemmert (1912)”, o serviço postal (correios), em 1911, era de quarta categoria, por ser muito pequeno, dependendo de outras três agências, distribuídas em Cuité, Picuí e Pedra Lavrada, que recebiam as malas vindas, de cinco em cinco dias, da Capital, Guarabira, Pilões, Serraria, Bananeiras, Tacima e Araruna.

A nossa agência postal foi criada em 31/10/1905 e instalada em 23/04/1906, enquanto a estação telefônica foi instalada em 21/11/1917. As cartas e encomendas destinadas ao distrito de Barra eram entregues a Manoel de Sousa Lima, que era o agente postal, enquanto João dos Santos Coelho Lisboa (mais conhecido, à época, como Santos Marinheiro) tomava conta do telégrafo e da estação telefônica. Posteriormente, em 1915, quando Manoel de Sousa Lima passou a ocupar o cargo de subdelegado do Distrito, em substituição ao Cap. Vicente Martins Casado, se afastou dos correios e nomeou para o seu lugar Antônio Fileto Potyguara (Fig. 11 - Pai de Dona Hilda Potyguara –professora- e da pastora Iris Potyguara) e, anos mais tarde, após a sua morte, sua outra filha Celina Potyguara ocupou o seu lugar.

**Figura 11** – Fileto Potyguara



Fonte: Arquivo pessoal Iris Potyguara

Apesar da suma importância das pessoas, na foto a seguir, retratando um desfile colegial, durante a década de 70, na verdade, queremos destacar algo que não existe mais: a fachada frontal da agência dos correios com o brasão da república e o poste de ferro cuja função principal era dar sustentação aos fios telegráficos responsáveis pela transmissão de mensagens via telegrafia.

**Figura 12** - Fachada frontal da agência dos correios com o brasão da república na década de 70



Fonte: Autor desconhecido

## GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOSÉ COELHO

Em 1904, o prefeito de Picuí, Cel. Manoel Lucas de Macêdo, nomeou como um dos seus conselheiros o Sr. Antônio Joaquim Casado, que por sua vez indicou dois professores públicos ou de “Instrução Pública” para o distrito de Barra de Santa Rosa: Sebastião Mendes, nomeado para alfabetização de homens, enquanto Dona Benedicta Alves da Silva dava aula para as mulheres. Foi criada, temporariamente e de forma improvisada, a primeira escola de “aula pública mista” ou de “ler e escrever”, funcionando no prédio da Capelinha, onde também ocorriam as aulas de instruções domésticas e de catecismo.

Só a partir de 1916, a escola pública mista municipal foi, efetivamente, criada, conseguida pelo Deputado Estadual José Antônio de Maria Cunha Lima, da cidade de Areia, por meio do pedido do chefe político mais influente, à época, o Sr. Salviano Martins Casado. A existência desse educandário foi relevante para o desenvolvimento educacional da nossa região, proporcionando as primeiras instruções primárias, tendo em vista a carência de instituição pública de ensino na região e, em consequência, o alarmante contingente de analfabetos.

As primeiras professoras contratadas e nomeadas foram as Sras. Anália Archanjo Mororó e Palmira Xavier, vindas de Picuí e, posteriormente, moradoras de Barra. A professora Palmira Xavier terminou casando com um comerciante de algodão da nossa região, o Sr. Raul Feitosa, cuja loja era vizinha à villa Zefa. Ao longo dos anos, outras professoras passaram a exercer essa profissão, a exemplo das Sras. Joana Alves Bezerra, Severina Adélia Barros, Beatriz dos Santos. Na década de 40, dona Nevinha Martins e dona Antônia administraram aulas particulares na Escola Mista.

Segundo o “Anuario Estatistico da Parahyba” de 1916, a escola mista ou de “cadeiras isolada municipal era regida pela vila de Picuhy e era destinada para ambos os sexos”, tinha prédio próprio e possuía 33 alunos(as) matriculados, mas apenas 16 desses frequentavam. Nessa época, muitos filhos(as) de Barra foram estudar fora, em especial, no Educandário Santa Rita, em Areia, onde as mulheres faziam o “normal”, saindo de lá com competência para ensinar. Já os rapazes iam estudar no Patronato Agrícola de Bananeiras, de onde

saiam instruídos e profissionalizados. Evidentemente, para o Santa Rita, só iam as moças cujos pais podiam pagar os preços ali cobrados, enquanto, o Patronato Agrícola, que era mantido pelo governo, terminava por oferecer uma esperança de superação das dificuldades enfrentadas pela maioria das famílias, gerando uma perspectiva de vida mais próspera nos jovens que o procuravam.

A iniciativa para a construção do nosso Grupo Escola veio a partir de um acordo entre o mais novo líder político, representando a União Democrática Nacional (UDN), João Casado de Almeida e o prefeito de Cuité, Jeremias Venâncio. Assim, durante uma visita dos dois ao Governador Osvaldo Trigueiro, que foi um grande incentivador no setor educacional, em junho de 1948, ficou decidido que Barra teria a sua escola. A assinatura desse projeto deu-se durante uma quinta feira, na casa de seu João Casado, com a presença de várias autoridades, como nos contava sua esposa, Dona Francisca Leopoldina dos Santos, mais conhecida por Francisquinha de João Casado.

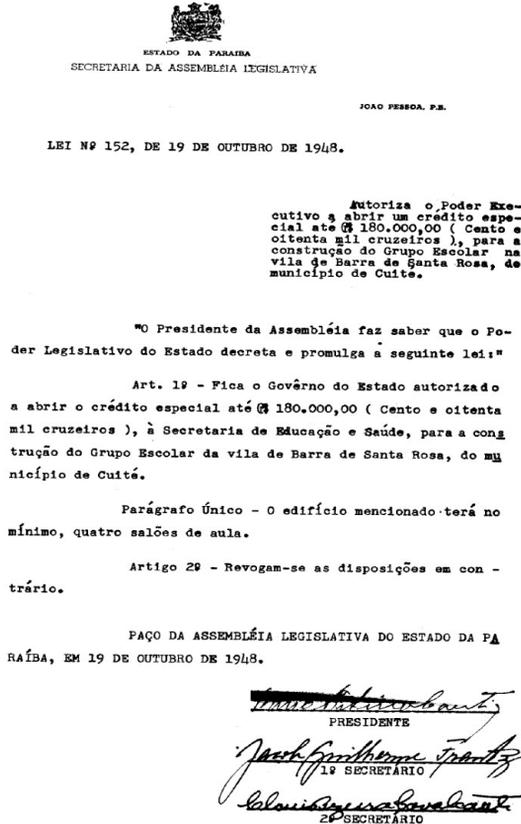
O Grupamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, com sede em Caicó – Rio Grande do Norte (1º Batalhão de Engenharia de Construção) ganhou a licitação para a construção do Grupo Escolar em Barra de Santa Rosa, de acordo com a lei Nº 152 de 19 de outubro de 1948. Eles permaneceram entre nós por toda a década de cinquenta, pois, após o término da construção do Grupo Escolar, eles ganharam, também, a licitação para a reconstrução do açude velho.

Para permanecer em Barra, eles construíram um pequeno quartel, onde mantinham cerca de vinte e cinco homens, entre soldados e oficiais, trabalhando, especificamente, em engenharia de construção. Além disso, havia entre eles dois oficiais que se reservavam a ministrar cursos para a comunidade. Dentre os cursos oferecidos, destacavam-se os cursos técnicos de eletrônica, radiocomunicação, barbearia e fotografia. Antônio Floriano, Fagundes e Menezes, fizeram parte da primeira turma de Radiotelegrafia, Benedito Rufino da turma de fotografia e, em barbearia, os alunos foram Alcides e Miguel Sousa, que, depois, passou a ser o cabeleireiro do quartel. Ademais, ainda, construíram um pequeno clube de dança, Clube Villagran Cabrita, onde havia apresentações de cirandas, quadrilhas, teatro, além dos tradicionais Soirées nas tardes-noites dos sábados e domingos.

A seguir, podemos visualizar a cópia da lei Nº 152 de 19 de outubro

de 1948 que autorizou a verba para a construção do Grupo Escola na vila de Barra de Santa Rosa:

**Figura 13** – Cópia da lei de autorização da verba para construção do Grupo Escola



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 1948.

A obra foi efetivada em um terreno doado por Severina Adélia de Barros e inaugurado, no início de 1952, pelo governador eleito José Américo de Almeida, que, além disso, prometeu em discurso, emancipar Barra de Cuité. A pedido do ex-governador e interventor federal Argemiro de Figueirêdo, a sugestão para nomear o nosso

Grupo Escolar caiu sobre um filho de Esperança, o professor José Gomes Coelho, que esteve presente na inauguração do Grupo e que já tinha exercido vários cargos públicos nos governos anteriores. O pedido foi encaminhado ao prefeito de Cuité que, em reunião com o chefe político da UDN, João Casado de Almeida, aceitou, de imediato, a sugestão.

Inicialmente, as professoras foram contratadas pela prefeitura de Cuité, sendo a primeira diretora a professora Maria das Neves Martins (Dona Nevinha esposa de Sinval Ferreira e filha de seu Vicente Martins Casado), a pedido de seu João Casado. Dona Nevinha (Fig. 14) nasceu em novembro de 1924, tendo sido diplomada pela Escola Normal e Ginásio Santa Rita, em Areia, no ano de 1942.

**Figura 14** - Dona Nevinha (primeira diretora)

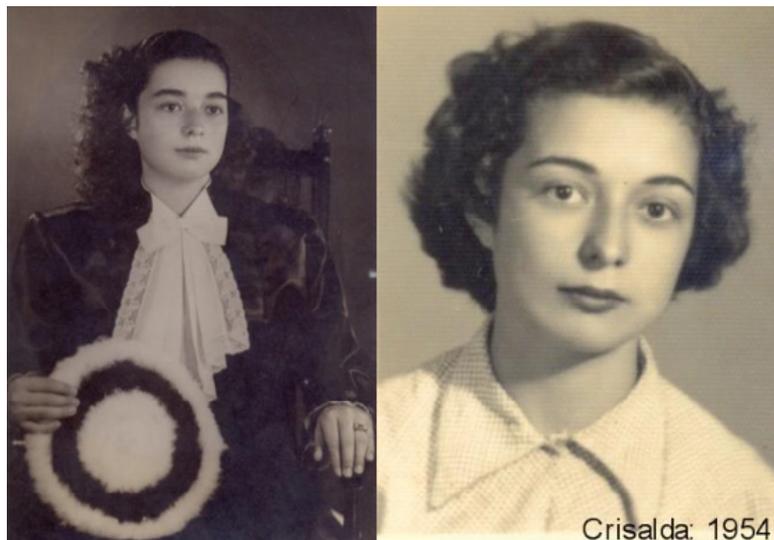


Fonte: Arquivo pessoal Gilberto Martins.

Dona Nevinha Martins permaneceu no Grupo Escola Professor José Coelho até próximo de 1964, chegando a exercer diversos cargos - professora, diretora e supervisora escolar. A partir dessa data, ela foi morar em Campina Grande, passando a lecionar no Colégio Alfredo Dantas e, posteriormente, na administração do Instituto Santa Bernadete, na mesma cidade.

A segunda diretora, apresentada na figura seguinte, foi a professora Crisalda de Andrade Silveira. Dona Crisalda nasceu em maio de 1931 em Areia. Toda a sua formação deu-se no Colégio Santa Rita ora como interna, ora como externa. Ainda muito jovem, terminou o Curso de Magistério e, posteriormente, em Recife, terminou a licenciatura em Pedagogia no ano de 1952.

**Figura 15** – Professora Crisalda de Andrade Silveira



Fonte: Arquivo pessoal Socorro Silveira

Ela casou-se com Severino Elias da Silveira (seu Dino) em 09 de janeiro de 1955, com quem teve sete filhos, sendo duas mulheres e cinco homens. Passou a residir no Poço Doce, por volta de 1958, vindo de Remígio, onde lecionou, e foi transferida para o Grupo Escola José Coelho, onde passou a lecionar por muitos anos, preparando alunos para o exame de admissão.

Quando Dona Crisalda assumiu a direção do Grupo Escolar José Coelho, as professoras, que lá ensinavam, não possuíam o curso de magistério. Logo, ela se incumbiu de ministrar aulas voltadas para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, durante um expediente

extra, capacitando-as para o ingresso em um curso pedagógico. Sua herança pedagógica foi repartida entre as professoras Rosane, Zenita, Otti, Hilda, Avani e Luzinete. O zelo pelo ensino e aprendizagem de seus alunos era reconhecido por todos, uma vez que esses eram sempre bem colocados em qualquer seleção em nível de 4º ano, em especial aqueles que se destinavam à Escola Agrícola de Bananeiras ou ao Seminário Seráfico de Santo Antônio, em Lagoa Seca.

Em 1968, dona Crisalda foi substituída por dona Sacramento na direção do Grupo Escolar José Coelho, por indicação do prefeito José Ribeiro Diniz. Dona Maria Sacramento Silva Diniz foi contratada pelo estado em 1958, assim como as demais professoras, a exemplo de Dona Luzinete, Dona Rosane, Dona Avani, Dona Zenita (Dona Zena), Dona Hilda e Dona Clotildes Chaves (conhecida por Dona Otti), a única que não se encontra na figura a seguir:

**Figura 16** - Dona Luzinete, Dona Rosane, Dona Avani, Dona Zenita (Dona Zena),  
Dona Hilda



Fonte: Arquivo pessoal de Zenita Lins.

As professoras elucidadas, na figura acima, representaram verdadeiros ícones na formação educacional da maioria dos nossos jovens, oferecendo muitas e grandes contribuições em suas vidas, transformando suas realidades. Quem soube aproveitar suas benevolentes e exigentes lições diárias, galgou andares mais altos, apesar das desigualdades sociais existentes neste período, em especial na

nossa região. De fato, o saber ler, escrever e contar, como realidade das décadas de 30, 40 e 50 deixa de ser um produto dos filhos de grandes fazendeiros e comerciantes e passa a ser uma necessidade voltada para um maior número de pessoas, atendendo às exigências das mudanças educacionais da época. Neste momento, reitero a minha gratidão pelos ensinamentos e dedicação com que nos passaram as lições necessárias as nossas vidas.

### AÇUDE CURIMATAÚ

Com o aumento da população do distrito de paz e do seu entorno, em 1904, houve a necessidade de um açude que fosse capaz de suprir a necessidade dos seus poucos habitantes. Algumas propriedades já possuíam pequenos açudes e, próximo ao distrito, havia um construído por volta de 1889. O primeiro relato sobre açudes, em nossa região, encontramos no livro “A Parahyba” do historiador João Lyra Tavares, em 1910, afirmando que havia um açude próximo ao distrito construído pelo estado e que terminava por abastecer a população, além de pequenos açudes em diversas propriedades em seu entorno.

Durante a gestão de Sousa Lima, à frente da prefeitura de Picuhy, em 1928, ele realizou a construção de um açude, próximo ao distrito, pois o “açude velho”, construído por volta de 1889 e reformado em 1910, era longe do distrito, gerando dificuldades para se pegar água todos os dias. Então, pensando em facilitar o acesso à água potável, ele fez um pedido ao seu chefe político, à época, e ex-presidente do estado, Sólton de Lucena, para que o “Presidente do Estado da Parahyba”, João Suassuna, construísse outro açude, no sentido de minimizar a distância em relação ao distrito.

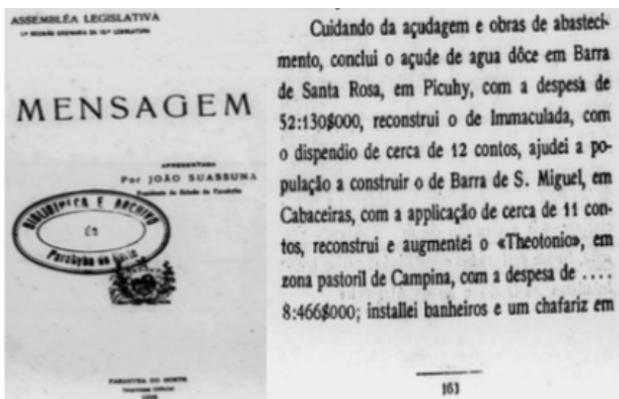
Após estudos hidrográficos, verificou-se que um pequeno açude, já existente no sítio do Poço Doce de propriedade de Fortunato Rufino de Maria, apresentava-se com um maior potencial de capitalização de águas, por estar no curso de um dos maiores afluentes do rio Curimataú, o riacho Poleiros. Uma reunião realizada na fazenda Poço Doce com a presença de todos os proprietários,<sup>32</sup> residentes ao

32 Samuel de M. Lyra e seu irmão Major Benjamim M. Lyra, Hermenegildo de Carvalho, Antônio Soares da Silva, Pedro Bezerra de Mendonça, Domingos de Oliveira Casado, Josué Alves de Oliveira, Estevão Domingos de Oliveira,

longo da extensão territorial do Poço Doce e que seriam beneficiados pela construção do açude, consolidou esse feito.

Encaminhada a petição, o despacho seguiu como mensagem à “Assembleia legislativa e publicada em 1928, pela Imprensa Oficial, p. 163, de 1928”:

**Figura 17** – Despacho enviado à Assembleia Legislativa



Fonte: Assembléa Legislativa (1928, p. 163)

Por muitos anos, o açude do Poço Doce sustentou a vila de Barra, mas não foi o suficiente, devido à demanda da população que cresceu, satisfatoriamente, nas décadas seguintes, exigindo das autoridades maiores recursos, no sentido de dinamizar a construção de um açude com acesso à água potável. Além disso, o local, onde foi construído o açude, ficava dentro de propriedade particular e o acesso a ele dependia da autorização do dono.

Muitas promessas de campanha foram feitas em prol da construção de outro açude maior e mais próximo da comunidade. Em uma dessas promessas, construíram o açude novo ou açude de Chico Joca, como ficou conhecido. O engenheiro que construiu esse açude chamava-se Dr. Marques de Azevedo Sobral (o mesmo que construiu e morou por muitos anos na Villa Zefa, em 1924, posteriormente vendido a Pedro Ferreira). Era pequeno e o seu manancial

---

Francisco Alves de Farias e José Pedro da Silva.

não era suficiente para abastecer a cidade, ao longo do ano ou até o próximo inverno, e nem para manter as lavouras de subsistências no seu entorno. Além disso, o rio que o mantinha vivo não era perene e demorava a ter boas enchentes.

Outra forma de abastecer a vila, naqueles períodos de seca, eram as famosas cacimbas abertas ao longo do leito do rio Curimataú. A retirada diária de água dessas cacimbas para o uso diário das pessoas na vila era feita por meio de latas, conduzidas em jarras ou em caçua nos lombos de jumentos, sendo armazenada, em seguida, em potes nas casas, para atender às necessidades caseiras. Várias pessoas ficaram conhecidas, ao desempenhar esse ofício ao longo do dia, carregando água em latões na cabeça, a exemplo de “Mosquito”, Chico Boa, Bina, dona Izaura, Natália, entre outros, que minha memória conseguiu resgatar.

A presença do 1º Batalhão de Engenharia de Construção na vila de Barra de Santa Rosa, em 1953, fez com que o prefeito de Cuité, Jeremias Venâncio, solicitasse do governador uma verba específica para a reconstrução do açude velho, passando a se chamar açude do Curimataú, no sentido de aumentar a sua capacidade hídrica ou volumétrica, construindo um novo balde, conforme a foto a seguir:

**Figura 18** - Novo balde do açude Curimataú



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Floriano

O açude do Curimataú foi, finalmente, reconstruído no final de 1954, passando a ser um manancial de águas cuidado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). João Inácio da Silva cuidava da parte administrativa do DNOCS, enquanto os senhores Severino Vieira da Silva (Severino de Conda), registrado na empresa desde 1954, vindo do açude de Gargalheiras no Rio Grande do Norte, e Pedro Ricardo (Pedro do açude) eram guardas ou seguranças que evitavam exploração da água para outros fins que não fossem relativos ao consumo caseiro.

A reconstrução foi pensada de forma que, no futuro, a água pudesse ser canalizada para a vila. Assim, o Batalhão construiu um reservatório que garantiria uma possível canalização de suas águas para abastecer a vila. Esse recurso só veio acontecer em 1968, pelas mãos do governador João Agripino e do prefeito Francisco Nunes de Alencar, que implantaram o sistema de abastecimento de água na cidade, via Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), que se instalou na cidade, canalizando-a e fazendo as ligações domiciliares e nas repartições públicas. Os primeiros funcionários nomeados foram Antônio Candido Ribeiro e Vera Badú. Seu Antônio Candido, no início do funcionamento da empresa em nossa cidade exercia diferentes funções: fazer a leitura nos medidores, entregar recibos, fazer as instalações nas casas, bombear água para a cidade, etc. Posteriormente outros funcionários foram contratados, a exemplo de Paulo Potiguar e Dedé (Dedé da Cagepa), que passaram a dividir essas funções com seu Antônio Candido.

Infelizmente, a água do açude Curimataú era salobra e só servia para os serviços caseiros e, assim sendo, a falta de água potável, ainda, era a grande luta dos barrenses. A campanha política, entre 1955 e 1960, seria o palco em que, fortemente, seriam cobradas essa situação e a outra, mais conflitante ainda, que tratava da separação geográfica entre Barra e Cuité. Sobre essa segunda assertiva, falaremos no próximo capítulo.

Durante a reconstrução do açude Curimataú, uma pesquisa, realizada pelo 1º Batalhão de Engenharia de Construção sobre o escoamento de águas fluviais na vila e no seu entorno, apontava que um antigo barreiro existente, próximo do qual havia um campo de

futebol (onde hoje é a casa de seu Jorge Xavier), era o local ideal para a capitalização dessas águas. Em resumo, todas as águas de chuvas que caem sobre Barra, escoam para duas vertentes, uma para o rio Curimataú, em pequena proporção, e a outra, em maior proporção, para esse local mencionado, cujos terrenos pertenciam a Chico Inácio e a Severina Barros.

Essa pesquisa foi divulgada durante uma reunião realizada no Clube Vilagran Cabrita, com a presença de várias pessoas da comunidade, na qual o comandante daquela unidade, 1º Tenente Francisco de Assis Hermano de Lucena (conhecido por Tenente Hermano), entregou ao líder da UDN e chefe político da região, João Casado de Almeida, para que o mesmo providenciasse junto ao prefeito de Cuité e ao governador, recursos para a sua execução. Foi nesse período que surgiu o famoso barreiro **Tribofe**, que será discutido em capítulo posterior.

## A CAPELINHA

Em 24 de setembro de 1904, foram concluídos os trabalhos da capelinha em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, cujo terreno foi doado por Cândido de Oliveira Casado e sua esposa, e inaugurada com uma grande festa religiosa, que teve como a primeira visita sacerdotal, o Padre Simão Phileto Patrício da Costa, vindo de Pedra Lavrada. Nessa época, Barra era povoado de Cuité e pertencia à freguesia de Nossa Senhora das Mercês da mesma comarca, cujo Bispado era em Olinda, Pernambuco, com Dom José J. de Azevedo Coutinho.

A história da capelinha começa com a licença para, nela, serem administrados os primeiros sacramentos, tendo à frente o Padre Inácio Ibiapina da Silva Sobral, vigário de Cuité e Picuí (1895 a 1909), que vinha, mensalmente, para realização de orações e vias-sacras junto aos habitantes do povoado. Como benfeitoras e zeladoras, tínhamos as senhoras Benvinda da Conceição, Joana Alves Bezerra e Petronila Emília de Barros (primeira catequista). Elas eram responsáveis por enfeitar a capelinha, bem como davam aulas de catecismo e aulas de “ler e contar”.

No livro de tombo da paróquia de Cuité, de valor histórico, temos

uma descrição fiel, clara e objetiva, a respeito da criação da nova paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Além disso, como foi firmada uma petição em nome da população do povoado, essa foi registrada no cartório em Picuí, com as seguintes informações:

“Aos dias 12 do mez de agosto de 1904, nesta povoação de Barra de Santa Rosa, nós habitantes da nova Paróquia de N. S. da Conceição, ereta nas hostes do Padre Ignácio Ibiapina da Silva Sobral, da Paróquia de N. S. das Mercês na villa de Cuité, em forma de petição, comprometemos a ceder, sustentar os bens, da mesma forma como ornar com todos os ornamentos necessários a dita capella”.

Cientes:

Manuel Adelino de Barros

Alvaro Bibiano de Souza

Salustiano de Sousa Lima

Manuel de Sousa Lima

Candido de Oliveira Casado

Manuel Luguinho Casado

Jaldino Martins Casado

João Correia de Sousa

E outros.

O altar-mor cobria toda a parede frontal, possuindo algumas inscrições em latim, duas figuras de anjos, um de cada lado, quadros da via-sacra, dois candelabros (a querosene) laterais que iluminavam a base do altar, feitos com ladrilhos de barro cozido, um tapete vermelho e uma imagem de nossa Senhora da Conceição e outra de São José, em cada lado. A parede da entrada principal, com uma porta em madeira, era simples, estilo neocolonial, como a maioria das casas em seu entorno, a exemplo das casas de Manuel de Sousa Lima e a de Manuel Ezequiel de Medeiros (hoje é a casa onde morava Humberlinda Medeiros, que era sua filha). Não havia casas vizinhas à capela. Só em 1924 é que construíram a Villa Zefa (hoje a Casa de Palmirene e Edson).

**Figura 19** - Visita de frei Martinho ao distrito de Barra de Santa Rosa



Fonte: Arquivo pessoal de Rosa Correia – Naldo Vaqueiro.

A foto, exposta na figura anterior, ocorreu por ocasião da visita de frei Martinho (segundo da direita para a esquerda) ao distrito de Barra de Santa Rosa, antes da construção da igreja principal. Ao seu lado direito, se encontra o, ainda, seminarista Pe. Barros e, à esquerda, Joaquim Teófilo Agra<sup>33</sup>, seguido por Monsenhor Antônio Augusto, entre outros, durante uma visita à Capelinha. Após a celebração, todos foram recebidos na residência de Manoel Adelino de Barros, onde ocorreu uma reunião em prol da construção da igreja de Barra de Santa Rosa, estando presentes algumas pessoas da comunidade, em especial, o casal que se ofereceu para doação do terreno, onde, hoje, se encontra a matriz.

A mudança da comarca de Cuité para Picuí, em novembro de 1904, a pedido do chefe político Graciliano Lordão e do deputado Ascendino Neves, junto à assembleia legislativa estadual, não alterou

33 Não temos certeza de que se trata do Padre Joaquim Teófilo Agra, pois o mesmo ficou como vigário na paróquia de São Sebastião em Picuhy, de 1908 a 1912, saindo da mesma por conta de desavenças políticas com o chefe político Cel. Manoel Lucas, como nos relata Fabiana Agra (2014, p. 269).

os limites paroquiais de Nossa Senhora das Mercês, que continuou assistida pelos padres que, ali, exerceram seus trabalhos paroquiais, a exemplo dos padres Joaquim Teófilo Agra (de 1908 a 1912) e Antônio Augusto P. de Sousa (de 1913 a 1926), apesar de Barra passar a ser povoado de Picuí e tornar-se “distrito de paz” em 1906.

Na frente da capelinha, existia um pequeno cruzeiro que servia de ponto de encontro à maioria dos moradores do povoado, como, também, para amarrar cavalos, em especial nas quintas feiras, nas comemorações das festas de padroeira e carnaval, além de ter sido palco de grandes comícios e debates, durante as campanhas de Getúlio Vargas e Prestes, como nos relatava a saudosa Tita Barros. A imagem abaixo representa o espaço aludido:

**Figura 20** – Capelinha de Barra com o cruzeiro



Fonte: Arte gráfica de Marcelo Braga

Posteriormente, na década de 30, o cruzeiro foi demolido, por se encontrar tomando o espaço da principal e única rua existente à época, chamada de rua do comércio ou rua grande, devido à feira que ali se realizava. A despeito da sua posição, assim como ocorreu com a capelinha que foi vendida a particulares depois do início da construção da Igreja matriz, em 1917, ambos deveriam ter sido preservados.

No entorno da capela e ao longo do terreno que se estende por todo o que hoje ficou conhecido como o “Beco do 31” ou “Beco de

Deca” (nome oficial: Travessa Tino Correia), antes do cemitério ser construído em 1911, podia-se sepultar crianças no local. Esse fato ficou mais fortemente evidenciado durante as escavações dos alicerces da casa do engenheiro José Marques de Azevedo, em 1923, a Villa Zefa. Os adultos eram levados para um dos dois cemitérios que existiam na Santa Rosa, particulares, um nas terras da família Baptista de Sousa e o outro nas terras de Manoel Joaquim de Oliveira e, posteriormente, nas terras de Fortunato Rufino de Carvalho (Ioiô Rufino). Além desses, podia-se sepultar pessoas no cruzeiro em frente à Capela de Santa Rosa de Lima, descrita na seção seguinte.

### **CAPELA DE SANTA ROSA**

Durante minhas pesquisas, no ano de 1979, entrevistei, informalmente, o casal “seu Basto e dona Noca”, moradores antigos do sítio Santa Rosa, que nos apresentaram antigas memórias de seus pais, afirmando que aquelas terras pertenciam a Zé Bizerra, a quem, também, foi atribuída a construção da capela. Outro morador do sítio Santa Rosa, que construiu a primeira casa por lá, foi o sr. João Mello de Azevedo, seguido da família Baptista de Sousa.

Posteriormente, pesquisando o livro de Sesmarias de João Lyra Tavares (1909), encontrei o tal “Zé Bizerra”. De fato, existem três posses de terras neste período, referentes à Santa Rosa, que são as de Felipe Ferreira Vilar, em 1734; Manoel de Sousa Santiago, em 1742, e a de José Bizerra da Costa, em 1774. Quanto a João Mello de Azevedo e à família Baptista de Sousa, aparecem nas pesquisas, em 1920, donos da Craybeira e da Santa Rosa, respectivamente.

Portanto, a capela oferecida à Santa Rosa de Lima foi concluída por volta de 1756, em terras de Felipe Ferreira Vilar, posteriormente pertencentes a Jose Bizerra da Costa e vizinhas as do Cap. Bento Casado de Oliveira, no Poço Doce, conforme já relatamos no capítulo sobre as doações de terras, no início deste esboço histórico.

Não há registros da sua construção nos livros de tombo da paróquia de São Sebastião em Picuí e nem na paróquia de Nossa Senhora das Mercês em Cuité.

Os únicos registros de veracidade vêm aparecer por volta de 1889, no livro de tombo da paróquia de Cuité, dando conta das aulas de

catecismo e missas rezadas uma vez por mês, em uma capela decadente no sítio Santa Rosa. Afora isso, temos os registros das lápides na parte interna da capela, que nos remete ao final do século XIX e início do século XX, pertencente a família Guedes e Palmeira (Eliza Guedes Palmeira – irmã de Severino Ambrósio), residentes no sítio Gangorra. Outro registro ocorreu durante a gestão de Padre Domingos que resolveu demolir o seu oratório ou altar-mor, por conta do cupim que o devastou e, assim, aumentar a capela, aproveitando o terreno atrás dela, mas sem mexer na estética frontal. Para tal, houve uma mudança na linha principal do telhado. Após a retirada da linha, foi constatada a data da construção da igreja, registrada por Antônio Floriano dos Santos (administrador paroquial) e testemunhada por Juvenal de Francisquinha e Zé Vaqueiro, entre outros, que eram os construtores. Infelizmente não houve registro fotográfico. Além dessas testemunhas, outra pessoa que confirmou essa data foi o sr. José Agostinho Ribeiro<sup>34</sup> que morava na Cupira e tomava conta do patrimônio e dos bens, durante muitos anos, da capela de Santa Rosa.

Segundo Pe. Luiz Santiago (1936), além dessas capelas, havia, também, a de São Severino na Telha, fundada em 1910, por Manoel Joaquim Casado e o Cap. Vicente Martins Casado, funcionando com aula pública, ensino de catecismo e centro do apostolado; a de São João de Malhada da Cruz, com aula particular e ensino de catecismo; a de São Sebastião no Jardim, fundada em 1902; a de São José de Cunchã; a de Nossa Senhora de Cumaru's; a de Caraybeiras e a de Malhada do Canto, fundada pelo Padre Luiz Santiago e o Cel. José Antonio.

## **IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

Um dos templos mais belos do Curimataú, a igreja de Nossa Senhora da Conceição<sup>35</sup>, situada em nossa cidade, teve a bênção da pedra

34 Seu Agostinho – primeiro morador da rua Álvaro Bibiano de Sousa, em 1960.

35 Apesar de a maioria da população ser, essencialmente católica, havia outra religião sendo processada no distrito de Barra. Segundo o “Anuario da Parahyba”, em 1916, havia uma “congregação protestante”, contando com 26 “comungantes”. Tratava-se de uma “Egreja Presbyteriana”. Não identificamos

fundamental, no início de 1917, porém sua construção só iniciou, no final desse ano, pela força e tenacidade de um ardoroso frade Alemão da ordem dos franciscanos, Frei Martinho Jansweid. No livro “Frei Martinho – Uma herança viva da fé cristã” – coletânea publicada nos 50 anos da morte deste religioso, encontramos relatos sobre o início da construção da nossa igreja, vindo a ser, parcialmente, concluída, por volta de 1928, durante os pastoreios dos Padres Antônio Augusto P. de Sousa (de 1913 a 1926), José Tibúrcio de Miranda (de 1928 a 1929) e Luiz Santiago (de 1929 a 1941).

O terreno em que hoje se encontra a nossa matriz, bem como a sua continuidade frontal, onde se encontra hoje a Praça Frei Martinho, em sua homenagem<sup>36</sup>, pertenceu, inicialmente, a Vicente Pereira Marau (conhecido na época por “Seu Marau”) e Leolina de Sousa Lima que venderam, posteriormente, a Silvino de Oliveira Casado, o qual fez a doação, diretamente, a Frei Martinho, durante uma de suas passagens por Barra de Santa Rosa. O ato simbólico levou muitas pessoas para frente do cartório, onde foi passada a escritura, assinada pelos senhores Álvaro Bibiano de Sousa (escrivão) e Manoel Adelino de Barros (juiz de paz). Em seguida, o Senhor Manoel Adelino de Barros (Neco Barros) e sua esposa, a senhora Petronilla Emília de Barros, ofereceram hospedagem ao Frei Martinho e a sua comitiva.

Desde a sua chegada à Paraíba, em 1911, Frei Martinho contribuiu para a construção de cinco grandes igrejas e mais de 17 fraternidades franciscanas, até 1930, quando veio a falecer. Essa fama de “Arquiteto de Deus”, como era conhecido, aliada a uma forte campanha para

---

o local do seu funcionamento. Paralelamente a essa informação, encontramos relatos no livro - *Picuí do Seridó*, século XX, da autora Fabiana de Fatima Medeiros Agra, vol. I -, sobre uma senhora chamada de Maria Olindina dos Santos Lima, conhecida por “Maria da Barra”, que teria sido perseguida por moradores e comerciantes locais, por professar outra religião, em especial, quando, em uma das visitas de Frei Damião ao Distrito, em 1932, ele teria dito: “Estou sabendo que tem dois canelas de fogo aqui. Não é para vender pão a protestante, não é para alugar casa a protestante”.

36 A Praça Frei Martinho foi construída pelo Prefeito nomeado Davino Barros, em 1959. Posteriormente, foi restaurada e ampliada pelo prefeito José Ribeiro Diniz, durante sua primeira gestão, de 1964 a 1968.

a construção da matriz de nossa cidade, promovida por ele e por vários padres da região, atendendo ao pedido do Bispo Dom Adalto, foi ouvida por todo o Curimataú, brejo e sertão, levando centenas de pessoas a fazerem doações com carregamento de pedras, tijolos, areia, enquanto outros cavavam os alicerces, seguindo a planta que ele apresentou no dia da bênção da pedra fundamental.

O brilho nos olhos de Tita Barros, ao contar que fez parte da construção da Igreja, ladeada por Bina, sua fiel escudeira, deixava-nos curiosos e atentos a sua fala, permitindo-lhe que ela enumerasse os diversos voluntários que, diuturnamente, se prontificavam em diversos ofícios, como oferecer refeições aos trabalhadores, a exemplo das senhoras: Bina (Tita Barros), Tina Correia, Massonila, Totô, Chiquinha Correia, Severina Adélia de Barros, Josefa Farias Barros, Leonina, Júlia Alves, Otilia Marau, dentre outras. Por outro lado, os homens se reversavam em diversas tarefas, como cavar, transportar pedras e areia do rio Curimataú, receber os carreteiros (boi de carroça) que vinham de diversos lugares com madeiras, areia, barro, pedras, gesso, água, etc. Dentre esses, citamos os senhores: Marau, Florentino Alves, Aluísio de Sousa, Manoel Luguinho, Frutuoso Brandão, Edésio Henrique, Evaristo Ferreira, Estevão Pereira, Vicente Estrela, Hermenegildo Pereira, entre outros. Em meio às diversas tarefas, um conjunto de sanfoneiros animavam os trabalhadores, enquanto Frei Martinho contava “casos”, prometendo colocar o nome de todos os benfeitores no teto da igreja.

Ao longo de dez anos de sua construção, por diversas vezes, os trabalhos foram paralisados, devido à falta de materiais, pedreiros e ajudantes. Em 1927, ela estava, parcialmente, construída, toda coberta, com piso de tijolos aparentes, paredes internas e externas rebocadas e caiadas. Não havia calçadas, sendo as partes laterais da igreja protegidas por pedras e, na entrada frontal, uma pequena escadaria<sup>37</sup> levava os fiéis a entrarem na igreja, durante as quintas-feiras (missa e

37 As calçadas laterais, o forro do Altar-Mor e sua escadaria principal só foram construídos em 1959 pelo prefeito (nomeado) Davino Barros, atendendo a um pedido do padre Boleslau Biernascki (Polonês) e do seu tio, o Padre Barros, durante o seu paróquio (1959 a 1964). Aliás, esse foi o padre que me batizou, no ano de 1962.

batizados) e aos domingos (via-sacra e missa), avisados pelo som do pequeno sino retirado da antiga capelinha. As janelas e a cruz foram colocadas por volta de 1947, durante uma forte campanha na festa da nossa padroeira, realizada pelo Padre José Cunha de Barros (1944 a 1958), que pertencia à freguesia de São Sebastião, em Picuí.

Em conversa informal com Frei Hermano Heyens (OFM), durante uma de nossas visitas ao convento do Rosário, em João Pessoa, ele nos relatou que o projeto original da igreja de Barra teria seis torres de cada lado, totalizando dez pequenas e duas grandes, representando os doze apóstolos de Cristo. Esses detalhes passaram despercebidos aos olhos do Frei Martinho, à época, sendo relatado em seu caderno de anotações.

A primeira missa foi celebrada pelos padres José Tibúrcio, vigário da paróquia de Cuité e o Padre Simão Phileto, vindo de Araruna, durante uma quinta feira do ano de 1927. Não encontramos relato sobre a vinda de Frei Martinho a sua inauguração. Acredita-se que sua ausência, segundo Frei Hermano Heyens, deu-se em virtude de que, nessa época, ele estava em romaria pelo Ceará, em especial, nas cidades de Canindé e Crato, onde participou da construção de várias igrejas e seminários da Ordem de São Francisco Menor (OFM).

**Figura 21** - Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Autor desconhecido

Em 1928, o Padre José Tibúrcio fundou o centro do apostolado da oração, nomeando como presidenta a Senhora Petronylla Emília Bezerra de Barros e, posteriormente, em 1929, o Padre Luiz Santiago criou a via sacra.

A figura a seguir a seguir se refere a de abril de 1965, ou seja, em plena administração do Prefeito José Ribeiro Diniz. Podemos ver, também, a nossa Igreja com os detalhes que já citamos, além da praça construída por Davino Barros em 1959.

**Figura 22** - Praça Frei Martinho e ao fundo a Igreja Matriz.



Fonte: Autor desconhecido

Já a foto a seguir equivale ao final dos anos 60, na qual observamos que a praça já havia sido reformada, já havia energia elétrica e calçamentos na frente da igreja e na rua principal, obras dos prefeitos José Ribeiro Diniz e Francisco Nunes de Alencar.

**Figura 23** -Igreja de N. S. da Conceição



Fonte: Autor desconhecido

Durante todos os anos, as festas dedicadas à nossa padroeira eram bastante animadas e as arrecadações financeiras eram feitas através de leilões, rifas, bingos, etc. Francisquinha de Juvenal, com uma memória invejável, nos lembrava que, no patamar da igreja, era comum, durante as festas da padroeira, dona Eurídice Barros reunir suas alunas para travar uma batalha entre os dois cordões azul e encarnado, conforme demonstram os versos seguintes:

“Sou a Diana,  
Não tenho partido.  
O meu partido são os dois cordões;  
O meu prazer e vê todas as companheiras,  
Cantar e dançar com toda satisfação”.

Durante as quintas feiras, Humberlinda Medeiros organizava os dramas e peças teatrais, no Clube do Quartel, onde crianças e moças da sociedade, declamavam para as pessoas dizendo:

“Eis aqui toda semana,  
Neste lugar reunidas  
Sempre alegre, muito ufanas,  
Cantando serem aplaudidas”.

E completava dizendo:

“A quinta feira senhores  
É dia de muita farra,  
Que escolheram para feira  
Da nossa querida Barra”.

Dessa forma, as festas de padroeira, nas décadas de 40 e 50 eram animadas e lucrativas, de forma que todo o dinheiro arrecadado era destinado ao conselho paroquial, que tinha nos senhores Pedro Ferreira, Ioiô Rufino, Fileto Potyguara, Miguel Sousa, Artur Nunes, Geraldo Porto, Reginaldo Luna, Antônio Floriano, Francisco Inácio, Zé Luiz Correia, entre outros que foram se revezando, ao longo dos anos, a incumbência de promover as reformas necessárias à nossa matriz. No entanto, ainda continuávamos vinculados à paróquia N. S. das Mercês, em Cuité.

Diante de tantos apelos feitos pelos barrenses aos diversos bispos, que por aqui passaram, durante as festas de padroeira, em especial a Dom Manoel Pereira da Costa, os nossos pedidos foram ouvidos e, em dezembro de 1967, chegaram à Campina Grande dois padres Italianos, Donato e Domingos, enviados pelo Comitê Pastoral da Itália (Pontifícias Obras Missionárias), dada a grande falta de clero, na região do Curimataú.

Esses padres foram encaminhados para a região do Curimataú (Barra, Cuité e Pedra Lavrada), ficando o Padre Dommenico Ciavarella em nossa cidade, mas residindo em Esperança, tempo que passou até à construção da casa paroquial<sup>38</sup>. Definitivamente, ele assumiu os trabalhos pastorais (missas, casamentos e batizados) em junho de 1968, passando a morar, definitivamente, em novembro

38 Toda a mobília da casa foi doada por Severina Adélia de Barros (irmã de Tita Barros).

desse ano.

A partir daí o padre Domingos, como era carinhosamente chamado, idealizou e criou alguns grupos evangélicos na comunidade, a exemplo dos grupos de Evangelização (círculos bíblicos) e dos homens, no sentido de dinamizar o seu pastoreio, ao tempo em que dividia tarefas. A primeira tesoureira da paróquia foi a Senhora Severina Tita Barros, que ficou no cargo até final de 1970. Posteriormente, em 1971, o Padre Domingos criou o grupo do Conselho Administrativo da Paróquia, nomeando Antônio Floriano dos Santos, como tesoureiro paroquial e como secretárias as senhoras Terezinha Barros e Terezinha de Oséias, que recolhiam as doações financeiras e as guardavam no cofre de Tita Barros. Esse conselho permaneceu no cargo até 1995.

A partir de então, a luta dos barrenses juntamente com o novo padre passou a ser a criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Essa conquista só veio acontecer em dezembro de 1973, quando o Bispo Dom Manoel Pereira, durante a festa de padroeira, elevou a nossa matriz à categoria de paróquia.

Para entendermos melhor os aspectos histórico e social que envolveram a chegada do Padre Domingos a nossa cidade, nada melhor do que ele mesmo nos revelando, a partir de uma entrevista<sup>39</sup> a sua chegada e permanência entre nós durante vinte anos. Vejamos:

## **ENTREVISTA COM PADRE DOMMENICO CIAVARELLA 1 QUANDO CHEGARAM À PARAÍBA E QUAL O MOTIVO DAS VOSSAS VINDAS?**

*O motivo da nossa vinda ao Brasil foi nossa resposta aos apelos do Papa João XXIII à Igreja da Europa em favor da Igreja latino-americana muito carente de padres e de vocações sacerdotais. Por isso, a gente logo deu nossa adesão, querendo viver nossa missão de padre.*

*Nessa época, estávamos ainda no Seminário Regional de Molfetta (Bari), estudando no primeiro ano de teologia. Fomos continuar os estudos teológicos (três anos) no Seminário para a América Latina em Verona; então, terminado os estudos, no dia 3 de julho de 1966, fomos*

---

39 Entrevista realizada via e-mail, já que o padre reside, atualmente, na Itália.

*ordenados padres pelas mãos do Papa Paulo VI (juntos com outros 68 diáconos todos enviados como padres para América Latina). Depois da ordenação, ficamos ainda um ano nas nossas dioceses e, então, no dia 5 de novembro de 1967, partimos do porto de Napoli para o Brasil, com o navio Anna Costa e, depois de quinze dias, chegamos ao Rio de Janeiro (23 de novembro de 1967).*

*Porque mesmo em Campina Grande? Foi decidido pelos Superiores, durante os estudos em Verona, no Seminário para a América Latina. Ali chegavam, constantemente, Bispos do Brasil e de outras nações latino-americanas pedindo padres para suas dioceses. Assim também o bispo de Campina Grande, dom Manuel Pereira da Costa, presente em Roma para o Concílio Ecumênico Vaticano II. Nos dias livres das sessões conciliares, vinha visitar nosso Seminário pedindo aos Superiores uns padres para sua Diocese. Assim, fomos escolhidos (eu e o Padre Donato) e apresentados ao Bispo dom Manuel. Fomos conhecer de perto a realidade da Diocese de Campina Grande; o mesmo Bispo visitou nossas cidades e famílias, nos ordenou diáconos no dia 7 de dezembro de 1965 em Noicàtaro (Bari), minha cidade natal. Nossa chegada em Campina Grande foi no dia 7 de dezembro de 1967.*

*Porque mesmo Barra de Santa Rosa? O Bispo de Campina Grande, Dom Manuel Pereira da Costa, nos enviou para Barra, porque não havia padre residente, ficando na dependência em tudo da paróquia de Cuité. Barra, então, compreendia a Telha, Damião e na época a região tinha 20.000 habitantes: uma população sem padre residente! Isso devia preocupar muito o Bispo e os fiéis barrenses. No dia 23 de março de 1968, a gente chegou pela primeira vez na cidade de Barra de Santa Rosa. Ninguém nos acolheu (em verdade, o povo tinha ficado todo o dia antes, esperando-nos!). A gente chegou de jeep, guiado pelo Pe. Manuel Palmeira vigário de Esperança (nesta cidade a gente ficou vários meses, iniciando o nosso conhecimento do serviço pastoral, guiados pelo vigário). Depois de quatro horas de viagem (só 60 km! Na Itália, é suficiente meia hora: (que diferença!)), cheios de poeira e cansados devido aos pulos nos buracos da estrada, sem asfalto. No começo, a gente visitava Barra de mês em mês. Só em novembro do mesmo ano, a gente começou a morar definitivamente em Barra de Santa Rosa.*

## 2 QUAIS FORAM SUAS PRIMEIRAS DIFICULDADES?

*Logo a gente sentiu a solidão. Solidão geográfica, por causa das distâncias: longe de Campina Grande, longe dos outros padres, caminho ruim para viajar: uma cidade sem telefone, sem correio e, então, sem poder se comunicar! Solidão cultural: a gente estrangeira em todos os efeitos: nas palavras, no entendimento da realidade social, religiosa, comportamental do povo, de sua mentalidade, sua maneira de viver. Acho que também o povo encontrava dificuldades para com a gente. Um homem do Suspiro, na minha primeira visita àquele sítio, me perguntou: “O Senhor talvez seja português? Porque veio aqui no meio dos índios” “Não, respondi, sou italiano”, ficou sorrindo!*

*Outra dificuldade foi a monotonia:*

- *Do clima: todos os dias iguais; não mudava e como a gente era acostumada na Itália: mesma quentura, mesmas nuvens, sempre o mesmo vento;*
- *Da comida: sempre a mesma. Na Itália, a comida muda; cada dia sempre pratos diferentes;*
- *Nas conversações com o povo: mesmas perguntas, mesmas respostas...*

*Também nas nossas relações para com os outros padres da diocese, houve no começo dificuldades; uns deles não estavam querendo nossa presença italiana, porque achavam que iríamos estragar o caminho pastoral das comunidades, enquanto a gente iria trazer uma mentalidade pastoral diferente. O que não aconteceu. Ao contrário, a gente ficou aprendendo muito da ação pastoral da diocese, procurando nos tornar quanto mais possíveis brasileiros. Mas o choque maior foi no encontro com a pobreza, a miséria de muitíssimos, as tantas casas de taipas presentes na cidade e nos sítios, a falta de comida, a falta de água para beber (o Tribofe, aonde o povo ia tomar água, embora suja, mas, pelo menos, doce). Meu Deus, porque tudo isso? Ficávamos perguntando! As respostas vieram não tão depressa, mas aos poucos na nossa convivência por muitos anos na terra que ficou sendo a nossa segunda casa.*

### 3 COMO O SENHOR ENCONTROU A IGREJA? HAVIA GRUPOS? QUEM LHE AJUDOU INICIALMENTE?

*No começo, tive que lutar muito para enfrentar seja os trabalhos na igreja de pedra, a Matriz de Barra, seja para dar vida à igreja verdadeira que é o povo de Deus. A Matriz se achava num estado deplorável; precisava de muito trabalho (telhado, forro, janelas, altar, bancos, iluminação, difusora, etc) e, então, de muito dinheiro (por outra parte, precisava também construir a casa paroquial, somente iniciada). Com a ajuda do irmão Urbano, consegui ter um projeto e aos poucos, em diversos anos, foi realizado o que hoje todos admiram. Importante foi a ajuda do povo e, também, as que chegaram de outras partes. Também para o almoço e a janta, a gente ia muitas vezes à casa de dona Tita e dona Severina Barros.*

*O começo de vida barrense foi, sim, cheio de dificuldades, mas também de entusiasmo. Além do povo da cidade, a gente desejava conhecer também o povo do sítio. Não tendo um carro, Seu Rafael Medeiros decidiu nos levar com o ônibus dele. E assim fui para Telha, Damião e outros lugares. O ônibus se enchia de pessoas e durante a caminhada cantavam, brincavam e, deste modo, as distâncias e os caminhos cheios de buracos não pareciam ruins. Não estava acostumado em viajar naquelas estradas sem asfalto!*

*Seja na cidade, seja nos sítios maiores, a gente encontrava muitas pessoas que esperavam ver o padre, falar com ele. Por outra parte, a gente desejava conhecer de perto a situação religiosa de cada comunidade ou capela. Em geral, como na cidade, também nos sítios tinha alguém que preparava meninos para a primeira comunhão e Catequistas para o batismo. Não havia encontros de grupos, nem tampouco formação para Catequistas. O povo se encontrava só para vir à missa que ocorria de mês em mês na Matriz e de vez em quando nos sítios. Apesar disso, no povo havia uma fé radicada e simples: disso ficamos muito admirados, agradecendo a Deus.*

*Nessa situação, primeiramente, a gente começou reunindo as Catequistas para escutar e conhecer a experiências delas e, em seguida, começar um trabalho de evangelização. Na cidade, convidei os homens (naquele tempo um pouco afastado da igreja) para fazerem parte do*

*Conselho Administrativo Paroquial e, assim, adquirir responsabilidades nos assuntos e trabalhos da vida da comunidade. Ao mesmo tempo, começamos as reuniões de evangelização nas casas, tendo como referentes os mesmos donos da casa (então estes encontros se chamavam círculos bíblicos): isso seja na cidade como nos sítios. Desta maneira, o povo começava a conhecer a Bíblia (adquirida a prazo). Assim por diante. Entretanto vinha aumentando o número de Catequistas para crianças, para rapazes em preparação à crisma, outros para os pais dos batizando. Para todos, tinha encontros de formação a cada mês. A gente apostou muito na evangelização, como queriam os Bispos do Brasil. Não posso esquecer o grupo de jovens que foi se ajuntando para reflexão e animação da comunidade.*

*De muita ajuda, foi uma freira: Irmã Graça. Com ela, preparamos um Roteiro de Catequese para crianças de 9 a 12 anos (ainda o guardo comigo). São roteiros elaborados por uma equipe de moças e de donas de casa que decidiram dedicar seu tempo à evangelização das crianças na perspectiva da primeira comunhão.*

*Também para as celebrações, aos poucos na cidade, sobretudo, vinha se formando o grupo de canto e animação litúrgica. Muito conhecidos e cantados foram os cantos de Pe. Zezinho e os das Campanhas da Fraternidade.*

#### **4 QUAIS FORAM SUAS CONQUISTAS?**

*O caminho pastoral se deu por etapas. No começo houve um período de dois anos de conhecimento da realidade religiosa, social, cultural, política. Para um estrangeiro, esta etapa é muito importante. Escutar o povo da cidade e do sítio (no ano santo de 1975, decidi visitar todo o município de Barra, peregrinando de casa em casa e conversando com as famílias); escutar os padres brasileiros (junto com o Pe. Donato, fomos visitá-los nas paróquias deles); escutar os moradores e as famílias. Sem dúvida, esta experiência foi uma primeira conquista da gente, que aprendeu e conheceu de perto aquela realidade. Uma realidade nova para a gente e também para o povo (primeiro padre em viver ali; tinha só 25 anos de idade! Em Barra não tinha nem a casa paroquial).*

*A pergunta que sempre surgia em mim: por que tanta miséria e*

*pobreza? Quais as causas? De Deus, vontade d'Ele? Infelizmente, o povo pensava isso: Deus cria o rico e o pobre! Então do povo mesmo? Não achava, por que embora pobre, o povo era trabalhador e sofredor. Contudo, uma das minhas conquistas foi me agradar deste tipo de povo: cordial, paciente, religioso (graças à Deus, se Deus quiser...na Itália não temos esses termos), muito atento aos mistérios da natureza, pobre, mas sereno. Foi difícil, no começo, entrar na vida daquele povo, mas ao final entrei na amizade dele. Fomos caminhando juntos.*

*Tendo chegado em Barra a 26 de março de 1968, estive à frente da comunidade até o dia 8 de dezembro de 1981: treze anos de muito trabalho! E isso foi uma verdadeira conquista! De fato, no acordo entre o Bispo da minha diocese italiana (Bari) e o Bispo de Campina Grande, ficava escrito que minha permanência no Brasil seria por cinco anos. No efeito, fiquei mais do que o dobro! Entretanto, no dia 9 de dezembro de 1973, Barra de Santa Rosa deixou de ser freguesia de Nossa Senhora das Mercês passando a ser Paróquia, sob o patrocínio de nossa Senhora da Conceição, tornando-me o primeiro vigário. Sinto um santo orgulho nisso!*

*Nestes anos, depois ter conhecido e refletido sobre a realidade e a vida do povo, como já escrito antes, me dei conta que na pastoral precisava tomar uma decisão. Diante da dramática situação em que a maioria da comunidade paroquial se encontrava, não pude deixar de optar pelos pobres. A seca dos anos setenta foi a ocasião que mais influenciou essa opção. Desde então, percebi que o Senhor havia me enviado para “evangelizar os pobres”. As expulsões de camponeses das terras, o desespero de tantas famílias sem nada para comer, emigração em massa (os paus de arara!), salários não pagos, mortalidade infantil, me fizeram descobrir todo um campo de ação pastoral e de evangelização.*

*Graças a Deus, percebi que a evangelização devia sempre ser unida à promoção humana (nisso me ajudou muito uma leiga: Elza Vilar de Campina Grande). Foi, então, incentivada a formação de pequenos grupos, chamados de Evangelização, formados por mulheres, homens, jovens e adultos. Havia grupos na cidade, como nos sítios. Em cada grupo havia um animador, com quem a gente se encontrava com frequência. O animador tinha a tarefa de transmitir aos outros, o que*

tinha aprendido. Todos os meses, então, havia para os grupos uma grande reunião, que durava um dia, durante a qual, além da catequese, eles cantavam, apresentavam pequenas cenas retiradas da vida ou do Evangelho, eram declamados poemas, músicas, enquetes, todos criados por eles.

O método de evangelizar era o seguinte: Ver antes de tudo a realidade da vida, **Relacionar** essa realidade para com a Palavra de Deus (Bíblia, Evangelho sobretudo) e, a partir disso, **procurar compromissos** para melhorar a situação da vida mesma (em síntese, era o método chamado de: **ver, julgar e agir**). Esse método levou muitas pessoas ao conhecimento da Palavra de Deus juntamente às leis e aos direitos humanos, ao conhecer sua dignidade de pessoa criada por Deus para ser livre e não para ser escravo; mais ainda, ajudar a querer trabalhar juntos para ter maior força e coragem e enfrentar assim situações incríveis de injustiça. Era preciso, de fato, ajudar o povo a mudar de mentalidade para tomar mais consciência: a pobreza não dependia de Deus, e sim das injustiças dos grandes!

Evangelização, conscientização, pequenos grupos: aqui está um resumo do trabalho pastoral desses anos. Conquistas deste método de evangelização? Foi o que surgiu em seguida: a fundação de uma **Escola de corte e costura**, com o apelido de João XXIII para donas de casa que queriam aprender este trabalho (nisso ajudou muito uma irmã holandesa, Irmã Adolphine); **A criação do Ginásio**, tão desejado pelos jovens (os que terminavam o ensino fundamental, ficavam forçados a irem para outras cidades se quisessem continuar a estudar); **a construção de casas para os pobres**; **a criação do ambulatório na Telha**; a organização de **mutirões no trabalho da terra**; a criação do **Sindicato dos trabalhadores rurais** (tinha só o sindicato patronal); o **conhecimento de leis agrícolas**, previdenciárias e de assistência social. **Fé e promoção humana** caminharam juntas.

Tenho que esclarecer que o trabalho pastoral da gente não foi isolado, mas era sim o **programa de toda Igreja Brasileira**. Tudo isso, sob o impulso inovador do Concílio e da Conferência de Medellín, começou a denunciar o sistema sócio-econômico-político do país, sistema não evangélico, a anunciar uma nova ordem com respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, decidindo colocar-se ao lado dos

*pobres. Dom Luciano Mendes disse: “Uma vez foi dito que é melhor ensinar a pescar do que dar peixe, mas eu acrescentaria: mas se o rio estiver poluído, ainda será possível pescar? O que você deve fazer?”. Era necessário, então, não apenas conhecer e fazer conhecer a realidade tão triste, mas também conhecer as raízes, as causas. Por isso, era necessário ajudar as pessoas a se unirem, resolverem os problemas juntos.*

*Uma grande ajuda neste trabalho veio das Campanhas da Fraternidade, que os Bispos lançavam pontualmente a cada ano na Quaresma. Temas como: Reconciliação (1971), Onde está seu irmão? (1974), Dividir o pão (1975), Caminhar juntos (1976), Trabalho e justiça para todos (1978) e outros, animavam os grupos de evangelização na Catequese, na Liturgia e na Vida. Os mesmos temas serviam para reflexão e apresentação nas casas, na celebração da Via Crucis e na novena do Natal em famílias e também nas festas da Padroeira.*

## **5 HOUVE DECEPÇÕES? QUAIS?**

*Por minha parte, nenhuma decepção; desafios, sim. Talvez houvesse alguma decepção por parte do povo; isso não a partir dos pobres, mas sim dos patrões e dos ricos apegados à religiosidade tradicional, feita de muitas orações, apesar das injustiças para com os pobres. A primeira decepção deles, talvez, aconteceu quando a gente assinou a carteira de trabalho da nossa doméstica Terezinha Trajano. De fato, havia dezenas de famílias com moças de serviço, mas sem seguro (pareciam escravas!). Claro que a nossa decisão contrariou os costumes deles. E assim por diante: a gente percebia que muitos não aceitavam nossa maneira de nos relacionar com o povo, sobretudo com os mais pobres. A maior decepção do povo aconteceu quando o Ginásio de repente mudou de direção: enquanto eu estava celebrando a missa na Matriz, a direção foi ocupada por um senhor de Barra de Santa Rosa, o qual, de maneira autônoma, declarou-se diretor (o mesmo, num outro dia, quis me tirar a vida; ainda bem que minha doméstica Lúcia foi muito atenta e trancou as portas de casa, proibindo-me de sair!). E o Ginásio, que não foi só minha criação, mas, sobretudo merecia muita atenção para a educação humana e cultural dos jovens e da cidade, infelizmente ficou fechado, por que o povo não aceitou o novo diretor*

do Colégio. Foi a maior decepção da vida! Apagou-se assim uma...luz na cidade!

**Outra decepção**, mas menor: a falta de coragem por parte de alguns fiéis que tinham medo de enfrentar situações de injustiças. Para eles, eu deveria ser sempre o padre e só o padre. Isso ia contra a minha mentalidade de compartilhar com todos os trabalhos, segundo o lema: a união faz a força. **Nunca sozinhos e sim juntos, unidos no amor** por Cristo e pelos pobres por Ele amados. Neste caminho de mudança de mentalidade, para mim foi necessário ter muita paciência; precisava ter muita confiança em Deus e perseverar no caminho com esperança. Cada mudança, sobretudo de mentalidade, sempre precisa de muito tempo.

## 6 QUAIS SUAS SAUDADES?

Em revisitar minha experiência brasileira, antes de tudo tenho que agradecer a Deus. Falei de mudança: pois bem, graças à Deus, eu mudei muito. Minha vida de padre, minha mentalidade, minha maneira de ver a realidade, meu jeito de me relacionar com os outros, o jeito do pastoreio: foi sim um caminho de dificuldades, mas, sobretudo de muitos dons por parte de Deus e do povo que me ajudaram para viver melhor minha fé cristã. É verdade o que diz o ditado: “Ninguém é tão pobre que não tenha algo para dar e ninguém é tão rico que não tenha algo para receber”. Ainda hoje, os amigos dizem que fiquei “brasileiro”.

Saudades? Antes de tudo, da **nova visão de Igreja** e de como conduzir o caminho pastoral. Sim, do método pastoral: **ver** a realidade, **relacioná-lo** com a Palavra de Deus e **agir** como consequência. Não há princípios doutrinários, nem evangelização que não leve para a vida, nem desenvolvimento sem evangelização. A Palavra de Deus, Liturgia e Vida, devem caminhar sempre juntas. Isso eu aprendi no Brasil e disso tenho saudade. Ali aprendi a ler a realidade da vida do povo, da história e do mundo dele, como “Palavra de Deus”. Sua chamada para melhorá-la para o Reino de Deus.

**Saudade** da fé simples do povo. Percebi logo isso quando fui chamado para dar o sacramento da unção dos enfermos a uma velhinha, que vivia numa casa de taipa. Depois de tê-la confessada e dada a

*Comunhão, a velhinha falou dizendo: “Obrigado Senhor por ter recebido a Comunhão; agora o meu desejo é ver o teu rosto, Senhor”. Fiquei muito admirado e compreendi que eu devia muito escutar o povo, porque na simplicidade dele, se encontra o Senhor. Podia aqui levar muitos outros exemplos (como o de Zuquinha que, sem saber ler, reunia o povo do sítio, pedia a um moço para ler um trecho do Evangelho e depois ele mesmo explicava com suas palavras), mas levaria muitas outras páginas.*

***Saudade** das celebrações de missas seja na Matriz ou nos sítios. Foram celebrações com cantos bonitos e bem compartilhados pelo povo todo; havia participação ativa nas orações, simplicidade na explicação da Palavra de Deus e, seja antes que depois, fraternidade com abraços, conversa e piadas. Para muitos, cada celebração, era uma Festa!*

*Sobretudo saudade do povo mesmo: o rosto bom e sereno, sofredor, mas cheio de sorriso, calmo (“o tempo é nosso”), paciente, simples, sem muita pretensão (vivia-se do essencial), os olhos escancarados dos meninos, os lugares visitados, famílias muito hospitaleiras, a amizade de muitos (ainda hoje recebo saudações através do Watthapp). A gente gostava muito da sabedoria popular, seja falada, seja escrita nos parchoques dos caminhões (uns exemplos: “quando o homem quer saber mais do que Deus, Deus muda o tempo”. Isso o povo dizia depois da chegada do homem na lua! “O nordestino é como o burro, de cabeça dura”; “A televisão do pobre é a janela do trem”). Tenho saudade das festas da Padroeira em preparação da qual a gente ia de jeep nas casas dos sítios para receber dinheiro e, sobretudo galinhas, milho, ovos, pirus e mais dons para o leilão no pavilhão. Saudade também das frases “graças a Deus”, “se Deus quiser”, da fé do povo na Providência de Deus, sem falar dos pedidos da bênção dos filhos para os pais, dos afilhados para os padrinhos, do povo para o Padre.*

## **7 COMO FOI A PASSAGEM DE FREI DAMIÃO DURANTE SEU PASTOREIO?**

*Lembro que, por duas vezes, a gente convidou Frei Damião. No começo, a gente não desejava esse frade, santo para o povo (aonde ele ia, havia sempre uma multidão de pessoas), mas para a gente, ainda*

*não. A pregação dele, de fato, nos parecia atrasada, com conteúdos pré-conciliares e por outra parte o povo não o escutava muito. Porém, o povo o amava muito e as missões dele eram muito frequentadas. Foi por respeito ao povo que a gente se decidiu em convidá-lo. E foi bom mesmo. A gente percebeu que não são as palavras, a pregação, que atraem as pessoas e sim o exemplo de vida. E o Frei Damião era isso: exemplo de vida austera, de padre confessor, de fé grande, de dedicação para o povo, de oração. O povo, talvez mais do que a gente, sabia ver em Frei Damião, um sinal de Deus*

**Figura 24** – Visita do Frei Damião à Barra de Santa Rosa



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Barros

Assim, ao concluirmos essa entrevista, agradecemos ao Padre Domingos, que não mediu esforços para nos atender, claro, dentro do seu limitado tempo. Deixar o seu legado registrado para a posteridade, neste esboço histórico, reflete uma forma de agradecimento e um dever de todos nós barrenses.

A ideia de entrevistar o Padre Domingos surgiu, quando pesquisamos o livro de tomo da igreja de Nossa Senhora da Conceição e percebemos nos seus relatos entusiásticos, ali descritos, dando conta



"HOJE BARRA DE SANTA ROSA FOI PROCLAMADA PARÓQUIA POR DOM  
MANUEL PEREIRA DA COSTA"

*“Às 16:30 h desfilou nas ruas da cidade a procissão de N. S. da Conceição, cuja imagem foi dessa vez levada por um jeep. A mesma procissão abria-se com os meninos da 1ª comunhão, formando um corredor com uma enorme cruz.*

*Logo após a procissão, houve a solene celebração, presidida pelo Sr. Bispo Diocesano e participada pelo Pe. Genival Saraiva, Vigário do Rosário em Campina Grande, e representando os outros vigários da Diocese; Pe. Lorenzo Renna, Vigário de Pedra Lavrada; Pe. Donato Rizzi, Vigário de Cuité e por mim, Padre Domenico Ciavarella, Vigário local. A mesma foi campal e uma incalculável multidão de pessoas (incluindo a praça toda), participou atenta, silenciosa e orante. Na homília, o Sr. Bispo frisou o valor de ter Barra, afora, a sua Igreja limpa, digna, começada por frei Martinho e terminada pelo Pe. Domenico Ciavarella. Mas isso não basta, afirmou o Sr. Bispo, precisa que cada um de nós seja uma igreja em que Deus possa morar, como foi (o sim) de Maria Santíssima que libertou o Cristo; precisa fazer com que os cristãos se reúnam nas suas casas, a exemplo dos primeiros cristãos (ressaltou o valor dos grupos de evangelização).*

*Logo após a missa, foram distribuídos entre as pessoas uns santinhos, lembrança da elevação à Paroquia de Nossa Senhora da Conceição em Barra de Santa Rosa.*

*Ainda no salão paroquial, finalmente, os grupos de liturgia, dos jovens, infanto-juvenil, de evangelização, conselho paroquial dos homens, das catequistas, das professoras da Escola Doméstica João XXIII, em representação da comunidade toda, homenagearam o Sr. Bispo e o Vigário, com os padres presentes, oferecendo um simpático e simples coquetel.*

*A noite mesmo, o Sr. Bispo deixou a nova paroquia, deixando no povo, muita alegria e satisfação, com o desejo de revê-lo quanto antes”.*

Ao lermos as anotações do livro de tombo, é possível vislumbrarmos a alegria do Padre Domingos com mais uma conquista. Quanto ao povo, não há uma só pessoa em nossa cidade que não tenha

saudade dele e do bem que ele fez a essa comunidade, em especial, meus pais que passaram a fazer parte dos serviços da igreja e o recebia, quase todas as noites, para tomar chá. As fotos, presentes na figura 26 a seguir, “falam por si”, revelando um pouco do que foi essa alegria e como ela transparece nos rostos de cada uma das pessoas presentes ao salão paroquial, bem como são mostrados os santinhos distribuídos como lembranças durante a elevação de paróquia.

**Figura 26** – Santinhos de lembrança da elevação à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Barra de Santa Rosa.



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Barros

## CAPÍTULO 05 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO POVOADO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS

O “DICCIONARIO CHOROGRAPHICO DO ESTADO DA PARAHYBA”<sup>40</sup>, escrito por Coriolano Medeiros, em 1914, descreve Barra de Santa Rosa como:

Povoação do município de Picuhy, na zona do Curimataú, assentada na confluência do rio de seu nome com o Curimataú. Fica ao sul da freguesia do Cuité, 31 kilometros. Tem bôa igreja, escola publica primaria, agencia de correio e semanalmente realiza uma feira concorrida (MEDEIROS, 1914, p 245).

Na descrição acima, conforme as palavras do autor, observa-se a importância da feira realizada, tendo em vista a adjetivação que lhe caracteriza - “concorrida”. A saber, em termos de movimentação de produtos (importação e exportação), essa feira superava as feiras realizadas em Picuí e Cuité, já que o nosso município de Barra de Santa Rosa sempre foi muito grande e o distrito era bem mais perto para todas as propriedades no seu entorno, desde a serra do Paredão, serra do Damião, Telha, Santa Rosa, Jacú e Bombocadinho, que, embora, nessa época, fizesse parte do “nosso município”, mas pertencia a Picuí.

---

40 MEDEIROS, Coriolano de. **Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**. Parahyba, Imprensa Official: 1914.

Não temos uma ideia da arrecadação de impostos e vendas/compras do distrito nessa época (1915), pois os valores que eram apresentados pela “Mesa de Rendas”, conforme a tabela a seguir, representava todo o município de Picuí, com os seus respectivos povoados, incluindo Barra. Por outro lado, a tabela nos mostra quais produtos eram mais comercializados, sinalizando para rapadura, farinha e sementes de algodão, que termina sendo o carro chefe dessa época, denotando o sucesso que o algodão começava a ter, chegando ao auge na década de 30.

**Figura 27** – Produtos exportados da Mesa de Rendas de Picuihy

ESTADO DA PARAHYBA 173 ANNO DE 1915

**Exportação  
DA MESA DE RENDAS  
de Picuihy**

MERCADORIAS	Volumes	Kilos	Litros	Unidades	Valor official
Semente de algodão	390	29.250			1.14628500
Peltes	6	420			2.1008000
Carne do sertão	17	1.275			1.2758000
Rapadura	3.370	179.030			17.9008000
Fumo	64	4.800			2.4008000
Café	232	17.400			10.4348000
Farinha	3.017		184.020		36.218000
Milho	981		58.800		11.7728000
Péjão	148		8.880		3.2648000
Aguardente	226		11.465		3.4308000
	8.654	232.145	260.210		80.2088000

Fonte: (Imprensa Oficial – Parahyba, 1918, p. 173)41.

O Distrito de paz de Barra de Santa Rosa aparece no recenseamento rural realizado pela prefeitura de Picuí, em 1920, como uma grande propriedade, ou seja, eram vários lotes de terras ou pequenos sítios que juntos formavam a geografia do entorno do distrito. Essas propriedades rurais tinham os seguintes proprietários:

- Antonio Basilio de Oliveira;
- Antonio Fernandes de Souza;

41 Anuario Estatistico da Parahyba do Norte. Imprensa Oficial, Parahyba, 1918.

- Edésio Henrique da Silva;
- Evaristo Ferreira Lima;
- Francisco Santino de Souza.
- Fructuoso Brandão;
- Hermenegildo D. Pereira;
- Ignacio Francisco de Azevedo;
- Jesuino H. da Silva;
- João Freire de Almeida;
- João Gonçalves dos S. Lisbôa
- João Soares da Costa Lima;
- José dos Santos Lima;
- José Tertuliano da Silva;
- Vicente Pereira Marau;

O recenseamento realizado em 1920, em nível de Brasil, traz a relação dos “proprietários ruraes recenseados no Estado da Parahyba” e, por conseguinte, os 1.157 estabelecimentos rurais do município de Picuhy, que, segundo Fabiana Agra (2014), abrangia os atuais municípios de Picuí, Cuité, Pedra Lavrada, Cubati, Sossego, Nova Floresta, Frei Martinho, Nova Palmeira, parte do território do Seridó, Baraúna, Barra de Santa Rosa e Damião, totalizando uma área de 3.365 km<sup>2</sup> e, conseqüentemente, tornando Picuhy o terceiro maior município paraibano em extensão.

A importância dessa relação, na qual o distrito de Barra de Santa Rosa se insere, mostrando as suas respectivas propriedades rurais, à época, delineia a geografia da nossa região, além de denotar a força da produção rural com os seus mais de 200 proprietários, que, de certa forma, procuravam o distrito, para vender seus produtos agrícolas e animais, bem como comprar outros produtos básicos à necessidade humana. Essa premissa termina por justificar o crescimento econômico do distrito nas primeiras décadas. A seguir, temos a relação das propriedades com os seus respectivos proprietários:

Figura 28 – Recenseamento de Picuhy realizado em 01 de setembro de 1920

RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920		PROPRIETARIOS		NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
Picuhy				
PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)	PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)	
661 Pedro Gomes da Silva	Algodido	718 Olegario Fernandes de Lima	Jardim	
662 José Santos de Almeida	"	719 Dr. Francisco de Arts Santos	"	
663 Manoel A. de Azevedo	"	720 João Peito de Bello	"	
664 Flaminio Lima	"	721 Rodolpho José Pinzão	Cançorra	
665 Manoel Francisco do Nascimento	Cajidá	722 Manoel A. do Nascimento	Boia	
666 João Mendes da Silva	"	723 João Thomaz da Silva	São Lourenço	
667 Miguel Cordeiro de Souza	"	724 Major Pedro Gueles	Fazenda Garrotes	
668 Manoel Neves de Sousa	"	725 Coronel José Antonio Rocha	Riacho da Cruz	
669 José Pasinato de Macedo	Jacú	726 Antonio Neves	Jardim	
670 Estanislau Henriques de Sousa	"	727 Joaquim Pedro Azevedo	"	
671 José Pasinato de Macedo	"	728 João Ferreira Azevedo	Cryobitinhã	
672 Sebastião Freire da Silva	"	729 Francisco Neves	"	
673 José Pedro de Silva	Bela do Jacú	730 José Firmino Neves	Serra do Cabeço	
674 Manoel Rodrigues dos Santos	Barra do Jacú	731 Francisco Vicente	Serra do Damão	
675 Victor Oaldino de Macedo	Lago dos Currais	732 Salustiano Ferreira Pontes	Povo Dico	
676 Francisco José Duarte	"	733 Hermenegildo de Carvalho	Cançorra	
677 Luiz Lameli de Lima	"	734 Pedro Paulo Rocha	Olho d'Água	
678 Manoel Alves da Silva	Cajidá	735 José Pereira Azevedo	Barra de Santa Rosa	
679 José Francisco Lima	"	736 Inacio H. da Silva	"	
680 Romão José Estrela	"	737 José Tertuliano da Silva	"	
681 Sebastião Francisco Lima	"	738 João Fiore de Almeida	"	
682 João Francisco Lima	"	739 Antonio Barillo de Oliveira	"	
683 Pedro Ferreira Lima	"	740 Manoel Romeno d'Oliveira	"	
684 Antonio Raphael Lima	"	741 Isaciano Francisco de Azevedo	"	
685 Antonio José Fernandes	"	742 Manoel Baptista de Azevedo	Riacho Pechado	
686 José Alves de Lima	"	743 João Alves de Oliveira	"	
687 Gonçalo Soares de Oliveira	"	744 Manoel Edélio de Oliveira	"	
688 Camillo Francisco da Silva	"	745 Antonio Felício d'Oliveira	"	
689 José Sylvester de Medeiros	"	746 Manoel Romeno d'Oliveira	"	
690 Thomas de Aquino Arango	"	747 Dr. Joaquim Pereira da Rocha	Quatidí	
691 Manoel Vascia de Souza	Casnybeira	748 Bésio Silva	Posta da Serra	
692 Francisco Soares de Souza	"	749 Manoel Gomes Cavalaniti	Cançorra	
693 Luiz Souza da Silva	"	750 Argelindo Alves de Souza	Damastra	
694 Manoel Marcelino	"	751 João Alves de Souza	Serra do Bombocadinho	
695 Serapião Alves Guimarães	"	752 Manoel Severino dos Santos	Canastra	
696 Christian José dos Santos	"	753 Antonio Beirão dos Santos	"	
697 Pedro Matheus de Souza	"	754 Francisco Pereira Malatino	Riacho Fundo	
698 Pedro Alves de Oliveira	"	755 Francisco Victorino d'Oliveira	Serra do Camidó	
699 Francisco Alves Duarte	"	756 João Pierre d'Almeida	Cajidá	
700 Manoel Pereira dos Santos	Sorogo	757 Mathias da Silva Jolo	Riacho do Mirimugi	
701 Ignácio Moreira do Nascimento	"	758 Gonçalo Peireiro Junior	Cajidá	
702 José Pinheiro de Maria	"	759 João Antonio da Silva	Bombocadinho	
703 Antonio Pedro de Maria	"	760 Sabino Antonio das Neves	"	
704 João de Azevedo Maia	"	761 Victor de Souza e Silva	"	
705 José Pedro dos Santos	"	762 Manoel Hermogenes de C. Lyra	Cajidá	
706 Manoel Maria da Silva	"	763 Francisco Duarte Candó	Solidão	
707 Manoel Pedro de Maria	"	764 Seguramento Guehen Vieira	Canção do Redão	
708 Luiz Cavalcanti Brito	Chaplatina	765 Joaquim Pedro Fereira de Azevedo	Cajidá	
709 Manoel de Mello Azevedo	"	766 Antonio João da Silva	Riacho Pechado	
710 Manoel de Mello Pinheiro	"	767 José Amândio de Lima	"	
711 Virgilio Frederico de Souza	"	768 José Pedro Nery	"	
712 Manoel José Cordeiro	Bela de Jardim	769 Basilio Camillo dos Santos	"	
713 João Francisco de Oliveira	Cajidá	770 José Nunes de Oliveira	Barra de Santa Rosa	
714 Coronel José Barbaux Costinho	Fazenda Jardim	771 Dr. José Bezerra Duarte	"	
715 João Carlos de Mello	Povo Dico	772 Theophilo José Antonio	"	
716 Samuel de Moraes Lyra	"	773 Antonio Nunes dos Santos	"	
717 Major Benjamin M. Lyra	"	774 Francisco Lima Costa Lima	Algodão do Algodido	

RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920		DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA	
Picuhy			
PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)	PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
775 Firmino Gomes da Silva	Caraybythá do Jardim	832 Pedro Bezerra de Mendonça	Povo Dico
776 Francisco Xavier da Costa	"	833 Francisco O'Connell	Riachão
777 Francisco Pinheiro Azevedo	"	834 Amaro da Silva	Povo Dico
778 Felipe Nery F. d'Azevedo	"	835 João Alves de Oliveira	Barra de Santa Rosa
779 Aluísio	Bombocadinho	836 José dos Santos Lima	Bom-Sereno
780 Silvano Cordeiro da Silva	Cajidá	837 Francisco Moreira dos Santos	"
781 Francisco Peire de Silva	Bombocadinho	838 Antonio Moreira dos Santos	Povo Dico
782 João d'Ávila Lima	Itobomense	839 Borelio Domingos d'Oliveira	Almeida
783 Manoel Rodrigues de Souza	Telha	840 Octavio Antonio dos Santos	"
784 Setembrino Martins Casado	Fazenda das Perilhas	841 Louisa Maria da Conceição	"
785 Manoel de Moraes	Telha	842 Antonio Alves	"
786 Manoel Louçã Casado	"	843 Francisco Aires d'Almeida	"
787 Antonio Enaquil Casado	"	844 Antonio Barreto da Silva	Posta d'Água
788 Francisco Assis de Souza	Fazenda das Perilhas	845 Manoel Gomes de Silva	Barra de Santa Rosa
789 Sebastião da Silva e Azevedo	Cajidá	846 Vicente Pereira Mariz	Algodido
790 João Pereira de Lima	Cajidá	847 Indauro Joaquim de Silva	Povo Dico
791 Galindo Martins Casado	Cajidá	848 Francisco Alves de Paula	"
792 Augusto de Moraes	Cajidá	849 João Pedro da Silva	Riachão
793 Manoel de Moraes	Cajidá	850 Manoel Marques da Silva	Itobomense
794 Manoel de Moraes	Cajidá	851 Manoel Marques da Silva	Jardim do Amparo
795 Manoel de Moraes	Cajidá	852 Manoel Marques da Silva	Posta
796 Manoel de Moraes	Cajidá	853 Manoel Marques da Silva	Canha
797 Franklin Hermogenes da Costa Lyra	Bombocadinho	854 Manoel Vello da Costa	São José
798 João dos Santos Gonçalves Lacerda	Bombocadinho	855 Manoel Vello da Costa	"
799 Evaristo Ferreira Lima	Bombocadinho	856 José Firmino da Costa Filho	"
800 Estanislau Henriques de Souza	Bombocadinho	857 José Firmino da Costa	"
801 João Soares da Costa Lima	Bombocadinho	858 José Alves da Silva	"
802 Manoel Carlos Pereira de Lima	Bombocadinho	859 Manoel Pereira Lima	"
803 Henrique Pereira dos Reis	Bombocadinho	860 Basilio Firmino da Costa	"
804 Manoel Francisco da Silva	Bombocadinho	861 José Marques Pereira Lima	"
805 Bento Jerônimo da Costa	Bombocadinho	862 Firmino Cordeiro Lima	"
806 Manoel Antonio Albuquerque Trindade	Bombocadinho	863 Francisco Firmo	"
807 Antonio Bento Duarte Lima	Bombocadinho	864 José Marcelino de Brito	"
808 Victor Maria Soares da Cruz	Bombocadinho	865 Antonio Julio da Silva	"
809 Manoel Soares de Souza	Bombocadinho	866 Manoel Edmundo Cordeiro	"
810 Gregório Soares Cavalcanti	Bombocadinho	867 Manoel Edmundo Cordeiro	"
811 Joaquim Pereira dos Reis	Bombocadinho	868 Manoel Edmundo Cordeiro	"
812 Manoel Póia	Bombocadinho	869 Manoel Edmundo Cordeiro	"
813 Manoel Carlos de Souza	Bombocadinho	870 Manoel Edmundo Cordeiro	"
814 Manoel Saldes de Freitas	Bombocadinho	871 Hermenegildo D. Pereira	"
815 João Pereira de Lima	Bombocadinho	872 Francisco de Souza Costa Lima	"
816 Antonio Rufino de Maria	Bombocadinho	873 João Pereira da Silva	"
817 Ricardo Soares de Souza	Bombocadinho	874 André de Aguiar do Salgado	"
818 Argemiro Pereira Boteg	Bombocadinho	875 Antonio F. de Medeiros	"
819 José Vase Xavier	Bombocadinho	876 Alfredo Damascio de Silva e Souza	"
820 Casimiro Costa Ramos	Bombocadinho	877 Luiz de Moura do Nascimento	"
821 Antonio Cavalcanti de Souza	Bombocadinho	878 Rocha Leites de Lima	"
822 Manoel de Moraes	Bombocadinho	879 Roberto Pereira da Silva	"
823 Manoel de Moraes	Bombocadinho	880 José Amadio de Mello	"
824 Waldemiro de Moraes	Bombocadinho	881 Joaquim Viçentini Ferraz	"
825 José Henrique da Silva	Bombocadinho	882 Antonio Pereira de Mello	"
826 Manoel de Moraes	Bombocadinho	883 Antonio Pereira de Mello	"
827 Estanislau Soares Gonçalv	Bombocadinho	884 Francisco Cabral de Vasconcelos Filho	"
828 Joaquim Alves dos Santos	Bombocadinho	885 Manoel Casildo de Arango	"
829 Manoel de Moraes	Bombocadinho	886 Manoel Soares de Maria	"
830 Indauro Pereira de Mello	Bombocadinho	887 Pedro Ribeiro Duarte	"
831 Antonio Soares da Silva	Bombocadinho	888 João Mello da Silva	Cryobitinhã

Fonte: (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1928, p. 215 – 219)42.

Associado a essas propriedades, o desenvolvimento econômico do distrito, na década de 20, era notório, quando verificamos a quantidade de “descaroçadores de algodão”, ou seja, comerciantes de algodão. Essa cultura se adaptou muito bem às condições climáticas da região, pois, embora fosse bem cultivados nas várzeas dos riachos, afluentes do Curimataú, também, podia ser no imenso território do Curimataú, espalhando-se por todo o cariri e pelo sertão paraibano. Ele fazia parte da pequena agricultura, não necessitando de grandes propriedades, requerendo, portanto, de menos mão-de-obra no trabalho.

A seguir, listamos todos os proprietários e comerciantes, identificados pela “Mesa de Rendas de Picuhy”, que pagavam seus impostos com as vendas dos seus produtos, fiscalizados pelo posto fiscal estadual (Sr. Manoel José da Silva) e pelo posto fiscal municipal (Sr. José de Britto Filho):

- Antônio Soares de Sousa Lima
- Antônio Cleophas
- Manoel Correia de Sousa
- Pedro Ferreira Guimaraes
- Manoel Candido dos Santos
- João de Lima
- Manoel Vieira da Costa
- José Antônio Ferreira Rocha (Coronel José Antônio)
- Francisco Carlos de Melo
- João Ferreira de Luna
- Vicente F. do O.

“Commerciantes”:

- Antônio Soares de Sousa Lima
- Antônio José dos Santos (Antônio de Rosa – Avô de Tuta Lins)
- Manoel Marinho de Sousa
- Francisco Ignácio da Silva (vendas de querosene)
- Raul Feitosa
- João Baptista Leite
- Liberato Virginio de Sousa

---

**Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado da Parahyba. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.**

- Vicente Martins Casado
- “Criadores, agricultores e lavradores”:
- Fortunato Rufino de Maria
  - Pedro Ferreira Guimaraes
  - João Freires de Almeida
  - Antônio Jose Soares
  - Manoel Correia de Sousa
  - Thomaz Martins de Medeiros

Por essa relação, tem-se uma ideia do volume de impostos que a prefeitura de Picuí arrecadava com o seu maior distrito. Esse fato passou a ter um forte apelo político, além do econômico, já que uma grande representatividade de propriedades e comerciantes aqui se estabeleceram, impulsionando a economia do município de Picuhy. De fato, esse foi o maior motivo que fez com que o Major Sousa Lima fosse candidato à Prefeitura de Picuhy, com o apoio do ex-governador Sólton de Lucena, sendo eleito em 1925.

## CAPÍTULO 06 – O SURGIMENTO DE UM LÍDER POLÍTICO

EM MARÇO DE 1918, ACONTECEU A PRIMEIRA ELEIÇÃO NO DISTRITO, com votação para Presidente e vice do Brasil, além de Senador, Deputado Estadual e Federal. A única seção no “Distrito de Paz de Barra de Santa Rosa, do estado da Parahyba do Norte e da Comarca de Picuhy”, funcionou no “edifício da aula pública mista” e teve como presidente o Major Manoel de Sousa Lima, como mesário o Sr. Leonildo Tavares de Miranda e o Sr. Álvaro Bibiano de Sousa como escrivão de paz e secretário.

A partir dessa eleição, percebe-se o início da influência política de Sousa Lima, verificando-se a unificação dos votos em candidatos indicados por ele e pelo prefeito de Picuí, o Sr. Ananias Pereira de Macedo, vinculados ao Partido Republicano da Paraíba (PRP), cujo principal representante em nossa região era o Cel. Cunha Lima<sup>43</sup>, residente em Areia. O resultado da votação foi o seguinte:

- Presidente – Francisco de Paula Rodrigues Alves (32 votos);
- Vice-Presidente – Delphin Moreira da Costa Ribeiro (32 votos);
- Senador – João V. de Figueredo (32 votos);
- Deputado Federal – José Antônio Maria da Cunha Lima (32 votos);
- Deputado Estadual – Otacílio de Albuquerque (32 votos).

---

43 Pessoas que detinham o Poder Executivo Municipal e, principalmente, o poder militar da região. Os coronéis praticavam fraudes eleitorais e obrigavam as pessoas a votarem em determinados candidatos.

A partir da relação dos trinta e dois votantes, pois o voto não era secreto e facultado somente aos homens, segundo consta no cartório de Ana Braga Henriques, podemos ter uma noção de como era constituído os moradores do distrito e do seu entorno.

- Antonio Soares de Sousa Lima
- Candido de Oliveira Casado
- Aluisio Correia de Sousa
- Estevão Pereira da Silva
- Florentino Alves dos Santos
- Fortunato Rufino de Maria
- Francisco José dos Santos
- Jaldino Martins Casado
- Hermenio Benicio Barbosa
- Hermengildo D. Pereira
- Jose Fidelis de Oliveira
- João Correia de Sousa
- João Pinto da Silva
- Jose Alves da Silva
- João Nunes da Costa
- Jose F. de Almeida
- João B. de lima
- Manoel de Sousa Lima
- Manoel Lunguinho Casado
- Manoel Adelino de Barros
- Manoel Correia de Sousa
- Antonio Ezequiel Martins Casado
- Mathias da Silva Mello
- Pedro Ferreira Guimaraes
- João dos Santos Coelho Lisboa, entre outros.

Infelizmente, Rodrigues Alves não pode assumir em 15 de novembro de 1918, pois adoeceu e depois morreu, em 1919, durante a pandemia da gripe espanhola, assumindo o seu vice, Delfim Moreira, até que novas eleições fossem realizadas. Assim, em 13 de abril de 1919, foi eleito o paraibano Epitácio Pessoa. A partir desse contexto ou desse recorte histórico, podemos entender a influência política de Epitácio Pessoa, bem como sua importância sobre os grupos que ele

liderava em toda a Paraíba e, em especial, a região do Curimataú, a partir de Areia, onde tinha os seus maiores representantes, tais como Sólton de Lucena, família Almeida (Miguel, Jayme e José Américo de Almeida), Sebastião Raphael, Dr. Octaviano Carneiro da Cunha, família Cunha Lima, entre outros.

O contexto político entre 1918 e 1920 apresentou-se conturbado no distrito, uma vez que Sousa Lima passava a ocupar o cargo de chefe político, inclusive com forte influência em Picuí. Em função dessa influência, ele passou a ser alvo dos seus inimigos políticos, em Barra e em Picuí, sendo vítima de algumas denúncias, acompanhadas de perseguições, de ambos os lados. Em uma delas, o jornal “O Norte”, no dia 10 de setembro de 1918<sup>44</sup>, publica a seguinte denúncia contra o Manoel de Sousa Lima, ainda como subdelegado:

Figura 29 – Denúncia publicada no jornal *O Norte*

**Varias noticias**

A proposito dos negocios policiaes da importante localidade sertaneja Barra de Santa Rosa, o sr. dr. chefe de policia recebeu, procedente de Bananeiras, o subseqente despacho:

Pedimos providencias absurdas ameaças prisão processos passelata insultuosos acompanhada zophonone provocações dirigidas.

Subdelegado Barra protesto recusa intimação escollar preso Fieuhy Antonio Vicente. População ordeira indignada recusa apoio perversa auctoridade auxiliada simplesmente meia duzia apaniguados inclusive telegraphista Ladislau Ramos armado mauser rifle dizendo auctoridade prestigiada chefe politico. Diversos cidadãos absoluta garantia. Francisco de Assis Feitosa proprietario sellaria. Manuel Cavalcanti da Silva, artista idem.

Ainda sobre o mesmo assumpto o dr. Tavares Cavalcanti transmittiu, hontem, ao subdelegado de S. Rosa, o despacho infra:

Continuo receber queixas reclamações vossos actos. Dizem Manuel Alves evadido outras pessoas ameaçadas. Não posso prestigiar actos violencia arbitrariedades. Recomendando todo respeito direitos garantias individuaes.

Saudações

O subdelegado de Barra de Santa Rosa mandou hontem ao dr. chefe de policia o seguinte telegramma: Preso não é empregado Manuel Alves. Prendi-o flagrante desobediencia servico ordenado v. excia. tendo Alves que não é estabelecido acolhido casa sentido valor desobediencia resistencia prisão armado faca contra propria autoridade auxiliado amigos armado tornou efectiva prisão sem empregar menor violencia conformo requerimento. Aguardo melhores pormenores. Saudações. *Sousa Lima*.—Subdelegado.

44 A ortografia das cartas expostas aqui foi mantida na íntegra.

## VÁRIAS NOTÍCIAS

A proposito dos negocios policiaes da importante localidade sertaneja Barra de Santa Rosa, o sr. dr. chefe de policia recebeu, procedente de Bananeiras, o subseqüente despacho:

Pedimos providencias absurdas ameaças prisão processos passeiata insultuosa acompanhada zonophone provocações dirigidas.

Subdelegado Barra protesto recusa intimidação escoltar preso Picuhy Antonio Vicente. População ordeira indignada recusa apoio perversa autoridade auxiliada simplesmente meia dúzia apaniguados inclusive telegraphista Ladislau armado mauser rifle dizendo autoridade prestigiada chefe politico. Diversos cidadãos absoluta garantia. Francisco de Assis Feitosa proprietário selaria. Manuel Cavalcanti da Silva, artista idem.

Ainda sobre o mesmo assumpto o dr. Tavares Cavalcanti transmitiu, hontem, ao subdelegado de S. Rosa. O despacho infra:

Continuo receber queixas reclamações vossos actos. Dizem Manuel Alves evadido outras pessoas ameaçadas. Não posso prestigiar actos violência arbitrariedade. Recomendo todo respeito direitos garantias individuaes”.

Saudações

[...]Fonte: O Norte, 28-09-1918

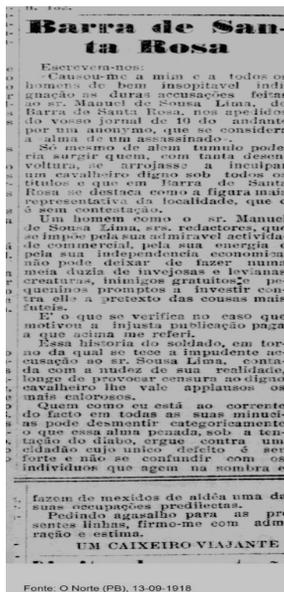
Ainda no mesmo Jornal, encontramos o telegrama enviado pelo subdelegado Sousa Lima, expondo os fatos:

O subdelegado de Barra de Santa Rosa mandou hontem ao dr. Chefe de policia o seguinte telegrama: Preso não é empregado Manuel Alves. Prendi-o flagrante desobediência serviço ordenado v. excia. Tendo Alves que não é estabelecido acolhido casa sentido valor desobediencia resistencia prisão armado faca contra propria autoridade auxiliado amigos

armado tornou efectiva prisão sem empregar menor violencia conforme inquerito promotor. Aguarde melhores pormenores. Saudações. Sousa Lima. – subdelegado. (O NORTE, 28-09-1918)

Como se percebe, trata-se de uma denúncia enviada por telegrama<sup>45</sup> ao chefe de polícia, o Dr. Tavares Cavalcanti, dando conta de várias situações conflituosas (abuso de poder, desmando, passeatas, etc) durante o seu mandato de subdelegado. Posteriormente, em 28 de setembro do mesmo ano, outra carta foi publicada por um anônimo, com pseudônimo de “caixeiro viajante”, dignificando a honradez de Sousa Lima como um grande administrador, comerciante e um político honesto. Vejamos:

Figura 30 - Carta anônima



45 Mensagem escrita por telegrafia, usando-se, preferencialmente, períodos curtos, suprimindo os vocábulos.

## BARRA DE SANTA ROSA

Escrevem-nos:

“Causou-me a mim e a todos os homens de bem insopitavel indignação as duras acusações feitas ao sr. Manuel de Sousa Lima, de Barra de Santa Rosa, nos apedidos do vosso jornal de 10 do andante por um anonymo, que se considera a alma de um assassinado.

Só mesmo de alem tumulo poderia surgir quem, com tanta desenvoltura, se arrojasse a inculpar um cavalheiro digno sob todos os titulos e que em Barra de Santa Rosa se destaca como a figura mais representativa da localidade, que o é sem contestação.

Um homem como o sr. Manuel de Sousa Lima, srs. Redactores, que se impõe pela sua admiravel actividade commercial, pela sua energia e pela sua independencia economica, não pode deixar de fazer numa meia duzia de invejosas e levianas criaturas, inimigos gratuitos e pequeninos prontos a investir contra ele a pretexto das cousas mais futeis.

*É o que se verifica no caso que motivou a injusta publicação paga a que acima me referi.*

Essa historia do soldado, em torno da qual se tece a impudente accusação ao sr. Sousa Lima, contada com a nudez de sua realidade, longe de provocar censura ao digno cavalheiro lhe vale aplausos os mais calorosos.

Quem como eu está ao corrente do facto em todas as suas minucias pode desmentir categoricamente o que essa alma penada, sob a tentação do diabo, ergue contra um cidadão cujo unico defeito é ser forte e não se confundir com os indivíduos que agem na sombra e fazem de mexidos de aldêa uma das suas occupações predilectas.

Pedindo agasalho para as presentes linhas, firmo-me com admiração e estima”.

## UM CAIXEIRO VIAJANTE

Fonte: O Norte (PB), 13-09-1918

Não temos total certeza do autor desta carta, mas ouviamos sempre de nossa tia Tita Barros (esposa do Major Sousa Lima) que Sousa

Lima e Abílio Cesar de Oliveira (autor do livro Município de Picuí: esboço histórico, 1963) eram amigos, tendo, inclusive, sido nomeado professor na Escola Mista Rudimentar, no ano de 1927, durante o governo de Sousa Lima à frente da prefeitura de Picuí. Abílio Cesar era um excelente orador, poeta e um exímio escritor, cujo perfil sinalizava para o tipo de escrita contida na carta, invocando para “além túmulo”, “alma Penada”, muito comum em um livro de crônicas publicado por ele, em 1950, com o título: “Os sentimentos”.

Manoel de Sousa Lima, conhecido, à época, por Major Sousa Lima ou Major Nené, nasceu em Picuí no dia 14 de junho de 1887. Era filho de João Soares da Costa Lima e de Dona Rosa Soares de Lima. Estudou em Areia, sendo colega de classe de Plínio Lemos. Segundo o historiador Heleno Henrique de Araújo<sup>46</sup>, o Major Sousa Lima tinha parentesco ou ramos genealógicos com Joaquim da Volta, um dos grandes fazendeiro do município de Picuí. Foi prefeito de Picuí, pelo Partido Republicano da Paraíba, entre 01 de janeiro de 1926 a 12 de fevereiro de 1929.

**Figura 31** - Major Sousa Lima - Foto do quadro que havia na prefeitura de Picuí, em 1925.



Fonte: arquivo pessoal do Pe. Edson Barros

---

46 ARAÚJO, H. H. **Picuí de ontem e de hoje. Ed. Ideia, João Pessoa, 2002.**

Segundo nos relata Fabiana Agra (2014)<sup>47</sup>, escritora e jornalista, seu secretariado foi formado por:

- José Rosendo de Oliveira, secretário;
- Antônio Álvaro, tesoureiro;
- Manoel Adelino de Barros Filho, procurador e tesoureiro;
- Joaquim Brandão, presidente do Conselho Municipal;
- Pedro Maçal de Farias, vice-presidente;
- Francisco de Araújo Weyne, secretário;
- Thomaz Martins de Medeiros, conselheiro;
- José de Azevedo Barros, conselheiro;
- Marinho Ferreira, fiscal.

No ano de sua posse, 1925, Picuí já tinha sido elevada à categoria de cidade (março de 1924, sob a lei Municipal Nº 599), mantendo Barra, Cuité, Pedra Lavrada, Cubati, Nova Floresta e Frei Martinho como parte do seu município. Apesar da magnitude do seu município e de possuir comarca, a apuração dos votos desta eleição ocorreu na comarca eleitoral de Bananeiras. Após a confirmação da sua eleição para prefeito de Picuí, a comitiva que o acompanhava até o distrito, foi recebida em festa no distrito de Barra de Santa Rosa. O Jornal “A União” publicou, em 07 de outubro de 1925, a notícia digitalizada e transcrita a seguir:

---

47 Agra, F. F. M. **Picuí do Seridó. Século XX. Vol.01, 1900 – 1950. Ed. A União, 2014.**

Figura 32- Notícia publicada no jornal "A União"

**X**  
**NOTÍCIAS DO INTERIOR**

**Como foi recebido o sr. Souza Lima em Barra de Santa Rosa**

Escrevem-nos :

«A's 15 1/2 horas do dia 28 do mez p. passado, acompanhado de amigos e correligionarios, entrava no povoado de Barra de Santa Rosa o sr. Manoel de Souza Lima. Allí o aguardava, cheio de jubilo, um avultadissimo numero de pessoas, o que veio demonstrar o quanto é digno o novo chefe da politica de Pichuy.

O velho politico foi acolhido com respeito e satisfação pelo povo, que ansiosamente o aguardava.

Lima prolongava girandola e vinte e um tiros de salva tudo isto despertou o entusiasmo no coração do povo d'aquelle povoado, no momento em que o sr. Souza Lima se demovava com a sua comitiva em frente á casa do sr. Mario Lima, onde foi saudado pelo bacharel Octaviano Carneiro da Cunha, em nome da multidão que o aguardava e do povo ariense que se fez representar por uma commissão composta de pessoas gradas.

Em seguida, o sr. Manoel de Souza Lima pronunciou o discurso infra, em que revelou a superioridade do seu espirito, a lealdade de seu coração e a gratidão para com os amigos e correligionarios.

«Meus caros amigos: Não posso deixar de reconhecer a sinceridade com que vos dignastes honrar-me, solen-

nizando a posse que hoje verificou dos espinhosos cargos de cofre e orientador da politica e prefeito deste florescente municipio, onde quiz a bondade de meu eminente chefe dr. Solon de Lucena, com a sua honrosa confiança, collocar-me.

Eu mesmo confesso a surpresa com que recebi o galardão a que os meus insignificantes serviços não me conferiam direito, mas tendo o dever de honrar essa immerceda confiança com que vinha de distinguir-me o meu chefe, não me fiz rogado a esse ponto onde me chamava a disciplina partidaria, a obrigação, como obediencia, solidariedade e fidelidade á tradicional, libertadora e grandiosa politica de Epitacio Pessoa.

Meus senhores: Esta solennidade com que fizo honrosamente queis homenagens, não é proporcional á minha obscura individualidade, não devia ter o cunho e o relevo que tão vivamente emociona a minh'alma, abala os meus sentimentos de gratidão.

E' dever também, é cortezia accellar tudo quanto de sympathia, de solidariedade e de estima, a vossa bondade e generosidade quiz crear para testemunho de tão exuberante affecto, mas, a impoençia de tudo isto que se ergue em minha honra, o brilho desta valiosa manifestação de apreço, a assumptuosidade d'este banquete, são homenagens que deslumbram e que deviam ter como credor o um homem cujos serviços politicos fossem um verdadeiro padrão de gloria, um quadro vivo de victorias á causa do seu partido.

Eu poderia dizer-vos que um homem assim, cheio de serviços á causa de seu partido, seria um Epitacio Pessoa, um Solon de Lucena, um João Suassuna; este, com sua acção eficaz e salutar de um governo de honra e honestidade, aquelle com a direcção imperturbavel e serena da politica do seu Estado, moldada e inspirada nos surtos de elevação dos tempos heróicos, aquelle outro, no pedestal de constellação que se fez para guia e segurança dos destinos de sua Patria, e, que só a soma destas figuras que honram nossa a geração merecia tão salutar prova de conforto e apreço.

Meus caros amigos: Deixando traduzida nestas desalinhadas palavras, a minha gratidão, o meu reconhecimento, o meu agradecimento a este conjunto de bondades que com tanta gentileza caracterizou a vossa dedicação á minha obscura individualidade, quero assignalar que a honra de tudo isto cabe a Solon de Lucena que, com a sua sábia perscrutação, deliberou um acto que se fez digno da vossa satisfação, que é também a minha satisfação.

E' a este preclaro chefe, este estelo inabalavel de nosso partido, este valoroso e dedicado amigo, a quem quero me fazer portador das homenagens de hoje e levantar sinceramente um brinde em sua honra.

Meus senhores: Bebamos em honra ao grande chefe Solon de Lucena.

Terminando a sua brilhante oração, o grupo escolar, composto de sessenta e poucas creanças, sob a orientação da exma. sra. d. Palmira Xavier, saudou-o com um lindo punhado de palavras pronunciadas por uma de suas alumnas. Respondeu, commovido, o homenageado.

Tocou a charanga serrariense, que sob a orientação do sr. Sebastião Maia, executava lindas pegas.

Momentos após a chegada do sr. Souza Lima, tinha lugar um banquete, onde se ouviu a voz dos mrs. Miguel de Almeida, Sebastião Raphael e dr. Octaviano Carneiro da Cunha.

O sr. Souza Lima levantou-se e pronunciou palavras de agradecimento e cheias de bondade, eructando vivas aos srs. drs. Solon de Lucena, João Suassuna, Epitacio Pessoa e ao povo ariense.

Iniciou-se, ás 19 horas, animada *soirée*, que se prolongou até alta noite, com que se terminou o tributo justissimo que por iniciativa dos srs. Fortunato Rufino, Mario Lima, Manuel Correia, Pedro Ferreira, Rulfo Correia Lima e Manuel da Silva foi offerecido ao sr. Souza Lima.

Dentre as pessoas que se achavam presentes podemos apanhar os nomes das de Areia:

José Patricio de Carvalho e familia, Aristides d'Almeida e familia, Lindolpho Xavier e familia, Francisco Gaidino e familia, Bento Jardimino da Costa, estudante, Lucas Ramalho, Lourival Pontes, dr. Oscar da Costa Selva, bacharel Octaviano Carneiro da Cunha e major João Rodrigues.

Pichuy — Pompeu Pessoa da Costa, Alípio Cavalcante, Antonio Muribeca, presidente do Concilio, Pedro Francisco de Medeiros, Sebastião Raphael, dr. Sinval de Iorba, Joaquim Xavier, Manoel e Moyses Barros, Manuel Paiva, Miguel de Almeida e José Simão.

Curté — Joaquim Madruga, Manuel Gomes, Manuel Leonel da Costa, Pedra Lavrada — Eugenio Xavier por si e padre Phileto, Olegario Aibi-

Fonte: A União

## NOTÍCIAS DO INTERIOR

### Como foi recebido o sr. Souza Lima em Barra de Santa Rosa.

Escrevem-nos:

“Às 15 ½ horas do dia 28 do mez passado, acompanhado de amigos e correligionarios, entrava no povoado de Barra de Santa Rosa o sr. Manuel de Souza Lima. Ali o aguardava, cheio de jubilo, um avultadíssimo numero de pessoas, que veio demonstrar o quanto é digno o novo chefe da politica de Picuhy. O velho politico foi acolhido com respeito e satisfação pelo povo, que ansiosamente o aguardava.

Uma prolongada girandola e vnte e um tiros de salva tudo isto despertou o enthusiasmo no coração do povo d'aquelle povoado, no momento em que o sr. Souza Lima se demorava com a sua comitiva em frente a casa do sr. Mario Lins, onde foi saudado pelo bacharel Octaviano Carneiro da Cunha, em nome da multidão que o aguardava e do povo areiense que se fez representar por uma comissão composta de pessoas gradas Em seguida, o sr. Manuel de Sousa Lima pronunciou o discurso infra, em que revelou a superioridade de seu espirito, a lealdade de seu coração e a gratidão para com os amigos e correligionarios:

Meus caros amigos: Não posso deixar de reconhecer a sinceridade com que vos dignastes honrar-me, solenizando a posse que hoje verifiquei dos espinhosos cargos de obscuro orientador da politica e prefeito deste florescente município, onde quis a bondade de meu eminente chefe dr. Solon de Lucena, com sua honrosa confiança, collocar-me.

Eu mesmo confesso a surpresa com que recebi o galardão a que os meus insignificantes serviços não me conferiam direito, mas tendo o dever de honrar essa imerecida confiança com que vinha de distinguir-me o meu chefe, não me fiz rogado a esse posto onde me chamava a disciplina partidaria, a obrigação, como obdiencia, solidariedade e fidelidade á tradicional, libertadora e grandiosa politica de Epitacio Pessoa.

Meus senhores: Esta solenidade com que tão honrosamente

quereis homenagear-me, não é proporcional á minha obscura individualidade, não devia ter o cunho e o relevo que tão vivamente emociona a minh'alma, abala os meus sentimentos de gratidão.

É dever também, é cortesia aceitar tudo quanto de sympathia, de solidariedade e de estima, a vossa bondade e generosidade queira crear para testemunho de tão exuberante affecto, mas, a imponencia de tudo isto que se ergue em minha honra, o brilho desta valiosa manifestação de apreço, a sumptuosidade deste banquete, são homenagens que deslumbram e que deviam ter como credor um homem cujos serviços políticos fossem um verdadeiro padrão de glorias, um quadro vivo de victorias á causa do seu partido.

Eu poderia dizer-vos que um homem assim cheio de serviços á causa do seu partido, seria um Epitacio Pessôa, um Solon de Lucena, um João Suassuna; este, com sua acção eficaz e salutar de um governo de honra e honestidade, aquelle com a direcção imperturbavel e serena da politica do seu Estado, moldada e inspirada nos surtos de elevação dos tempos hodiernos, aquelle outro, no pedestal de constelação que se fez para guia e segurança dos destinos de sua Patria, e, que só a uma destas figuras que honram nossa a geração merecia tão salutar prova de conforto e apreço.

Meus caros amigos: Deixando traduzida nestas desalinhas palavras, a minha gratidão, o meu reconhecimento, o meu agradecimento a este conjunto de bondade que com tanta gentileza caracterizou a vossa dedicação á minha obscura individualidade, quero assignalar que a honra de tudo isto cabe a Solon de Lucena que, com a sua sabia perscrutação, deliberou um acto que fez digno da vossa satisfação, que é também a minha satisfação.

É a este preclaro chefe, este esteio inabalável de nosso partido, este valoroso e dedicado amigo, a quem quero me fazer portador das homenagens de hoje e levantar sinceramente um brinde em sua honra.

Meus senhores: Bebamos em honra ao grande chefe Solon de Lucena”.

Terminando a sua brilhante oração, o grupo escolar, composto de sessenta e poucas creanças, sob a orientação da exma. Sra. D. Palmira Xavier, saudou-o com um lindo punhado de palavras pronunciadas por uma de suas alumnas. Respondeu, comovido, o homenageado

Tocou a charanga serrariense, que sob a orientação do sr. Sebastião Maia, executava lindas peças.

Momentos após a chegada do sr. Souza Lima, tinha logar um banquete, onde se ouviu a voz dos srs. Miguel de Almeida, Sebastião Raphael e dr. Octaviano Carneiro da Cunha.

O sr. Souza Lima levantou-se e pronunciou palavras de agradecimento e cheias de bondade, erguendo vivas aos srs. Solon de Lucena, João Suassuna, Epitacio Pessoa e ao povo areiense.

Iniciou-se, às 19 horas, animada soirée, que se prolongou até alta noite, com que se terminou o tributo justissimo que por iniciativa dos srs. Fortunato Rufino, Mario Lins, Manuel Correia, Pedro Ferreira, Ruffo Correia Lima e Manuel da Silva foi oferecido ao sr. Souza Lima.

Dentre as pessoas que se achavam presentes podemos apanhar os nomes de Areia:

José Patricio de Carvalho e família, Aristides d'Almeida e família, Lindolfho Xavier e família, Francisco Galdino e família, Bento jardelino da Costa, estudante, Lucas Ramalho, Lourival Pontes, dr. Oscar da Costa Neiva. Bacharel Octaviano Carneiro da Cunha e major João Rodrigues.

Picuhy: - Pompeu Pessoa da Costa, Alipio Cavalcante, Antonio Muribeca, presidente do Conselho, Pedro Franklin de Medeiros, Sebastião Raphael, dr. Sinval de Borba, Joaquim Xavier, Manuel e Moisés Barros, Manuel Paiva, Miguel de Almeida e José Simão.

Cuité: - Joaquim Madruga, Manuel Gomes, Manuel Leonel da Costa.

Pedra Lavrada: - Eugenio Xavier por si e padre Phileto, Olegario Albino.

Toda essa festa foi realizada no “Roseo Clube Sociedade Recreativa”, sob a presidência do Dr. Marques de Azevedo (proprietário da Villa Zefa), que funcionava onde, hoje, é o prédio da prefeitura. Esse clube foi fundado em 1924, tendo por objetivo proporcionar lazer aos seus associados, a exemplo do Picuí Clube, promovendo atividade recreativa, social, desportiva, cívica e cultural. A primeira diretoria foi publicada no “Jornal”, órgão dirigido por José Gaudêncio

e editor-chefe Silvino Olavo, na capital da Paraíba, com o seguinte anúncio:

ROSEO CLUBE SOCIEDADE RECREATIVA. Sob os melhores auspícios, foi fundada na povoação de Barra de Santa Rosa, a sociedade recreativa “Roseo Clube”, cuja diretoria efetiva ficou assim constituída. Presidente, Dr. Marques de Azevedo; vice-dito, Antonio Ferreira de Oliveira; 1º secretário, José Balbino; 2º dito, José Ignácio de Sousa; tesoureiro, João Correia de Sousa; vice-dito, Antonio Potyguara; orador, Severino Correia; procurador, Mário Lins e diretor de salão Amâncio Gomes (O JORNAL: 30-10-1924, N° 268).

### **ADMINISTRAÇÃO DE MANUEL DE SOUSA LIMA NA PREFEITURA DE PICUHY**

O mandato do major Sousa Lima seria de quatro anos, encerrando em novembro de 1930. No entanto, ele só governou até o início de 1929, assumindo em seu lugar o Sr. Oscar Pinto Coelho. O que levou Sousa Lima a se afastar do cargo foram algumas decepções políticas, além de alguns contratemplos verificados em seu mandato, protagonizados por um dos seus assessores. Um desses incidentes ocorreu no início do mandato, quando ele, segundo Fabiana Agra (2014), assumiu a prefeitura:

Logo que assumiu o cargo de prefeito, Manoel pegou todos os jumentos a serviço da prefeitura e levou para Barra de Santa Rosa, para construir um açude em sua propriedade. Tal atitude criou um sério problema com todas as lideranças picuienses, que não aceitaram o procedimento do prefeito. Após a conclusão do açude, Manoel trouxe os jumentos de volta, mas o estrago já havia sido feito (AGRA, p.137, 2014).

Evidentemente, o texto apresentado pela escritora citada, trata-se de um recorte de falas advindas de pessoas antigas que ouviram falar ou que vivenciaram o fato citado. Não contradizemos o fato, apenas acrescentamos, com o mesmo teor de acuidade, a partir de falas de outrem, que talvez o açude citado não tenha sido em Barra, mas em Picuí, apesar de ele ser proprietário do sítio Ubaia, vendido por volta de 1929, ao Padre Luiz Santiago.

Durante a sua administração e com o apoio do “Presidente do Estado da Parahyba”, João Suassuna, Barra foi contemplada com um açude próximo ao distrito, onde já existia um pequeno barreiro, em terras de Fortunato Rufino de Maria.

Outra realização de Souza Lima como prefeito foi à iluminação das principais residências da rua do comércio. Anteriormente, alguns moradores usavam lampiões que funcionavam com azeite ou a Carbureto. Em sua administração, colocou alguns postes com estes lampiões, na faixa central da rua do comércio, a única existente, em frente à Capelinha, às casas comerciais, aos correios, escola mista e em algumas casas dos seus correligionários, a exemplo de Manoel Correia, Manoel Adelino de Barros, Raul Feitosa (esposo da professora Palmira Xavier), Vicente Martins, Pedro Ferreira, Dr. José Marques (Villa Zefa), Mario Lins, entre outros. Esses lampiões eram abastecidos, periodicamente, por um funcionário do comerciante Francisco Ignácio da Silva, que se responsabilizava por mantê-los acessos de 18 h até às 20 h, quando todos recebiam um sinal do funcionário, para o “apagar dos lampiões”.

Sousa Lima não concordava com a arrecadação de impostos recolhidos no distrito ficar todo em Picuí, uma vez que, nem sempre, esses recursos eram aqui utilizados. Esse fato levou-o a criar um imposto que se tornava, em parte, devolutivo, ou seja, uma parte do que era arrecadado ficava no distrito, outra parte era municipal e a outra parte era do Estado, o que terminou por gerar discórdias, no âmbito da intendência municipal, por parte dos vereadores. Nesse sentido, a figura a seguir, no final do seu mandato, demonstra uma arrecadação baixa, relativa ao que fora arrecadado no distrito. Vejamos:

Figura 33 – Demonstrativo de arrecadação de impostos

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO DE ESTAMPILHAS EXISTENTE NAS REPARTIÇÕES FISCAES, EM 22 DE OUTUBRO DE 1929				
REPARTIÇÕES	Estampilhas de Selo Adreiteiro	Estampilhas de Exportação	Estampilhas de Venda Interna	TOTAES
Recebedoria de Rendas — — —	12.076\$700	\$		12.076\$700
MESAS DE RENDAS :				
Areia — — — —	919\$800	50.495\$600	58.942\$700	110.338\$300
Alagôa Grande — — — —	1.391\$100	106.936\$200	79.197\$200	1.87.524\$
Alagôa do Monteiro — — — —	2.216\$600	87.064\$900	69.410\$000	148.751\$800
Bananeiras — — — —	5.177\$400	1.051.128\$000	128.948\$400	239.253\$800
Caiezitas — — — —	5.030\$100	266.678\$500	118.057\$500	379.775\$100
Campina Grande — — — —	8.259\$500	1.020.177\$400	311.781\$600	1.360.218\$500
Católé do Rocha — — — —	57\$800	81.852\$300	34.087\$800	122.518\$000
Quarabira — — — —	632\$500	195.562\$300	287.501\$000	433.695\$800
Itabayanã — — — —	1.463\$400	76.600\$300	55.578\$200	133.641\$900
Mamanguape — — — —	1.533\$900	129.188\$400	124.187\$900	1.86.002\$000
Picuí — — — —	41.708\$000	11.051.722\$000	102.931\$400	21.751.860\$000
Patos — — — —	2.411\$800	11.720\$600	90.331\$200	104.463\$600
Plancó — — — —	767\$000	31.422\$500	34.208\$100	66.395\$800
Princesa — — — —	921\$800	90.427\$100	28.928\$800	110.277\$700
Souza — — — —	2.462\$600	256.297\$500	78.902\$100	337.662\$200
S. João do Cariry — — — —	980\$600	72.595\$800	95.561\$900	169.138\$300
S. João do Rio do Peixe — — — —	1.254\$900	48.724\$900	50.456\$000	100.440\$800
ESTAÇÕES FISCAES :				
Avaruna — — — —	1.121\$600	22.407\$400	24.731\$800	48.260\$800
Brejo do Cruz — — — —	2.995\$100	180.307\$200	65.638\$100	248.937\$400
Caçara — — — —	74.3\$600	233.725\$900	71.393\$600	305.862\$100
Conceição — — — —	247\$900	13.462\$500	14.638\$100	28.348\$100
Cabaceiras — — — —	850\$	34.673\$900	35.646\$700	70.023\$200
Ingá — — — —	336\$700	31.454\$200	54.589\$300	86.360\$200
Pilar — — — —	2.175\$000	9.999\$400	15.316\$500	27.491\$500
Pombal — — — —	250\$000	91.477\$200	38.194\$300	129.922\$900
Sapé — — — —	2.965\$100	6.243\$100	56.248\$300	65.456\$100
Santa Rita — — — —	2.077\$300	47.041\$900	76.904\$200	126.023\$400
Santa Luzia do Sabugy — — — —	1.063\$800	18.028\$100	102.468\$700	121.567\$400
Umbuzeiro — — — —	538\$000	42.718\$000	46.210\$700	89.486\$900
RESPONSÁVEIS :				
Antiga Mesa de Renda de Barra de Santa Rosa — — — —	\$400	\$	\$	\$400
Idem de Misericórdia — — — —	\$	\$	124\$700	124\$700
Idem de Sant'Anna do Congo — — — —			10\$000	10\$000
	66.847\$700	3.352.905\$100	2.311.170\$200	5.730.313\$000

Secção de Contabilidade, 31 de dezembro de 1929  
*Thomás Santa Rosa Junior 2º contabilista*

Fonte: Anuario Estatístico (1934, p. 245)<sup>48</sup>

Por último, vendo que não conseguia libertar Barra das garras fiscaes da “Mesa de Rendas” em Picuí, ele resolve emancipar de vez o distrito. Em 1928, Sousa Lima fez uma solicitação aos vereadores, por intermédio do chefe político e amigo Antônio Xavier, para que eles votassem pela emancipação de Barra, o que não ocorreu, surpreendendo-o. Intrigado com o ocorrido, ele recorreu a Antônio

48 Secretaria da Fazenda. **Anuario Estatístico. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934.**

Xavier, que respondeu estar recebendo ordens de Sólon de Lucena, para que não promovessem a emancipação. Recorreu ao cel. Cunha Lima, para que intervisse junto a Sólon de Lucena. Semanas depois, aquele veio a falecer, sem que houvesse tido uma conversa com esse.

Paralelamente a esses ocorridos, em Areia, após governar a prefeitura de 1921 até final de 1927, cel. Cunha Lima Filho, após a morte do pai, passa a ser um dos chefes políticos da região. Porém, no início de 1929, ele rompe com Sólon de Lucena e com o governador João Pessoa, por ter indicado o cel. Jaime de Almeida, irmão de José Américo e inimigo pessoal, a prefeito de Areia. Assim, sem ter a quem recorrer, Sousa Lima abandona<sup>49</sup> a prefeitura de Picuí, entregando-a ao Sr. Oscar Pinto e protagonizando uma desastrosa saída do partido, passando a acompanhar o cel. Cunha Lima Filho, se opondo à candidatura do “Presidente da Parahyba” João Pessoa, a Presidência do Brasil, diminuindo sua força política local e fazendo emergir Manuel Correia, indicado por Antônio Xavier, como representante do Partido Republicano no distrito.

## **A REVOLUÇÃO DE 1930 NO DISTRITO DE BARRA DE SANTA ROSA**

O major Sousa Lima passou a apoiar os candidatos perrepistas e, em 1930, não participou das indicações para prefeito de Picuí, sendo indicado outro cidadão do grupo de João Pessoa, o Sr. Manoel Gregório da Silva. Para apoiar as candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares, Sousa Lima vende sua propriedade da Ubaia ao padre Luiz Santiago, investindo parte do dinheiro no comércio.

Durante a campanha de 1930, as promessas advindas do grupo Cunha Lima sobre futuras intervenções com a vitória dos candidatos Prestes e Vital Soares, fizeram-se repercutir de forma desastrosas, gerando várias situações conflituosas, de perseguições e represálias, de ambas as partes, com a Polícia perseguindo os correligionários de Sousa Lima, a mando dos coligados de João Pessoa e, por outro lado, os coligados de Sousa Lima prometendo “varrer os corruptos

---

49 Em protesto, ele retirou o quadro com sua foto da parede da prefeitura de Picuí. A foto mostrada nas páginas anteriores é a mesma que foi retirada da prefeitura.

da Barra no cacete”.

Uma faixa escrita na parede da capelinha conclamava pela unidade nacional em torno das candidaturas de Prestes e Vital Soares, tal como mostrada na figura a seguir. A faixa foi arrancada, rasgada e pichada com tinta preta, levantando suspeitas que a ordem deva ter partido de Manoel Correia, gerando uma intriga entre dois amigos<sup>50</sup>.

**Figura 34** - Panfleto da candidatura de Prestes e Vital Soares



Fonte: Arquivo pessoal Antônio Floriano

A situação se complicou em 01 de março de 1930, quando se consolidou a vitória de Prestes e Vital Soares, contra Getúlio Vargas e João Pessoa, que ganharam na Paraíba, mas perderam no geral. No outro dia, uma grande festa realizada em frente à casa de Manuel Correia, na verdade, ao lado do cruzeiro da capelinha, com a promessa de “varrer os corruptos”, varou a noite. Entretanto, com a morte de João Pessoa, três meses depois, em junho de 1930, a reviravolta

50 Na festa da posse de Sousa Lima, quando se tornou prefeito de Picuí, Manuel Correia estava presente e foi um dos promovedores.

iniciou, consolidando o estopim da revolução e promovendo um golpe de Estado, em outubro de 1930, fato que promulgou Getúlio Vargas como Presidente da República do Brasil, além de promover o declínio da velha república dos coronéis, acarretando mudanças profundas no cenário político estadual e nacional.

Em função desses ocorridos, Sousa Lima passou a sofrer ameaças de morte e fortes perseguições em seu comércio, levando-o a fechar as suas lojas e a se refugiar em Santa Cruz, Rio Grande do Norte, onde tinha uma pequena propriedade. A despeito desse relato, há várias histórias contadas por seus opositores, quanto à forma de sua saída da Barra, sendo algumas bastantes engraçadas. Acho que a melhor delas é relatada pelo poeta João Inácio<sup>51</sup> (pai de Iremar Inácio – locutor), que diz assim:

29

*Quando Barra era distrito  
Teve uns políticos afamados  
Um povo conceituado  
Manuel, João Correia e Severino  
Que o povo chamava Tino  
Eram homens de caráter moral  
Do partido Liberal  
Que em Barra existia  
Mas para a oposição que havia  
O resultado foi mal.*

30

*Manuel de Sousa Lima  
Antonio Soares, Joca e Tino  
Zuzu e Fortunato Rufino  
Comerciantes e proprietários  
Eles eram adversários  
Porque eram do PP  
Mas daí fazer o que  
O partido levou pau  
Quando chegou a perder.*

---

51 FILHO, José Inácio. *História de Barra de Santa Rosa Contada em Poesia*, 1998.

*João Pessoa foi eleito  
 Presidente do Estado  
 Com João Dantas era intrigado  
 Com uma inveja sem fim  
 Seu primo virou Caim  
 De muitos séculos passados  
 O coreto foi bagunçado  
 Pra encurtar a história  
 Na confeitaria Glória  
 Foi por Dantas assassinado*

*Quando espalhou-se a notícia  
 Zé Pereira virou a mesa  
 Começou lá em Princesa  
 A grande revolução  
 Que abalou o sertão  
 Bala cruzava o ar  
 Princesa botou pra quebrar  
 Quem fosse Perrepista  
 Já estava escrito na lista  
 Pra morrer ou apanhar.*

*Dessa vez aqui em Barra  
 Chegou logo um pelotão  
 De rifle e macaca na mão  
 Perseguindo Perrepista  
 Antônio Soares entrou na lista  
 Foi logo trancafiado  
 Sousa Lima foi deporto  
 Pra sua fazenda Ubaia*

*Dizem que quase desmaia  
Numa barrica trancado.*

34

*Para o Rio Grande do Norte  
Fortunato Rufino correu  
Manoel Correia defendeu  
Dele ser assassinado  
Viajou de pé o coitado  
Abel Cosmo e Juviano  
Seguíram o mesmo plano  
E tiveram muita sorte  
No Rio Grande do Norte  
Ficaram refugiados.*

35

*Para os peixes mais miúdos  
A situação foi feia  
Foram dançar na cadeia  
O tango, a mazuca e o xote  
Apanhando de chicote  
José Roseno tocando  
O fole velho roncando  
Foi uma festa animada  
Para aquela rapaziada  
No xilindró apanhando.*

36

*Prenderam o velho João Mago  
E o velho Sergio Seleiro  
Foi preso Felipe Camelo  
Foram cumprir seu desejo  
Zé Roseno no realejo*

*Tocava em desespero  
Não existia sanfoneiro  
Mas a festa era animada  
E João da mancha dava lapada  
De arrancar o cotovelo.*

37

*A revolução de trinta  
Ficou gravada na história  
Nunca me sai da memória  
O que vi em nossa terra  
Ficou mesmo em pé de guerra  
Só se ouviu o boato  
Perrepista dormindo no mato  
Pela polícia perseguido  
Como se fosse bandido  
Sem dever pagaram o pato.*

Guardada as devidas proporções nos relatos do poeta João Inácio, a quem, de forma póstuma, homenageamos, a saída de Sousa Lima do distrito ocorreu durante a madrugada, sendo as mobílias de sua residência levadas num caminhão Ford, pertencente ao seu amigo Cel. José Antônio, da Malhada da Cruz, com destino à Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, passando por lá mais de um ano, até que José Américo de Almeida saísse do cargo de Presidente da Paraíba, normalizando o contexto político, sem perseguições. Apesar da calma, o processo de retorno foi doloroso, pois, nesse ínterim, Manuel Correia assumiria todas as funções que, antes, era dele, passando a ser chefe político do distrito. Além disso, sua situação econômica não era das melhores, pois, nesse intervalo, suas lojas ficaram fechadas e, por algum tempo, seus parentes Davino Barros e Severina Adélia de Barros bancaram o sustento da família, fornecendo-lhe mercadorias para o reerguimento do seu comércio anterior.

## O RETORNO DO VELHO CHEFE POLÍTICO

Ainda com muito prestígio político, em 1935, o Major Sousa Lima fecha novamente com o cel. Cunha Lima Filho e numa comitiva com outros chefes políticos da região (Cuité, Picuí, Areia e Remígio), vão ao Palácio da Redenção, sede do governo do Estado, consolidam o apoio irrestrito ao governador eleito e interventor Federal Argemiro de Figueiredo. Entre vários pedidos, Sousa Lima sugeriu a construção da estrada de rodagem entre Picuí e Barra, que era uma promessa de campanha antiga, além da separação entre Barra e Picuí, consolidando a comarca de Cuité, como um dos pedidos de Pedro Viana da Costa, padre Luiz Santiago, entre outros. Depois que retornou da conversa com o Governador, a comitiva formada por Simeão Cananéa, Severino Bronzeado, Sousa Lima, Benedito Venâncio, Pedro Viana da Costa, passou por Lagoa do Remígio que era distrito de Areia com destino a Cuité, com parada em Barra.

A chegada em Barra durante uma quinta feira, num carro ca-lhambeque, jamais visto na redondeza, foi triunfal. A foto a seguir retrata bem o seu estilo, apesar da diferença na cor do paletó usado neste dia ser branco, mas o belíssimo chapéu era o mesmo, igual ao da foto a seguir, muito usado na época por quem era considerado político importante.

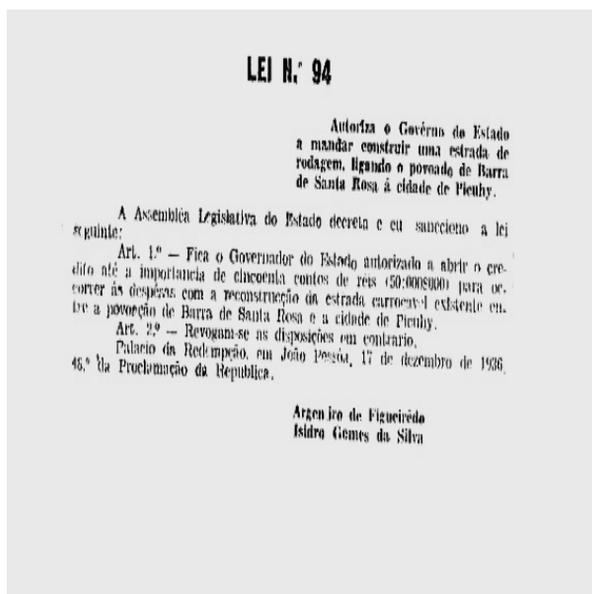
**Figura 35** – Fotografia de Sousa Lima



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Edson Barros

Os dois pedidos foram atendidos, sendo a estrada de rodagem autorizada, em dezembro de 1936, e a transferência de comarca Picuí para Cuité, que se tornou vila em 18 de dezembro de 1936, através da Lei Estadual nº 99, restaurando a autonomia administrativa de Cuité, que foi desmembrado definitivamente do município de Picuí. Assim, os distritos de Cuité e Barra de Santa Rosa foram desmembrados do município de Picuí, para formar o município de Serra do Cuité. Em 15 de novembro de 1938, pela lei estadual Nº 1164, serra do coite passou a denominar-se Cuité e seu distrito Barra de Santa Rosa passou a se chamar de Santa Rosa.

**Figura 36 – Lei nº 94**



Fonte: Assembléa Legislativa do Estado da Paraíba, 1936

### LEI No 94

Autoriza o Governor do Estado a mandar construir uma estrada de rodagem, ligando o povoado de Barra de Santa Rosa à cidade de Picuí.

A Assembléa Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 10. – Fica o Governador do Estado autorizado a abrir o credito até a importância de cinquenta contos de réis (50:000\$000) para encorrer às despesas com a reconstrucção da estrada carroçável existente entre a povoação de Barra de Santa Rosa e a cidade de Picuhy.

Art. 20 – Revogam-se as disposições em cntrario.

Palacio da Redempção, em João Pessoa, 17 de dezembro de 1936,  
48o da Proclamação da Republica.

Argemiro de Figueirêdo

Isidro Gomes da Silva

## CAPÍTULO 07 - DÉCADA DE 40

UM DOS PONTOS DA NOSSA PESQUISA QUE REVELOU DADOS IMPORTANTES para esse esboço histórico foram os recenseamentos. Os realizados nos anos de 1872, 1890 e 1900 apresentaram poucas informações sobre a nossa região, do ponto de vista econômico, social e político, pois sempre aparecia vinculada a Cuité. Entendemos que o censo agrícola realizado em 1920, através da prefeitura de Picuhy, apresentou mais informações, dando-nos um formato geográfico e econômico mais acentuado, tendo em vista o contexto que apresentamos ao longo dos anos em que se consolidaram as “posses de terras” da nossa região. Com a revolução política de 1930, o censo que deveria ser realizado, nesse ano, não aconteceu, acarretando um prejuízo econômico ao país.

O recenseamento, realizado em 1940, levou em consideração o desenvolvimento agrícola, industrial, comercial, de transporte, comunicações, serviços sociais, além do demográfico. Novamente, os dados ali coletados, não falam a nosso respeito, mas ao município de Cuité. Assim, buscamos, no “Diccionario Chorographico do Estado da Parhyba”, de autoria de Coriolano de Medeiros, publicado pela “Imprensa Official da Parahyba”, em 1940, a vila de Barra de Santa Rosa, que possuía 6.605 almas, das quais a maioria se encontrava na zona rural, conforme exposto na figura seguinte:

**Barra de Santa Rosa** — Vila do município de Cuité, à margem do rio Santa Rosa. É próspera. Sua população se entrega aos labores agrícolas-pastoris, sendo bem reputados os queijos que ali se fabricam, constituindo um dos principais ramos do seu comércio. Conta igreja de boa construção, aula pública mista, Agência Postal-Telefônica, iluminação elétrica e realiza semanalmente, feira abundante e concorrida. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 214 prédios urbanos, 72 suburbanos, 1 210 rurais e a população: urbana, 636 habitantes; suburbana, 249; rural, 5 720.

Fonte: Dicionário Chorographico do Estado da Parhyba (1940, p.140).

O recorte textual reforça o que já colocamos aqui, quando nos referimos a uma demanda de propriedades rurais, com sua respectiva população, fruto de uma grande extensão de terras que sempre foi o ponto forte do nosso município.

Outro destaque refere-se à iluminação elétrica na vila. De fato, essa iluminação elétrica a “gás pobre” foi inaugurada em maio de 1940, em substituição a que existia antes, colocada por Sousa Lima, sendo que esse serviço de iluminação era feito através de um “motor de luz” pertencente a Ioiô Rufino de Maria, comprado por ele a Arthur Freire, em Campina Grande.

Em 1946, seu Manuel Correia comprou esse “motor de luz” a Ioiô Rufino, ampliando o número de postes ao longo da Rua do Comércio, indo até à igreja matriz, que possuía este tipo de iluminação, na sua entrada e em seu interior, além de algumas casas. O motor funcionava a partir das 18 h até às 21 h, quando era desligado, sob o aviso de três sinais convencionais que “seu Nouzinho” dava antes de

desligar. A “usina de luz” funcionava em uma pequena casa que havia após a padaria de seu Vicente Martins. Posteriormente, seu Manuel Correia contratou Zé Casado (José Duarte Lima) para ser o seu primeiro electricista e João Francisco como “cobrador de luz”. Posteriormente, com a morte de seu Manuel Correia, seu filho Severino Correia, tentou colocar para frente o sistema de eletrificação, mas não deu certo. Como Severino Correia era genro de Davino Barros, manteve-se um convênio com a prefeitura, até que João Inácio assumisse. João Inácio comprou um motor novo, mantendo a iluminação pública pela prefeitura e as residenciais que pagavam uma taxa.

A chegada da energia elétrica pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) só veio acontecer em 1968, na administração de José Ribeiro Diniz, quando Barra já era cidade e o governador da Paraíba era João Agripino, como observamos na foto a seguir. Capitaneada por uma forte campanha em todo o estado da Paraíba, sob o lema “procura-se uma cidade sem luz na Paraíba”, o governador João Agripino Filho e o presidente da Saelpa, Octavino Massa, dedicaram-se a eletrificar várias cidades paraibanas, concluindo esse grande pleito em 1970.

A Saelpa se instalou na cidade, um ano antes, contratando a fábrica Premol Indústria e Comércio S.A, voltada para a produção de postes e pré-moldados em concreto, que também se responsabilizou pela distribuição geográfica dos postes em todas as ruas da cidade. Uma vez terminada essa primeira parte, a Saelpa se encarregou da colocação dos acessórios elétricos e ligações elétricas residenciais e nas repartições públicas. Na foto a seguir, no dia da inauguração, vê-se um dispositivo elétrico, com o qual o governador acendeu todas as lâmpadas da cidade, para a alegria de todos.

**Figura 38** – Inauguração da energia elétrica em toda a cidade em Barra de Santa Rosa



Fonte: Arquivo pessoal de Nancy Diniz.

## O AGAVE

Em 1929, Padre Luiz Santiago adquiriu alguns bulbilhos de agave (num total de 200 bulbilhos), plantando-os em sua propriedade “Gamelas”, em Cuité, de forma experimental, uma vez que o tipo de solo propício requerido para tal planta devia conter arenitos e óxido de ferro, havendo justamente esses tipos de minerais naquela fazenda. Posteriormente, ele plantou, também, na fazenda Ubaia, que havia adquirido por compra ao Major Sousa Lima, por volta de 1929. Em uma das entrevistas realizadas por um grupo de alunos do Colégio Barra de Santa Rosa, Padre Luiz Santiago afirmou que foi convidado pelo Interventor estadual Dr. Argemiro de Figueiredo, em 1934, para uma conferência junto à secretaria da agricultura, sobre sua experiência com o agave. A partir dessa conferência, o Interventor homologou dois decretos:

- Obrigando as prefeituras a fazerem campos de agave no estado, com pelo menos um hectare plantado, junto com mamona e outro hectare com uma lavoura desconhecida da região;
- Doando bulbilhos de agave para quem quisesse plantar.

Na sua fazenda Ubaia, ele plantou as mudas e, posteriormente,

no começo dos anos 40, quando os primeiros bulbilhos brotaram, estando prontos para o replantio, ou seja, na fase adulta, ele fez várias doações para alguns proprietários, orientando-os e prestando assistência aos mais interessados. A foto a seguir refere-se ao seu campo de agave e foi tirada por ele em 1940:

**Figura 39** – Campo de Agave plantado por Pe Luiz Santiago



Fonte: arquivo Pe. Luiz Santiago, 1940.

A partir dessas orientações do Padre Luiz e das determinações por parte do governo, vários campos de plantação experimental ou como eram chamados à época “espaços de modernização agrícola”, no início da década de 40, começaram a dar os primeiros resultados. Por aqui, as propriedades beneficiadas foram as de Fortunato Rufino de Maria e Pedro Ferreira Guimaraes, cada uma com mais de 100 hectares, com diversas culturas, em especial o agave e o algodão.

No entanto, a maior distribuição de bulbilhos ocorreu em 21 de junho de 1940, segundo o jornal “A União”, com cerca de 3.000 bulbilhos, doados à prefeitura de Cuité. A chegada dos bulbilhos em

Barra, por parte do governo, se deu em uma quinta feira, com a presença de dois agrônomos. A propaganda sobre a nova cultura, com incentivo do governo, foi feita a partir de uma difusora, conduzida por um caminhão Ford, pertencente ao Cel. José Antônio Ferreira Rocha (Coronel José Antônio), da fazenda Malhada da Cruz, incentivando homens e mulheres a plantar agave. Durante a propaganda, os agrônomos incentivavam as pessoas, dizendo-lhes as vantagens da planta em relação a outras culturas, a exemplo do algodão, que nunca mais tinha se restabelecido desde a crise de 1929. Além disso, mostrava-se que uma das vantagens era que o agave não precisava de chuvas perenes, mas de terras semiáridas, como nosso Curimataú.

Durante a propaganda, citavam-se os proprietários Fortunado Rufino (seu Iolô Rufino), Seu Pedro Ferreira e o Padre Luiz Santiago, que já tinham destinados hectares de terras para a plantação da nova cultura, já com excelentes resultados.

Destarte, nesse clima de “revolução agrícola”, com incentivo do governo do estado, nosso município passou a ser um centro muito forte na produção da fibra do agave, tornando-se uma verdadeira febre entre pequenos e grandes proprietários de terras, conforme ratificam os Anais do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste:

Outro reforço do latifundiário no Nordeste foi a expansão do plantio de agave. O preço era bem maior que o de outras culturas e dispersava a mão de obra em grande escala. As pequenas propriedades revelavam-se inaptas para o fornecimento do sisal às máquinas desfibradoras. Abandonavam-se, por isso, não só as culturas temporárias (feijão, milho), mas também as permanentes (bananeiras), tudo com o objetivo exclusivo de plantar mais agave (ANAIS, p. 258, 1959).<sup>52</sup>

Assim, chegamos ao final dos anos 40 com mais de 10.000 hectares de agave plantados na Paraíba, segundo a publicação do jornal “A União”, em 04 de junho de 1950. Se por um lado o agave mantinha o

---

52 Celso Furtado. Desenvolvimento e Conjuntura. **Anais**. Vol. II, p. 258, 1959.

pequeno agricultor, com um pouco de renda, por outro, afastava-o das outras culturas, como o milho, o feijão, tendo que comprar nas feiras esses produtos que no passado colhia, para sustento da família.

Na década de 50, apesar das diversas secas, pelas quais passamos, em especial a de 1953<sup>53</sup>, o agave continuou sendo o grande sustentáculo dos pequenos e grandes produtores. Nesse ínterim, novos proprietários investiram em grandes campos com plantações de agave, a exemplo de Jorge Xavier de Almeida, Pedro Justino de Oliveira, José Virgínio, Edezio Silva, entre outros. O primeiro, além de comprar fortemente de pequenos produtores, passou a beneficiar o seu e o agave que comprava, vendendo-o diretamente a uma empresa situada em Goiânia, Pernambuco. Em 1976, durante a fase da minha adolescência, trabalhei como caixa na empresa de “Seu Jorge”, como era conhecido, e uma das frases favoritas dele, era: “o agave não enriça, mas de fome você não morre”.

## A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Nas décadas de 40 e 50, um aparelho de rádio era um objeto de luxo e desconhecido para a maioria da população. Todos os dias, exatamente às 10 horas da manhã, seu Manoel Correia, ligava o seu rádio Zenith, entronizado sobre uma pequena mesa na sala, abaixo de um grande crucifixo, “dava corda” em um grande relógio de carrilhão<sup>54</sup> (alemão) e sentava-se em sua cadeira de balanço, enquanto dona Chiquinha varria a sala. Aos poucos, curiosos e assíduos “escutadores”, iam se aproximando e sentavam na calçada, enquanto outros ficavam se perguntando como aquilo era possível, “existe alguém falando dentro daquela caixa?”.

Durante as quintas feiras, seu Manoel Correia colocava o rádio na janela da casa, o que chamava mais atenção, permitindo uma aglomeração maior de pessoas na calçada, em especial para ouvir o programa “Peba no Buraco”, que era um programa de humor, e

53 Durante a seca de 1953, muitas famílias deixaram os seus sítios e foram trabalhar na emergência, especificamente nos serviços do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), na estrada Cuité-Barra.

54 Hoje pertence à paróquia de Nossa Senhora da Conceição por doação de Dona Chiquinha Correia.

outro programa transmitido pelo rádio Tabajara, chamado “A hora do agricultor<sup>55</sup>”, segundo nos relatava Benedito Barreto. Além disso, quando o “repórter Esso” entrava com as notícias sobre a guerra, todos ficavam atentos e sentindo-se no fragor da mesma, ouvindo sobre as cidades bombardeadas, navios afundados e generais fuzilados.

Um desses assíduos ouvintes do “repórter Esso” era seu Fileto Potyguara. Além de agente do correio, seu Fileto era um exímio animador de festas, um grande dançador de suingue, durante os festejos da padroeira e nos clubes existentes na vila, além de alfaiate. Era bastante extrovertido e elegante, um verdadeiro “gentleman”, sempre com um bom sorriso, um “com licença” e um “desculpe incomodá-lo”, frases que usava para se aproximar das pessoas e puxar conversas.

Ele ficava dias seguindo atento aos acontecimentos, sabendo tudo sobre batalhas de aviões e navios, por desertos quentes e mares gelados, até que na ânsia de partilhar com os amigos e com as pessoas que precisavam usar os serviços do correio, o que se passava nos cenários da guerra, de hora em hora andava toda a Rua do Comércio, da beira do rio até à Igreja, passando nas lojas de Sousa Lima, na mercearia de Luiz Inácio, na padaria de seu Vicente Martins, na loja dos irmãos Antônio e Chico Melo (casa Florinha), na mercearia de seu Zenor, na casa de tecidos “ganha pouco” de seu Antônio Confessor, na loja de ferragens de seu Davino Barros e na Farmácia de seu Zé Lins, inflamando os patriotas e dizendo: “Extra, Extra! A Alemanha invadiu a Polônia... O Brasil entrou na guerra...”

É verdade? Quando chegam a Natal? De que lados nós estamos? Seu Manoel Correia e o Major Nené estão de que lado? Sem fazerem a menor ideia da extensão do conflito, as pessoas perguntavam a seu Fileto:

“Vamos nos unir, como fizemos na campanha de Sousa Lima para prefeito de Picuí, em 1925, quando houve uma coligação com seu Manoel Correia de Sousa. Os coligados de seu Manoel ficam concentrados na vila Zefa e os coligados do Major ficam na torre da igreja. Os restantes se escondem na Ubaia”.

Eis que alguém retruca e diz: “Na fazenda de Padre Luiz?, dá certo

---

55 Esse programa destinava-se a promover o plantio de agave, patrocinado pelo governo do estado, Argemiro de Figueiredo.

não, ele é comunista homem”.

No início da década de 40, um estrangeiro, de origem Alemã, passou a residir e a comercializar na vila de Barra de Santa Rosa. Sua loja, alugada a Sousa Lima, funciona, onde hoje temos uma academia. O destaque da loja eram os perfumes franceses, charutos, vodka, vinhos do porto, todos os produtos importados e comprados nos portos em Cabedelo e Recife. O alemão, por nome de “seu Guilherme”, era alto, galego, gentil, mas bastante misterioso.

Ao se decretar a Segunda Guerra e o apoio do Brasil contra a tirania de Hitler e seus aliados, “seu Guilherme” desapareceu, repentinamente, da vila, deixando seu comércio para trás, levando apenas algumas mercadorias. O espaço físico pertencia a Sousa Lima e, segundo Tita Barros, ele ficou devendo alguns meses do aluguel, o que tornou possível aos donos recuperar os produtos ali deixados. Esse fato gerou certo desconforto à época, de forma que sempre que Tita Barros ia à missa, segundo dona Chiquinha, “o cheiro de perfume francês ia atrás”.

E assim, entre risadas e conversas repetidamente, ao longo dos anos, contadas por Benedito Barreto, Juvenal de Francisquinha e Antônio Floriano, ouvidas e gravadas em minha memória, às vezes na porta da farmácia de Zé Lula, onde todas as noites era comum encontrar as pessoas conversando sobre o passado, assim como na mercearia do meu pai, aquela gente passou pela Segunda Guerra Mundial sem se aperceber de quanto o mundo mudara.

Quase sempre nessas reuniões, alguém pedia para que seu Zé Lula contasse um pouco sobre a guerra de 1945 e o que ele aprendeu e leu sobre essa (ele tinha uma coleção de livros sobre a Segunda Guerra Mundial). Entusiasmado, ele se deleitava, ao falar dos pontos fortes e fracos de cada exército, notadamente, enaltecendo os generais americanos e alemães, que com inteligência montavam suas estratégias de guerra a fim de vencer cada batalha.

Em nossa terra, quatro filhos foram convidados a participar da Segunda Guerra, como reservistas: José Luiz Neto (enfermeiro prático) - Zé Lula, como era conhecido, nasceu em Pocinhos (27 de janeiro de 1920) e serviu no quartel em João Pessoa (15º Batalhão de Infantaria Motorizado), de onde foi designado para Baía da Traição, no

litoral, ficando na enfermaria, em que aprendeu as práticas e técnicas de primeiros socorros, não chegando a tomar navio ou embarcar. Casado recentemente, passou pouco tempo nesse serviço, devido ao agravamento do seu estado de saúde, em função de problemas cardíacos, voltando à Barra de Santa Rosa, onde abriu uma farmácia, passando a ser muito procurado, devido à prática que adquiriu enquanto enfermeiro no Exército. Nessa época, as farmácias, aqui existentes, eram uma de manipulação, administrada por Tita Barros, e a outra era do casal Zé Lins e Anadita.

Ao longo dos anos como farmacêutico prático em nossa região, adquiriu “status de médico”, ganhando a confiança e o respeito dos médicos que atendiam nossa gente nos hospitais de Picuí e Cuité, a exemplo dos médicos Dr. José Pereira e Dr. Medeiros, uma vez que Barra não possuía posto médico. Em minha adolescência, trabalhei em sua farmácia, tendo o prazer de acompanhá-lo em diversas situações, em especial quando ele era chamado a visitar pacientes doentes em nosso município. Essa prática o transformou em um dos maiores especialistas em doenças endêmicas da nossa região, a ponto de saber que medicamento deveria levar, caso alguém mais precisasse dos seus serviços, durante sua passagem naquela região.

**Figura 40** - José Luiz Neto



Arquivo pessoal: Cida Barreto.

Severino Sousa Lima – Severino de Julinho, como era conhecido,

nasceu em Barra de Santa Rosa, em 15 de novembro de 1923. Serviu no 16º Regimento de Infantaria, em 03 de novembro de 1944, em Natal, Rio Grande do Norte, não chegando a embarcar. Foi designado em missão de vigilância do litoral, na região de Parnamirim, junto a Primeira Companhia de Fuzileiros.

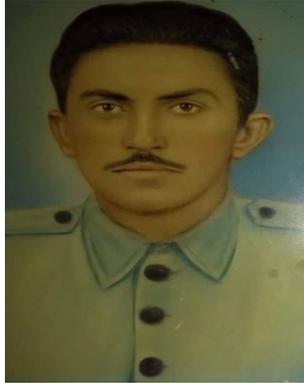
**Figura 41** - Severino Sousa Lima



Arquivo pessoal: Evaneide Confessor.

José Cícero de Luna – conhecido por Zé Luna, nasceu em 26 de maio de 1918, na cidade de Cuité, Paraíba. Serviu no 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa. Em 1942, foi convocado como reservista ficando até 1943, sendo deslocado de sua sede, sob comando dos seus superiores, para o 16º Regimento, onde passou a patrulhar a costa com o posto de vigilância e segurança do litoral de Tambaú e Cabedelo.

**Figura 42** - José Cícero de Luna



Fonte: Arquivo pessoal Valdo Luna.

Por fim, José Avelino Gomes – Conhecido por Zé Avelino, nasceu em Barra do Japí, no Rio Grande do Norte, em 6 de fevereiro de 1922. Serviu no 16º Regimento de Infantaria, em Natal, Rio Grande do Norte. Foi deslocado para o arquipélago de Fernando de Noronha em um dos navios Norte Americano, ficando naquele local por mais de um ano, até o fim da guerra.

**Figura 43** - José Avelino Gomes



Arquivo pessoal: Eunice Gomes

Durante a gestão do prefeito José Luiz Neto, em 1978, houve a inauguração na Praça Frei Martinho de um obelisco em homenagem aos pracinhas e ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, em especial alguns companheiros e amigos de Zé Lula, vindos de Picuí, Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, entre outras cidades. Na foto a seguir, ao lado de Zé Lula, temos dois dos seus companheiros de Picuí para essa homenagem. Ao seu lado esquerdo, temos o Sr. Fausto e do lado direito, Sr. Amando Cunha (meu padrinho). Esse, realmente, chegou à frente de batalha contra a tirania de Hitler.

**Figura 44- Homenagem aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial de Barra de Santa Rosa**



Arquivo pessoal: Cida Barreto.



## CAPÍTULO 08 - A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BARRA DE SANTA ROSA

PARA MELHOR COMPREENDEREMOS A CONJUNTURA DOS ACONTECIMENTOS e o desfecho final da Emancipação política na nossa cidade, Barra de Santa Rosa, bem como a posse de Severino Davino Barros, como prefeito nomeado, faz-se necessário, efetivamente, retroceder à história dos fatos.

Como sabemos, na década de 50, a Paraíba era dividida em dois grandes partidos políticos:

- UDN (União Democrática Nacional), capitaneado por Arge-miro de Figueiredo e tendo como representantes os grandes proprietários e produtores de algodão;
- PSD (Partido Social Democrático), capitaneado por José Américo de Almeida, tendo como representantes os comerciantes e fiéis partidários do interventor Rui Carneiro<sup>56</sup>.

Em um dos livros organizados por nosso conterrâneo, o historiador Damião de Lima (1999)<sup>57</sup>, a pesquisadora Martha Lúcia afirma que “as antigas elites políticas, que tinham o seu poder baseado na posse de terra e no ‘voto de cabresto’, são obrigadas a utilizar novas formas de fazer política e procurar outros meios para dominar o eleitorado” (LIMA *et al*, 1999, p. 98).

56 Em 1941, no governo interventor de Ruy Carneiro, houve incentivo às indústrias de fibras de Caruá e agave, gerando empregos e estabelecendo melhor os fundamentos de uma nova fase econômica.

57 Lima, D. *et al*. **Estudando a História da Paraíba**. Ed. Cultura Nordestina, Campina Grande, 1999.

Em nossa cidade, essa premissa era comum, desde as consequências dos fatos decorrentes<sup>58</sup> das campanhas de Getúlio Vargas e Júlio Prestes à Presidência da República, na década de 30, associadas a uma decadência do coronelismo, que a outras formas de sobrepujar os eleitores apareceram prevalecendo a indicação dos grandes latifundiários de terras, grandes comerciantes e descaroadores de algodão, plantadores de agave e caruá. Por um lado, tínhamos a família Correia, com Manoel Correia e irmãos (UDN), e do outro, o Major Sousa Lima (PSD), que continuava forte como articulador político na região. Ao lado desses, tínhamos os seguintes senhores filiados no cartório:

UDN – João Casado de Almeida (líder), Tino e João Correia, Fortunato Rufino de Maria (Ioiô Rufino), Luís e João Inácio, Pedro Ferreira, Cel. José Antônio (Malhada da Cruz), Chico Nunes, Antônio Floriano, entre outros.

PSD – Davino Barros, José Diniz, Jovino Cabral da Nóbrega, Zé Lula, Homero, Dona Carminha do hotel, Padre Luiz Santiago, entre outros.

Em pouco tempo, o pleito de 1950 foi se tornando profundamente desagregador, propiciando discussões mais acaloradas, chegando ao ponto de haver perseguições policiais aos Udenistas barrensenses. Dois fatos marcantes ocorreram antes das eleições. O primeiro deles deu-se um mês antes das eleições, na noite anterior ao comício de Argemiro de Figueiredo, que ocorreu defronte à casa de Manuel Correia. Na calada da noite, reunidos no famoso “beco do 31” ou beco de Deca, três rapazes udenistas (Antônio Floriano, Nequinho de seu Dão e Bibí Socó) resolveram pichar a parede da capela, pelo lado da “Villa Zefa”, que, nesta época, pertencia ao Sr. Pedro Ferreira e Dona Maria de Almeida Guimarães, com os seguintes dizeres, em referência a José Américo:

“A CORUJA VEM AÍ.....SER CORRUPTO É SER COLIGADO DE ZÉ AMÉRICO”.

Essa pichação rendeu aos três rapazes a promessa dita por Zé Américo, uma semana depois, numa quinta-feira, em um discurso

58 Esse embate político entre Liberais e Perrepiistas foi detalhado em capítulos anteriores.

proferido, em frente à casa do Major Nené, com Tita Barros segurando o guarda-chuva, a afirmativa de que “se fosse eleito, quem pichou o muro, iria apagar com a língua”. De fato, com a consolidação da vitória de Zé Américo, Bibí Socó foi o primeiro a limpar com querosene uma parte dos letreiros, sob a vigilância dos soldados do Tenente Zé Felix. No dia posterior, seria a vez dos outros rapazes. Nequinho de Dão correu para a cidade de Areia, onde o seu pai tinha fazenda e parentes, Antônio Floriano correu para o Souto, município de Barra, onde residia o seu padrinho Jovino Cabral, facilitando sua fuga para o Rio de Janeiro, a partir de Campina Grande, passando por lá seis meses, junto com Luiz Inácio, e de onde só voltou com a permissão de Davino Barros, que viria a ser seu sogro anos mais tarde (1954), intermediado por seu padrinho Jovino Cabral.

Paralelamente a esse acontecimento, na quarta-feira que antecedeu o comício de Argemiro de Figueiredo, de passagem para Cuité, tivemos a morte súbita do Sr. Pedro Ferreira, por infarto, quando soube que seu filho, Sinval Ferreira (Severino Lisboa Guimarães), juntamente com Zé Lula teriam sido presos.

Tudo começou, de fato, na terça à noite, no cabaré “O percevejo”, quando Sinval Ferreira sacou sua arma e disparou para o alto, dando viva a São João e a Zé Américo. No outro dia, na quarta-feira, Luiz Inácio vai a Cuité e, juntamente com o advogado Pedro Viana da Costa, faz apelação ao Juiz da comarca pela prisão dos desordeiros. Com o pedido concedido em mãos, Luiz Inácio volta à Barra e entrega a sentença ao tenente Zé Felix que, prontamente, efetua a prisão dos dois, levando-os para a delegacia, que ficava vizinha à antiga matança de bois, onde, hoje, é a Boate “Taí, gostei”. Ao saber da prisão do seu filho, Pedro Ferreira teve um infarto fulminante. Minutos depois, o Tenente Zé Félix libera os dois, pois Zé Lula, como enfermeiro prático com passagem pelo exército, tinha que examiná-lo e, possivelmente, medicá-lo, o que foi tarde.

Paralelamente a esses acontecimentos, somam-se os fatos das idas e vindas relativas à dependência política de Barra Santa Rosa ser ligada a Cuité e, anteriormente, a Picuí, o que terminava por causar revolta à população barrense. Comprovando isso, nas anotações históricas de Cuité, por volta de 1889, Barra aparece como pertencente

ao seu município. Porém, com a transferência da comarca de Cuité para Picuí, em 1904, Barra passou a pertencer, política e geograficamente, a Picuí. Em 14 de outubro de 1906, o juiz Abdias da Costa Ramos, através da lei municipal N° 06, cria o “distrito de paz” de Barra de Santa Rosa, nomeando como seu representante municipal ou “Juiz de paz” o Sr. Francisco José dos Santos, que foi, também, o seu primeiro escrivão, sendo assessorado em 1909 por Manuel Adelinho de Barros (pai de Davino Barros, meu bisavô). Essa dependência administrativa durou até 1936, quando Cuité desmembrou-se, definitivamente, de Picuí, formando dois distritos, o da sede e o de Barra de Santa Rosa. De 1938 a 1943, Barra aparece como distrito de Cuité, com o nome simplificado de Santa Rosa. Nas divisões territoriais de 1950 e 1955, Barra aparece como vila de Cuité, voltando a ser Barra de Santa Rosa.

Como descrevemos no capítulo anterior, a vila cresceu rapidamente em função das grandes propriedades rurais em seu entorno, a arrecadação de impostos chamava a atenção pela volumosa quantidade de dinheiro que essas cidades citadas levavam daqui, com o mínimo de retorno. Esse fato, sempre, foi alvo de discussão entre os primeiros mandatários políticos da época, a exemplo do Cel. Salvianno Martins Casado (Telha), Cap. Vicente Martins Casado e Manuel de Sousa Lima.

Em 1928, durante sua gestão (1926 a 1929) como prefeito de Picuí, Manoel de Sousa Lima enviou uma proposta à câmara, com o objetivo de promover a emancipação de Barra. Entretanto, essa tentativa foi frustrada, pois a maioria dos vereadores (chamada na época de Intendência Municipal), a pedido do Cel. Antônio Xavier, como já comentamos anteriormente, manteve Barra como município de Picuí. Revoltado, por não encontrar apoio político, Manuel de Sousa Lima abandonou a prefeitura, tirou o seu retrato da parede e veio morar e continuar seus negócios (padaria, secos e molhados, farmácia e loja de tecidos) definitivamente em Barra.

Após a vitória de Zé Américo, em 1950, as coisas começaram a mudar por aqui. Primeiramente, entre 1955 e 1960, a UDN e o PSD se uniram, elegendo Flávio Coutinho, que veio a falecer, sendo substituído por seu vice Pedro Moreno Gondim, até 1960. Esse

fato aproximou as famílias Barros e Correia. Só para exemplificar, em 1954, Antônio Floriano casa com Terezinha Barros (filha de Davino Barros) e, em 1955, o único filho de Manuel Correia (Severino Correia) casa com Maria das Mercês Barros, outra filha de Davino Barros. Mas isso não foi o suficiente para aproximar Manuel Correia de Sousa (faleceu em 1966) e o Major Sousa Lima (faleceu em 1958), apesar de ambos apoiarem João Casado de Almeida para vice-prefeito na chapa com Orlando Venâncio dos Santos, em Cuité, na campanha de 1955. Ambos foram eleitos, com 1.543 e 1.504 votos, enquanto José Pereira da Costa teve 1.540 e seu vice, Antônio Inácio da Silva, 1.450 votos. O outro candidato foi o Sr. Albino Cabral de Vasconcelos que obteve 49 votos.

Essa disputa por votos no distrito de Barra fez surgir novas lideranças, a exemplo de João Inácio da Silva – PSD – 259 votos e o mais votado (tornou-se presidente da câmara municipal em três mandatos), seguido por Francisco Nunes de Alencar - UDN – 216 votos, Otávio Cabral de Vasconcelos, com 117 votos e Antônio Ezequiel dos Santos, com 57 votos. Essas novas lideranças passaram a cobrar, fortemente, dos seus chefes políticos, Manuel Correia e Major Nené, a separação geográfica e política do município de Cuité. Várias reuniões foram realizadas na casa do Major Sousa Lima e na casa do vice-prefeito de Cuité e líder da UDN, João Casado de Almeida. Numa dessas reuniões, as novas lideranças, mais especificamente o Sr. João Inácio da Silva e seus irmãos, cobraram fortemente as promessas ditas por Orlando Venâncio e João Casado, relativas à construção de um grande açude próximo à Vila, à divisão territorial e à separação de fato dos municípios.

Candidatos eleitos, promessas cumpridas... Será? Na divisão territorial, Barra ficou menor, ou seja, perdemos a Serra do Bom bocadinho, a Viração, entre outros. Segundo Padre Luiz Santiago em seu livro (1936)<sup>59</sup>, os limites de Barra com Cuité começam pela Serra do Bom Bocadinho, passando rumo ao poente pela fazenda Solidão, cortando a fazenda Retiro, segue a Serra do Negro, obedecendo o

---

59 Padre Luiz Santiago. Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades. Paraíba, Dez. 1936.

**divortium aquarum**<sup>60</sup>, e passa a de Jacú e a de Bom Bocadinho. Pela divisão das águas, inflete-se rumo sul à ponta de Serra, daí à Lagoa das Catarinas, seguindo entre os dois rios Bom Sucesso e Almas, passa a Capela de São José de Cunha e a de Campos Novos, confinando com os limites de Soledade.

Quanto ao açude com água potável, já sinalizado na pesquisa realizada pelo 1º Batalhão de Engenharia e Construção, como vimos no capítulo anterior, fizeram um pequeno barreiro, que, logo, o povo apelidou, de modo inteligente e sarcástico de **TRIBOFE**<sup>61</sup>, em referência à promessa de campanha e o parco dinheiro investido em sua construção. De fato, como a pesquisa havia sinalizado, o local era ideal para a construção de um açude de porte médio, com uma boa capacidade volumétrica de água potável, o que daria para manter a população da vila abastecida. Mas não foi isso o que aconteceu. No entanto, apesar desse fato histórico, sabe-se que o Tribofe tirava muitas pessoas do sufoco, matando a sede das pessoas mais carentes. Anos mais tarde, vieram outros administradores mais inteligentes e canalizaram os esgotos da parte leste da cidade para aquele local e o restante para o rio Curimataú, matando dois mananciais de água ao mesmo tempo: o barreiro Tribofe e o açude do Curimataú.

Faltava a separação política. Pois bem...

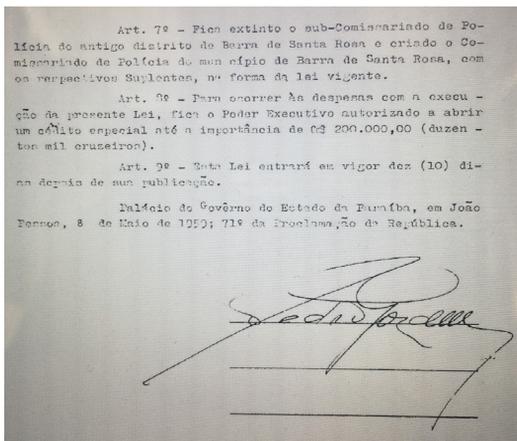
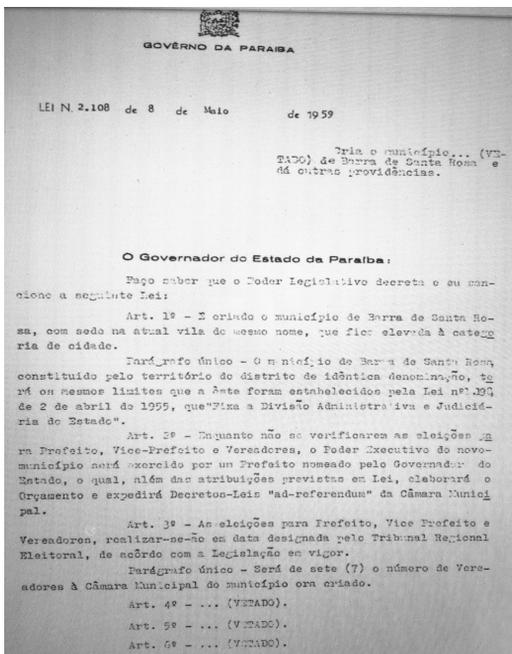
A criação de municípios, elevando territórios distritais à condição de unidades locais de governo, se constitui como uma prática política recorrente na história republicana, sendo os anos de 1950 e 1960 aqueles em que essa iniciativa foi mais destacável. Nesse período, a Paraíba apresenta a mais expressiva fragmentação municipal dentre todos os estados do país. Foram sancionadas as emancipações de 84 localidades, entre 1959 e 1960, com amplo apoio popular, o suficiente para eleger Pedro Gondim a Governador da Paraíba, em 1960, por essa iniciativa.

Dentre essas emancipações, Barra de Santa Rosa foi elevada à categoria de município, com a presente denominação pela lei estadual nº 2108, em 08 de maio de 1959, desmembrando-se de Cuité:

60 Refere-se a uma expressão latina que significa divisória de águas ou uma linha imaginária que separa dois afluentes.

61 Significa roubo, dolo, trapaça.

Figura 45 - Lei estadual do desmembramento de Barra de Santa Rosa de Cuité





## V E T O P A R C I A L

Usando das atribuições que me confere o art. 52, inciso II, da Constituição do Estado, e na forma do art. 33, § 1º, da Carta Magna Estadual, VETO PARCIALMENTE o decreto legislativo, originário do Projeto de Lei nº 164/56, que cria o município e comarca de Barra de Santa Rosa, e dá outras providências.

São vetados os artigos 4º, 5º e 6º do Projeto, que dispõem sobre a criação da comarca e cartório no novo município de Barra de Santa Rosa.

Excede as possibilidades atuais do Estado a onerosa providência de instalação de novas comarcas em todos os municípios que têm sido criados ultimamente. Cabe restringi-las aos casos onde, do ponto de vista da organização judiciária e da administração da Justiça a medida é decorrência necessária e insuperável da criação da nova comuna, o que não acontece no caso específico do município de Barra de Santa Rosa.

Esta a motivação do veto parcial que ora oponho ao Projeto de Lei nº 164/56, que cria o município e a comarca de Barra de Santa Rosa, e dá outras providências.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 8 de maio de 1959; 71ª da Proclamação da República.

(Pedro Moreno Gondim)  
GOVERNADOR

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (1959, p.258)

A sugestão dada pelo Cel. Cunha Lima Filho, para transitar até às eleições e gerenciar a prefeitura até à posse do novo prefeito, foi em torno do nome de Severino Davino Barros, como Interventor, já que era o único que circulava entre a UDN e PSD, além de ser uma forma de homenagear seu amigo, Major Sousa Lima, que havia falecido 28 de junho de 1958. O acordo foi aceito, no entanto, era preciso manter a união, pois a oposição a eles era forte, advindo do novo partido criado, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representado por Albino Cabral de Vasconcelos e Severino de Almeida Souto.

A posse do prefeito Interino Severino Davino Barros, pelo

Governador Pedro Moreno Gondim, foi realizada na Prefeitura Municipal, inicialmente improvisada numa casa (onde hoje funciona a câmara municipal), como podemos observar na figura a seguir, que sinaliza para o momento de assinatura de posse por parte do Governador e do Prefeito. Davino Barros gostava particularmente dessa foto, pelo simples fato dele só ter utilizado paletó duas vezes na vida, no seu casamento (1924) e durante a sua posse.

Outro detalhe importante observado por ele referia-se ao “Corte Inglês” dado pelo alfaiate e amigo “seu Miguel Sousa”, que, carinhosamente, costurou esse paletó especialmente para essa festa cívica.

**Figura 46** - Posse do prefeito Interino Severino Davino Barros



Fonte: Arquivo pessoal Leônia Barros

Durante a posse, após o discurso do Senhor Governador, o prefeito nomeado Davino Barros pediu ao Jovem advogado Reginaldo Luna que proferisse algumas palavras em seu nome, já que ele não

tinha uma boa oratória. Na foto, pode-se ver as seguintes autoridades:

- Governador Pedro Moreno Gondim e sua Senhora;
- Prefeito Davino Barros e sua filha Leônia Barros (primeira secretária);
- Deputado Cel. Cunha Lima Filho;
- Prefeito Orlando Venâncio;
- Dr. José Pereira da Costa, deputado estadual e médico;
- Entre outros(as).

Após a posse, Davino Barros acompanhado do governador e outras autoridades visitaram o Grupo Escolar José Coelho, onde foram recebidos e saudados pelos alunos e pelo corpo docente, com a participação da diretora e professora Nevinha Martins. A Banda do Patronato de Bananeiras tocou o Hino Nacional, enquanto as autoridades hastearam as bandeiras da Paraíba e do Brasil, sob aplausos das pessoas que foram ao local. Em seguida, um pequeno almoço foi oferecido pelo Prefeito nomeado às autoridades, enquanto a Banda do Patronato desfilava na cidade.

**Figura 47** – Caminhada cívica do prefeito Interino Severino Davino Barros com demais autoridades



Fonte: Arquivo pessoal Leônia Barros

Nesta foto, temos os seguintes senhores, da esquerda para a direita: Dr. José Pereira da Costa (Médico e Deputado Estadual), Dr.

Miguel de Almeida (ex-prefeito de Areia), Cel. Cunha Lima Filho (Deputado Estadual), Prof. Waldo Lima do Vale (Secretário de Educação), Davino Barros, Dr. Jael, Dr. Luiz Bronzeado (Deputado Federal – UDN) e, aos fundos, Chico Nunes.

Davino Barros administrou por seis meses, organizando a parte administrativa, secretaria da educação, financeira e pessoal da prefeitura. Com o incentivo financeiro inicial, no valor de CR\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros) injetados pelo governador da Paraíba, uma das primeiras obras realizadas por Davino Barros foi a construção de uma praça, em homenagem a Frei Martinho, aproveitando todo o terreno que pertencia à Matriz de Nossa Senhora da Conceição. O local já era um ponto de encontro de pessoas durante as quintas feiras, antes e após a missa, além de servir para as festas tradicionais da padroeira. Havia um pequeno campo de futebol, que servia, também, para as disputas ou corridas de argolinhas.

Dispondo de pouca verba, Davino Barros construiu pequenos bancos de cimentos no entorno da praça, calçadas, plantou árvores, plantas ornamentais, banheiros e um chafariz (tanques) que tinha a dupla finalidade de disponibilizar água para regar as plantas e servir para as pessoas lavarem os sapatos e sandálias, quando se destinavam à igreja, em época de chuvas, pois a rua ainda não era calçada.

Utilizamos a figura a seguir para mostrar e dar uma ideia do formato e arquitetura da nossa primeira praça, mas também para enaltecer as três belas moças da nossa sociedade (Netinha Freitas, Socorro Barros, Nininha de Oséias e a filha do soldado Menezes) na década de 60, em pleno vigor das suas juventudes.

**Figura 48** - Netinha Freitas, Socorro Barros e Nininha de Oséias e a filha do soldado Menezes



Fonte: Arquivo pessoal Jane Freitas

Posteriormente, na administração de José Ribeiro Diniz (1964 a 1968), a praça foi totalmente reconstruída, ganhando uma arquitetura mais moderna e, no final de 1968, já possuía iluminação elétrica e a rua principal calçada, tornando-se o principal ponto de encontro de jovens apaixonados que passeavam por suas calçadas, aos sábados e domingos após a missa, dentro de um ritual contínuo no seu entorno, oferecendo músicas pela difusora da prefeitura, com a locução de Alcemir.

Outras realizações do governo de Davino Barros foram:

- A Praça Frei Martinho, bancos, vários tipos de plantas, algumas árvores, banheiros e um chafariz;
- Iluminação elétrica pública a motor;
- Nome das ruas e numeração das casas;
- A rua do comércio foi rebatizada por Rua Manuel de Sousa Lima;
- Coletores de lixo na rua principal;
- Coleta diária de lixo à tração animal;
- Organização da feira, com padronização das cuias de madeiras;
- Fiscalização e cobrança de imposto na feira;
- Limpeza da Igreja, com forro, rodapé, mosaico da parte interna

- e calçadas laterais;
- Arborização da rua principal e do grupo José Coelho;
  - Criação das ruas Nossa Senhora da Conceição, antiga rua de “seu Minervino Pascual”<sup>62</sup> e Álvaro Bibiano de Sousa.

Como havia prometido, a coligação com a UDN foi mantida e a campanha de João Inácio da Silva foi vitoriosa com 554 votos contra 178 votos dados a Albino Cabral. O seu vice-prefeito, Francisco Nunes de Alencar – UDN – obteve 506 votos, enquanto Severino de Almeida Souto (PTB) obteve 201 votos. Abaixo, temos a relação dos vereadores eleitos na ocasião:

- Rafael Martins de Medeiros **UDN** - 110 votos
- José Freires de Almeida **UDN** - 104 votos
- João Agostinho de Pontes **UDN** - 96 votos
- José Matias de Almeida **UDN** - 90 votos
- Otávio Cabral de Vasconcelos **PTB** - 59 votos
- Efigênio dos Santos **UDN** - 50 votos
- Antônio Casado de Oliveira **PTB** - 43 votos.

A posse oficial do Prefeito João Inácio da Silva ocorreu em janeiro de 1960, mas a festa da vitória ocorreu em novembro de 1959, após as eleições, como podemos observar nas fotos seguintes. Além disso, em uma matéria remissiva à posse do primeiro prefeito eleito de Barra de Santa Rosa, que deixara de ser distrito de Cuité, na edição de 06 de janeiro de 1960, o jornal Correio da Paraíba traz o seguinte registro:

“Por volta da 12h30min, uma salva de 21 tiros, às portas da cidade, anunciava a chegada da comitiva que acompanhava o Prefeito do município, composta pelo representante do Chefe do Executivo [...]

---

62 Havia umas cinco ou seis casas que ele construiu para alugar. A primeira era em frente à de Zé de Freitas e quem morava nela era dona Nazinha, depois a de Arnaldo Rufino, entre outras. Aqui destaco alguns antigos construtores de casa ou pedreiros: seu Manú, Tito de Sousa Lima e Neco Barros.

e outras autoridades. Sob os aplausos da multidão, foi o Prefeito conduzido até as dependências provisórias da [nova] Prefeitura”.

**Figura 49** - A posse oficial do prefeito João Inácio da Silva



Fonte: Arquivo pessoal Evaneide Inácio

A festa da posse foi por toda a cidade, em especial no clube do quartel “Villagran Cabrita”<sup>63</sup>, que funcionou até tarde ou pelo menos

63 Nessa época, o presidente do clube era Antônio Alves de Medeiros e o

enquanto “seu Nouzinho” não desligou o motor a óleo que fornecia energia para alguns pontos da rua do comércio, mantendo-a iluminada. Entre as principais atrações, estavam os discursos eloquentes de Seu Fileto Potyguara, as danças de ciranda das meninas dos cordões azul e encarnado, comandadas por Humberlinda Medeiros, além das vozes de todos cantando o hino à Barra (de autor desconhecido), há muito esquecido, cantado por “Francisquinha de Juvenal” que dizia:

Oh! Minha Barra querida!  
Amanhã primaveril sobre o céu encantador,  
Buscando em vão buscando,  
Encontrei o meu amor.  
Avissei uma igreja, em uma paisagem ditosa,  
Infundas ruas bonitas,  
Era Barra de Santa Rosa.  
À tarde de sol,  
Um lindo arrebol,  
Coloriu o espaço,  
Nos dá um abraço,  
A gente a sentir,  
O teu bom polvir,  
Oh! Terra nunca esquecida,  
Oh! Minha barra querida!

O prefeito nomeado Severino Davino Barros veio a falecer em outubro de 1963, sendo seu corpo velado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde uma missa foi realizada pelo reverendo Padre Barros, seu primo, na presença de várias autoridades e prefeitos de Barra de Santa Rosa, Picuí e Cuité, além da presença do Cel. Cunha Lima Filho. O féretro foi acompanhado por muitas pessoas, denotando o carinho que o povo barrense tinha por “Seu Davino”, como nos mostra a foto a seguir:

---

secretário Antônio Floriano dos santos.

**Figura 50** - Velório do prefeito Severino Davino Barros



Fonte: Arquivo pessoal de Leônia Barros

## REFERÊNCIAS

AGRA, F. F. M. **Picuí do Seridó**. Século XX. Vol.01, 1900 – 1950. Ed. A União, 2014.

ALMANAK LAEMMERT. **Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1900.

ALMANAK LAEMMERT. **Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Vol. II. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1912.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: memórias de um município**. 2 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1980).

ALMEIDA, R. T. **A arte rupestre nos Cariris velhos**. Ed. Universitária/UFPB, João Pessoa, 1979.

ARAÚJO, H. H. **Picuí de ontem e de hoje**. Ed. Ideia, João Pessoa, 2002.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA. **Mensagem**. Imprensa Oficial, Parahyba, 1896.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA. **Mensagem**. Imprensa Oficial. Parahyba, 1928.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Mensagem**. Imprensa Oficial. João Pessoa, 1936.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Mensagem**. Imprensa Oficial. João Pessoa, 1959.

COLETÂNEA FREI MARTINHO. **Uma herança viva da fé cristã** – edição 2005 – Convento do Rosário/Imprell – João Pessoa.

CELSO FURTANDO. Desenvolvimento e Conjuntura. **Anais**. Vol. II, p. 258, 1959.

CLEROT, L. F. R. **30 Anos na Paraíba** – Memórias Corográficas e Outras Memórias. Ed. Pongetti, 1969.

FILHO, José Inácio. **História de Barra de Santa Rosa Contada em Poesia**, 1998.

JOFFILY, I. Notas sobre a Parahyba. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 1892.

JORNAL O NORTE. **Jornal Independente e noticioso**. Ed. 3010, Anno XI, Parahyba do Norte, em 28-09-1918.

JORNAL O NORTE. **Jornal Independente e noticioso**. Ed. 3010, Anno XVIII, Parahyba do Norte, em 28-09-1925.

LIMA, D. *et al.* **Estudando a História da Paraíba**. Ed. Cultura Nordeste, Campina Grande, 1999.

MEDEIROS, Coriolano de. **Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**. Parahyba, Imprensa Official: 1914.

MEDEIROS, Coriolano de. **Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**. Parahyba, Imprensa Official: 1940.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Recenseamento do Brazil**. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado da Parahyba. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.

O JORNAL. **Diario Político e noticioso**. Anno II, No 268. Parahyba

do Norte, 1924.

OLIVEIRA, Abílio Cesar de. **Município de Picuí**: esboço histórico. Tipografia Santa Teresinha. Natal, 1963.

SANTIAGO, Padre Luiz. **Serra do Coité**: sua história, seus progressos, suas possibilidades. João Pessoa: A Imprensa, 1936.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Anuario Estatístico da Parahyba do Norte**. Imprensa Official, Parahyba, 1918.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Anuario Estatístico**. Anno I – 1930. Imprensa Official, João Pessoa, 1931.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Anuario Estatístico**. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos Para a História Territorial da Parahyba**. Parahyba do Norte: Tipographia Colombo, 1909.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. 2v. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

CAVALCANTI, Manoel Tavares. *In: Almanak da Parahyba*. Parahyba, Imprensa oficial, 1908.

MONTEIRO, Jonh M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: estudos de Histórias Indígenas e do indigenismo. 2001. Tese (livre docência). Campinas, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

TAVARES, João de Lyra. *In: História da Província da Parahyba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

